

A economia baiana e o conflito EUA x Iraque

A economia baiana inicia o ano de 2003 com um quadro não muito favorável. Os indicadores econômicos recentes – nível da produção industrial e volume de vendas do comércio varejista – mostraram desaceleração do nível de atividade. A manutenção da queda dos rendimentos reais e a deterioração nas condições do crédito ao consumidor permanecem como fatores que restringem o consumo. Ressalta-se o nível dos preços que apesar de estarem em queda, ainda são bastante elevados. Por outro lado, a expansão das exportações permanecem como fatores de estímulo à produção.

Com relação ao nível de atividade deve-se destacar o fraco desempenho da indústria de transformação da Bahia que em janeiro, registrou uma retração de 0,8% na comparação com janeiro de 2002, após ter experimentado expansões em novembro (4,5%) e dezembro (11,2%). O indicador acumulado nos últimos doze meses manteve-se negativo (-0,4%), reproduzindo o que vem ocorrendo desde setembro de 2002.

O volume de vendas do comércio varejista do estado, em janeiro, apresentou retração de 8,1% em relação ao mesmo mês do ano passado. Essa taxa foi fortemente influenciada pelo desaquecimento nas vendas dos segmentos de combustíveis e lubrificantes (-13,02%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-7,94%).

As estimativas para a próxima safra agrícola 2003/2004 indicam incremento na produção para a maioria dos produtos. O clima é o maior fator de incerteza, havendo a necessidade de chuvas regulares para manter a produtividade esperada. Grande parte das culturas agrícolas manteve tendência de crescimento com relação às áreas plantadas comparada com o ano de 2002. Segundo estimativas do IBGE, de março, a produção de

NÚCLEO DE CONJUNTURA DA SEI *

grãos terá um aumento de 39,3% na safra de 2003, com uma produção de cerca de 3,95 milhões de toneladas.

No comércio exterior, a balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 123,0 milhões no primeiro bimestre de 2003. As exportações alcançaram US\$ 501,8 milhões, registrando um crescimento de 84,6% em relação à jan-fev/2002. Já as importações de US\$ 379,5 milhões, também registraram uma alta significativa de 29,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Com relação à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) para Salvador, que registrou inflação de 1,3% em fevereiro, obteve variação de 0,9% em março de 2003. Nesse mesmo mês de 2002 o IPC-SEI registrou taxa de 0,5%. No acumulado do ano, Salvador, já tem alta nos preços de 4,3%.

Na economia brasileira, o cenário se mostra mais confiante, com bons resultados para a produção industrial. Em janeiro, a produção da indústria de transformação cresceu 2,5% em relação ao mês de janeiro de 2002. Apesar de no varejo, o volume de vendas do comércio varejista brasileiro ter caído 4,9% em janeiro, na comparação com janeiro de 2002, registrando desempenho muito próximo ao de dezembro (-5,1%), refletindo, principalmente, a queda dos salários reais e o elevado custo do crédito.

As principais incertezas no mercado nacional giraram em torno do conflito entre os EUA e o Iraque iniciado no mês de março. Com uma vitória certa para os EUA, a guerra no Iraque trouxe poucos impactos para o mercado internacional. Até o momento as perspectivas dos agentes com relação ao financiamento do governo brasileiro não foram contaminadas, o que se refletiu em queda acentuada do C-Bond e do risco-Brasil, que recuaram para o patamar dos 1000 pontos após ter superado a barreira dos 2000 pontos no final de 2002.

Os principais riscos associados ao cenário de guerra, como eventuais reajustes nos preços dos combustíveis, o aumento dos preços de algumas *commodities* internacionais e efeitos sobre a taxa de câmbio não foram observados.

No mercado internacional de petróleo as cotações permaneceram em baixa durante quase todo o período, uma vez que os negociadores sempre estiveram confiantes de que a guerra seria de curto prazo. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) anunciou rapidamente a suspensão de suas cotas de extração de petróleo e declarou que iria atender a demanda mesmo com a provável interrupção da produção iraquiana.



O preço do óleo cru já vinha ascendendo desde dezembro atingindo cerca de US\$ 6/barril. Esse aumento foi resultado de três fatores: a greve de trabalhadores de petróleo na Venezuela; a forte redução dos estoques norte-americanos de petróleo; e o “prêmio de guerra” associado a incertezas relativas à invasão do Iraque pelos Estados Unidos.

Na Bahia, uma alta dos preços do petróleo poderiam impactar o setor químico, que representa mais de 50% da indústria de transformação baiana, pois utiliza a nafta, um dos derivados do petróleo, matéria-prima básica para as centrais petroquímicas de primeira geração. Por meio de um processo conhecido como craqueamento da nafta, as centrais conseguem produzir os gases eteno e propeno. Estes gases passam por um processo de polimerização para serem transformados em resinas termoplásticas nas indústrias de segunda geração. Em 2002, o estado importou cerca de US\$ 264,4 milhões de nafta utilizado pelas centrais petroquímicas. A elevação no preço do barril de petróleo resultaria em um aumento dos preços de eteno e propeno, provocando um efeito em cadeia para todo complexo petroquímico.

Segundo alguns analistas os efeitos da invasão dos EUA no Iraque dependeriam da duração da guerra e da natureza da paz subsequente. O efeito sobre os preços seriam relativamente pequeno se a guerra acabasse rapidamente e, logo após a paz, as exportações do Iraque retornariam ao normal. De acordo com esse cenário de “baixo preço”, o Kuwait não seria forçado a interromper sua produção, a qual seria interrompida por apenas um trimestre e a disponibilidade de petróleo permitiria uma rápida recomposição de estoques.¹

Por outro lado, após finalizado o conflito armado, as medidas tomadas pelos futuros governantes do Iraque, podem afetar as decisões de investimentos na exploração e produção de petróleo no Brasil, uma vez que novas oportunidades estarão abertas no Iraque que possuem duas grandes vantagens contra o Brasil. Primeiro, o baixo custo de exploração de petróleo comparado ao do litoral brasileiro e, a existência de grandes jazidas, com reservas superiores a 300 milhões de barris que justificam investimentos das grandes companhias do setor.

Isto porque, ressalta-se, o Iraque é o país com maior futuro na indústria de petróleo do mundo. As reservas provadas são de 112 bilhões de barris. O custo de produção é de US\$ 1,5 por barril, no Brasil esse custo representa entre US\$ 7 e US\$ 10.

No entanto, alguns analistas² acreditam que o fim do conflito pode até trazer vantagens para a produção nacional de petróleo, pois, para esses, o Iraque não é concorrente para o Brasil, e sim, porque os programas de investimentos internacionais já estão bem definidos. As empresas estrangeiras que atuam na atividade de exploração de petróleo no Brasil – como Shell, El Paso, entre outras – mantêm inalterados seus programas de investimento no país neste ano, pois são programas de médio e longo prazo que não podem ser simplesmente cancelados.

No estado da Bahia, por exemplo, a empresa El Paso avança na campanha de perfuração no bloco BM-Cal-4, na Bacia de Camamu, no litoral sul do estado, onde foi descoberto petróleo e gás. Esta empresa tem programado um investimento total no país de US\$ 40 milhões para exploração e produção.

Ademais, os EUA ainda podem ter problemas de escoamento da produção de petróleo com os países vizinhos do Iraque por onde passam os oleodutos, no Golfo Pérsico. Neste aspecto, o Brasil tem uma importante vantagem: pois possui uma posição geopolítica importante e, sobretudo, é um país com estabilidade econômica e política.

Internamente, com o fim da guerra as perspectivas para a economia brasileira e baiana devem melhorar, em particular, devido à redução das incertezas para os consumidores e empresas. A confiabilidade no governo Lula permite elevado grau de estabilidade no mercado interno e a aprovação de medidas importantes para a condução da política econômica no país.

Notas

¹ KAUFMANN, Robert. Previsão para os mercados mundiais de petróleo: o efeito de uma invasão norte-americana. *Boletim de Conjuntura do IPEA*. n. 60, p. 71-73, mar. 2003.

² “Novo” Iraque pode tirar atenção da indústria do petróleo do Brasil. Valor, 31 mar. 2003, p. A29.

* Carla Janira Souza do Nascimento



DESEMPENHO ECONÔMICO da BAHIA



Os indicadores econômicos recentes mostraram desaceleração no nível de atividade no início do ano de 2003. Em janeiro, o desempenho da produção industrial no mês foi negativo, o mesmo ocorrendo para o comércio varejista. A queda dos rendimentos reais e a deterioração nas condições do crédito ao consumidor continuam atuando como fatores que restringem o consumo. Por outro lado, a expansão das exportações foi fator de estímulo à produção.

A indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em janeiro, taxa negativa de 0,8%, em relação a janeiro de 2002. O desempenho da indústria metalúrgica (-37,0%) foi determinante na formação da taxa da indústria de transformação. Por outro lado, influenciou positivamente o resultado do gênero químico, que apresentou expansão de 5,4%.

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas do varejo, em janeiro de 2003, apresentou taxa negativa de 8,1%. Todos os segmentos do varejo registraram taxa negativa em janeiro, destaca-se o decréscimo nas vendas físicas de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-7,9%) e combustíveis e lubrificantes (-13,0%). Enquanto que as vendas de veículos, motos e peças aumentaram 5,9%.

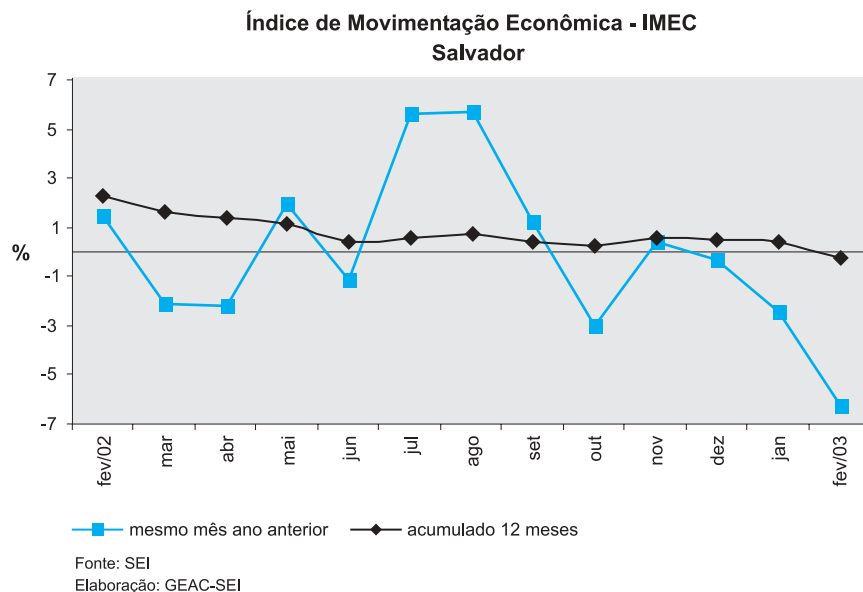
No comércio exterior o ano de 2003 já mostra desempenho bastante satisfatório. Segundo SECEX-MDIC, no acumulado do ano até fevereiro, as exportações cresceram 84,6% e as importações 28,7%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com esse resultado, a balança comercial encerrou o período com saldo acumulado de US\$ 122,3 milhões.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) para Salvador, que registrou inflação de 1,3% em fevereiro, obteve variação de 0,9% em março de 2003. Nesse mesmo mês de 2002 o IPC-SEI teve alta de 0,5%. No acumulado do ano, Salvador, já tem alta nos preços de 4,3%. Os grupos transporte e comunicação (8,7%) e saúde e cuidados pessoais (6,4%) já possuem taxa acima da inflação geral no primeiro trimestre de 2003.

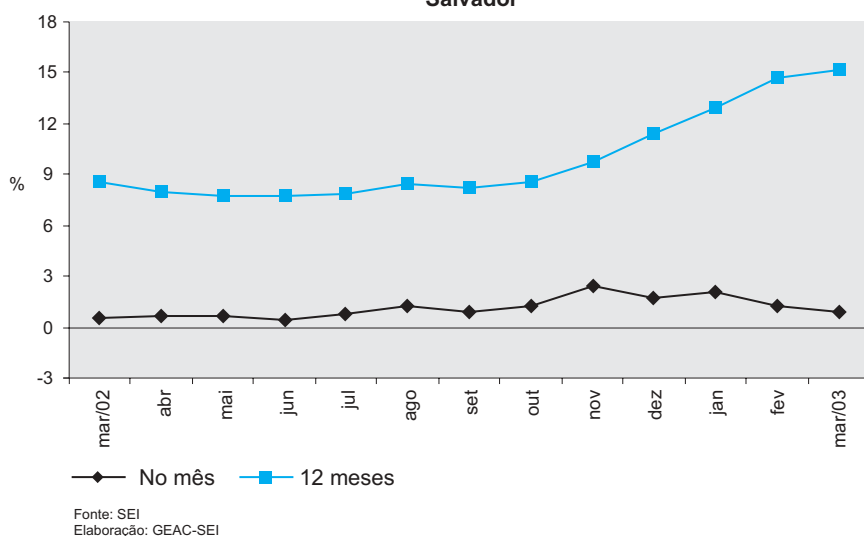
No mercado de trabalho, em fevereiro, a taxa de desemprego da RMS foi de 27,2% valor inferior ao observado nesse mesmo mês de 2002 (27,3%), segundo indicadores da PED-SEI. Já o rendimento médio real dos ocupados reduziu-se em 11,5% entre janeiro de 2002 e janeiro de 2003.



O IMEC – Indicador de Movimentação Econômica de Salvador registrou, em fevereiro de 2003, recuo de 0,5% relativamente ao mês de janeiro. Em relação a fevereiro de 2002 ocorreu decréscimo de 6,3% e no acumulado dos últimos doze meses alcançou a taxa negativa de 0,2%, indicando tendência de queda para o início do ano de 2003.



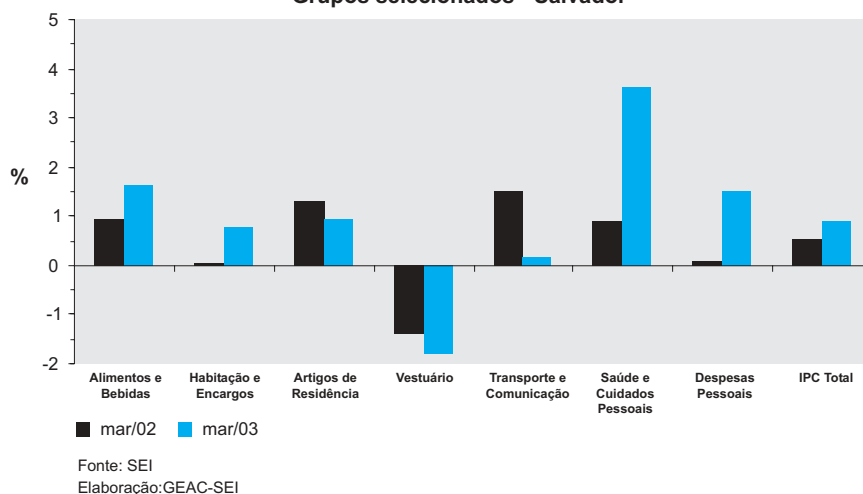
**Taxa de variação do IPC-SEI
Salvador**



O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – divulgado pela SEI – registrou, em março, variação nos preços de 0,9%. Nos últimos doze meses, o resultado ficou em 15,1%, acima do registrado nesse indicador até fevereiro (14,7%), indicando forte tendência de alta nos preços em Salvador. Os grupos Alimentos e Bebidas (18,1%) e Transporte e Comunicação (25,6%) foram os que mais pressionaram a inflação nos últimos doze meses.

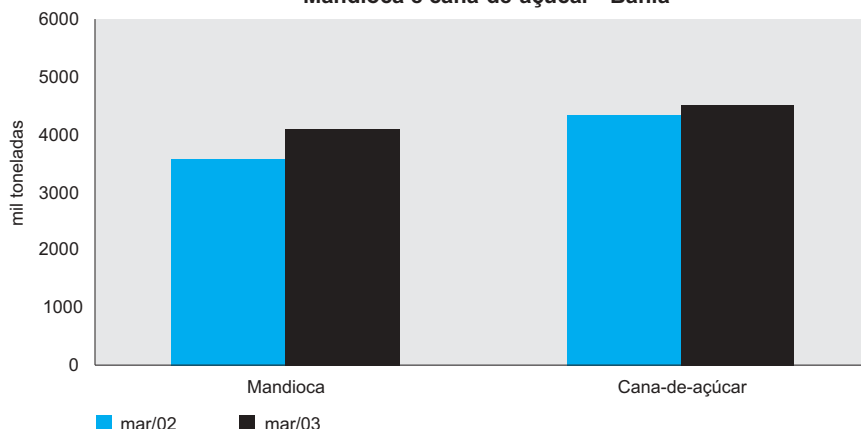
Os grupos Saúde e Cuidados Pessoais, Alimentos e Bebidas e Despesas Pessoais obtiveram os maiores aumentos entre todos os grupos durante o mês de março, com elevação dos preços de 3,6%, 1,6% e 1,5% respectivamente. O subgrupo produtos farmacêuticos teve alta de 4,7% e o de tubérculos, raízes e legumes 6,0%. Destaca-se o aumento nos itens cebola (16,4%), tomate (16,8%) e desodorante e perfumes (7,0%).

**Taxa de variação do IPC-SEI
Grupos selecionados - Salvador**



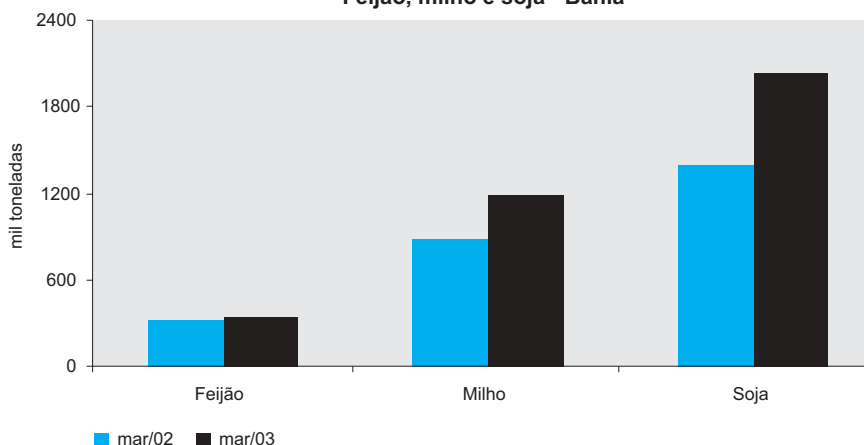
As estimativas do LSPA/IBGE de março de 2003, registraram uma variação positiva para a produção de mandioca de 14,9%, em relação às estimativas de março de 2002, em decorrência do aumento da área colhida (15,2%) e da área plantada (13,0%). A estimativa da produção de cana-de-açúcar obteve um incremento de 4,1%, em função de uma variação positiva no seu rendimento (2,8%) e a maior procura do produto no mercado internacional.

**Estimativa da produção agrícola
Mandioca e cana-de-açúcar - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

**Estimativa da produção agrícola
Feijão, milho e soja - Bahia**

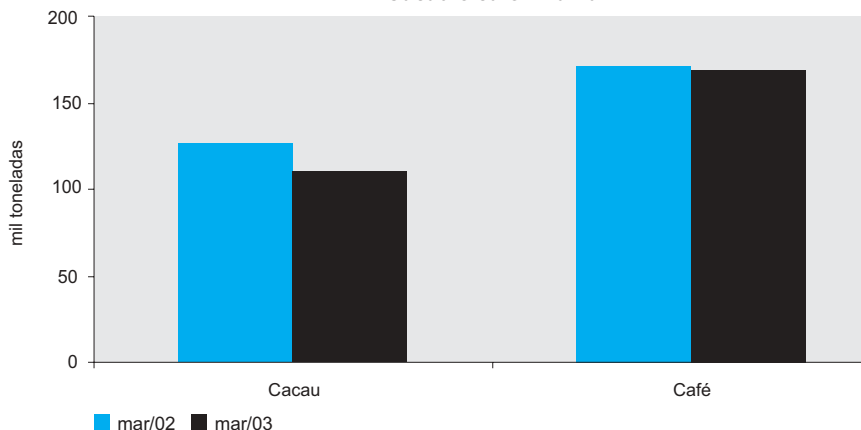


Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

Para a produção de feijão a estimativa em março de 2003 registrou aumento de 8,0% levado por uma maior área colhida (11,9%). A soja também obteve aumento de 45,7%, devido a um aumento no rendimento (37,1%). Na estimativa da produção de milho, houve um incremento de 33,9%, acarretado pelo aumento da área plantada em 32,3%.

O cacau registrou redução de 13,4%, na estimativa da produção, com queda na sua área plantada (-5,6%) e um baixo rendimento, devido à falta de recursos dos produtores para investir na clonagem do cacau e combater a vassoura-de-bruxa nas plantações. Para a safra do café observou-se pequena redução na estimativa da produção em relação a safra 2002 de 1,2%, decorrente da seca nas regiões produtoras e dos baixos preços no mercado externo.

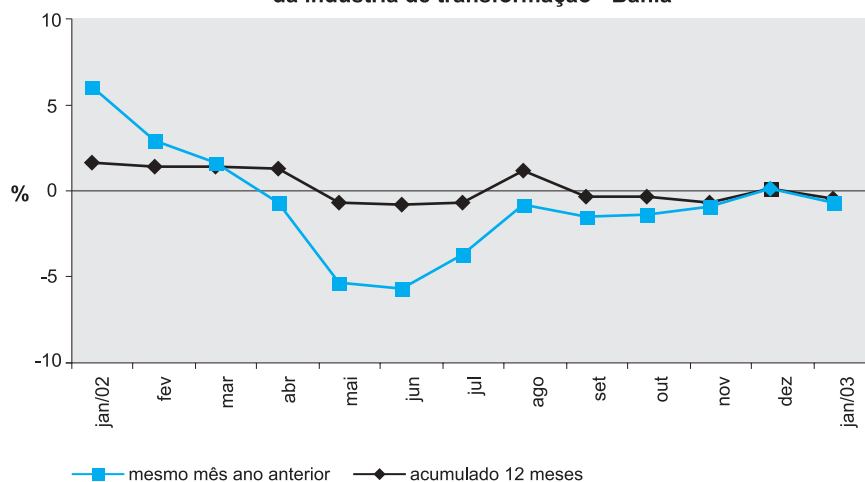
**Estimativa da produção agrícola
Cacau e café - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

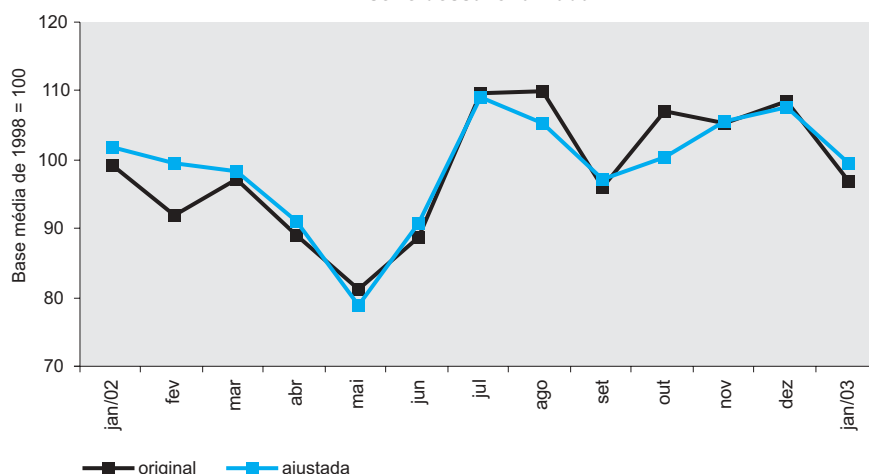
Os índices da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE mostram que em janeiro o setor de transformação voltou a registrar recuo no ritmo de atividade. Em relação a janeiro de 2001 o decréscimo foi de 0,8%. Com este resultado a taxa acumulada nos últimos doze meses caiu 0,4%, voltando a registrar desempenho negativo após o acréscimo de 0,1%, em dezembro.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

**Índice de produção física da indústria de transformação - Bahia
série dessazonalizada**

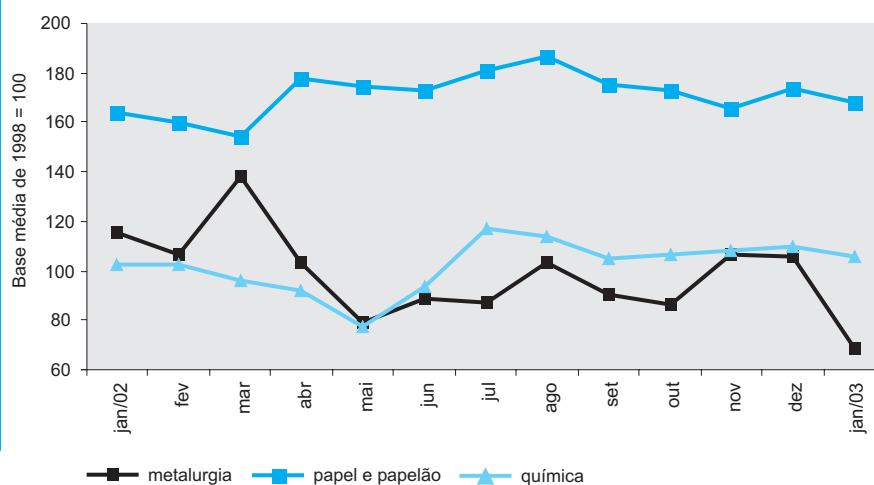


Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

Em janeiro, a série livre de influências sazonais mostra decréscimo de 5,8%, com relação ao mês de dezembro, após três resultados positivos consecutivos neste tipo de indicador. Assim, a trajetória recente dos indicadores industriais revela que o setor de transformação encontra-se numa fase de desaceleração determinada, sobretudo pela dinâmica dos segmentos químico e metalúrgico.

Os dados ajustados sazonalmente por segmento de atividade indicam queda significativa para as indústrias de metalúrgica (-32,1%) e papel e papelão (-7,5%) entre dezembro e janeiro de apenas -1,0% para a indústria de química. Nos três meses anteriores a este a trajetória foi de suave crescimento para o setor químico. O segmento de papel e papelão volta a apresentar queda após a reversão no mês de dezembro.

**Índices de produção física dos principais gêneros da indústria de transformação - Bahia
série dessazonalizada**

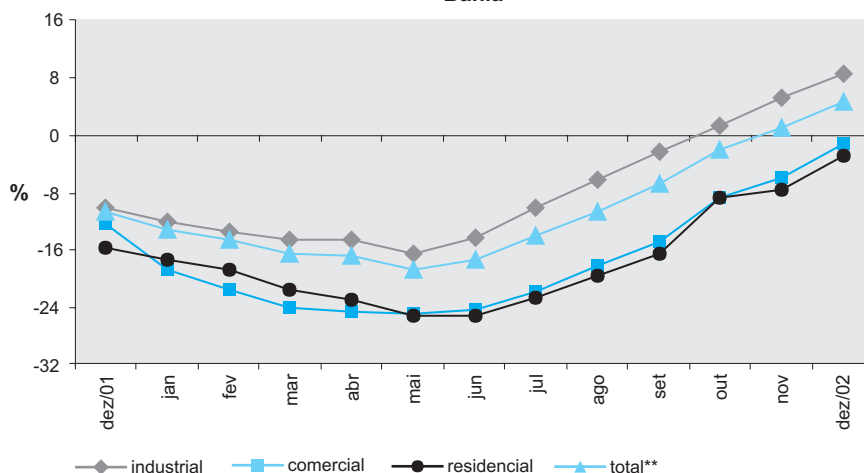


Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI



O consumo de energia elétrica, no acumulado dos últimos doze meses, apresentou taxa positiva pela segunda vez pós-acionamento (4,7%). Para igual período de 2002 a taxa registrada foi de -10,6%. A classe industrial é a maior responsável por este incremento: seu consumo passou de -10,2% para 8,5%. Já a classe comercial tem-se mostrado mais cautelosa, a taxa acumulada, apesar de menor, permanece negativa: passa de -12,3% (jan-dez/2001) para -1,1% (jan-dez/2002).

Taxa de variação do consumo de energia elétrica*
Bahia



Fonte: COELBA/CO/CTM

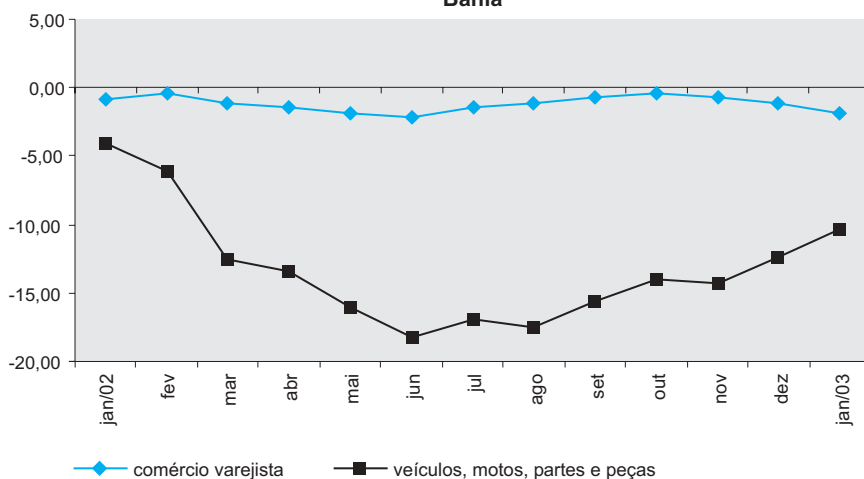
Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado 12 meses

** Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária

O consumo Industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo*
Bahia



Fonte: PMC-IBGE

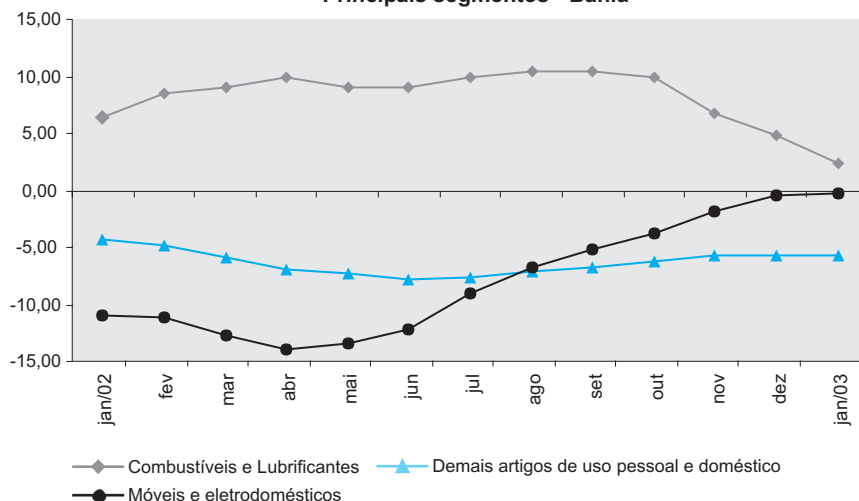
Elaboração: GEAC/SEI

* Nota: acumulado nos últimos 12 meses

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE), em janeiro, o volume de vendas do comércio varejista apresentou retração de 8,1% quando comparado com janeiro de 2002. No acumulado dos últimos doze meses as vendas físicas mantiveram a taxa negativa (-1,9%). As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram aumento de 5,9% em relação ao mês de janeiro de 2002, acumulando -10,3% nos últimos doze meses.

Os segmentos de combustíveis e lubrificantes (-13,0%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-7,9%) foram os que mais contribuíram para o baixo volume de vendas do varejo em janeiro. Todos os segmentos do ramo varejista apresentaram taxas negativas no indicador mensal de janeiro. No acumulado dos últimos doze meses apenas combustíveis e lubrificantes (2,4%) e móveis e eletrodomésticos (1,0%) registraram taxa positiva.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo*
Principais segmentos - Bahia

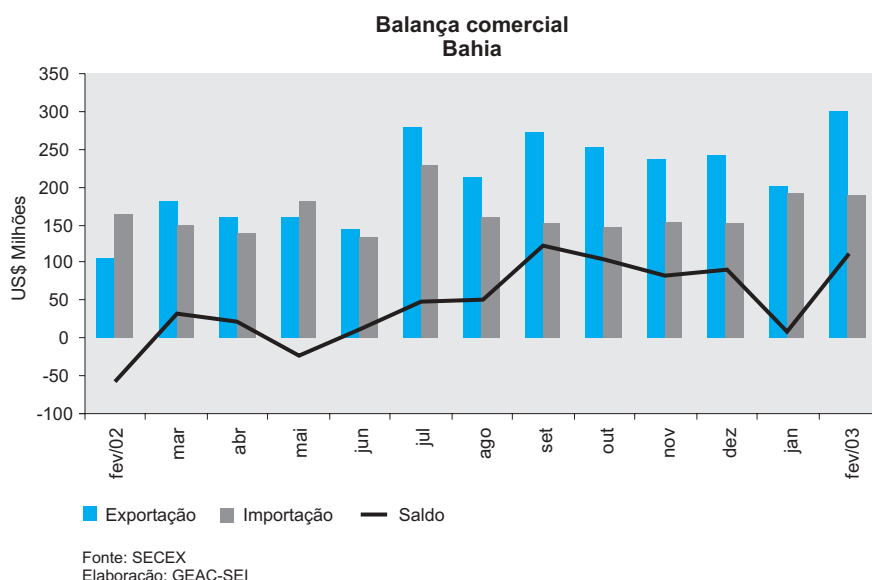
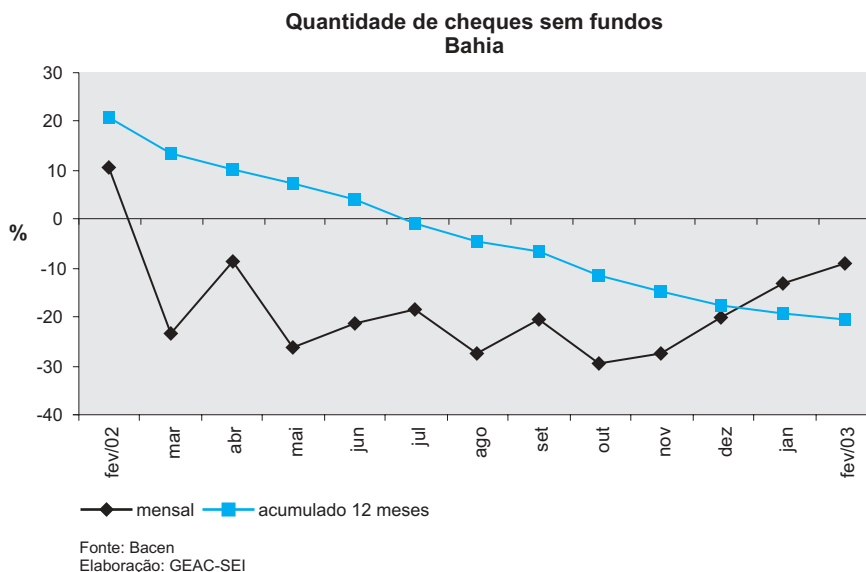


Fonte: PMC-IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

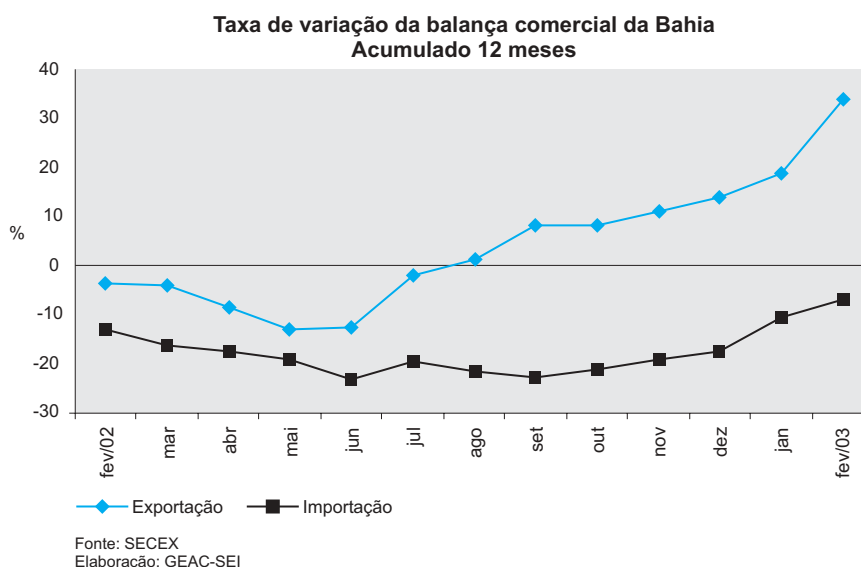
* Nota: acumulado nos últimos 12 meses

A inadimplência, medida pelo total de cheques sem fundos, vem revertendo a trajetória de queda em 2003. No estado, em fevereiro, observa-se decréscimo de 8,8% no total de cheques sem fundos, quando comparado ao mesmo mês do ano de 2002. Em janeiro esse resultado foi de -12,8%. Apesar de que no acumulado dos últimos doze meses, a variação de fevereiro (-20,3%) foi maior do que a de janeiro (-19,1%), em comparação com o mesmo período do ano anterior.



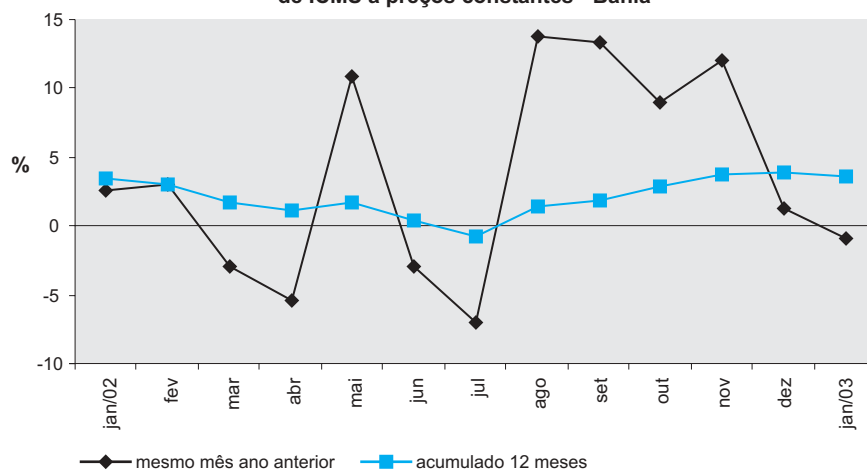
No comércio exterior, a balança comercial da Bahia apresentou pelo nono mês consecutivo superávit, alcançando em fevereiro US\$ 112,7 milhões. As exportações alcançaram um novo recorde histórico de US\$ 300,8 milhões, registrando uma alta de 186,1% em relação a fevereiro de 2002. Já as importações alcançaram US\$ 188,1 milhões, apresentando um crescimento de 14,9%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado dos últimos doze meses, as importações registraram queda de 6,9%, enquanto que as exportações apresentaram taxas positivas de 33,7%. O acréscimo das importações foi em decorrência do aumento das compras de nafta para petroquímica, derivados de cacau e veículos. Por outro lado, a significativa alta das exportações deveu-se ao aumento nas vendas de óleo bruto de petróleo, óleo combustível, veículos, celulose e outras gasolinas.



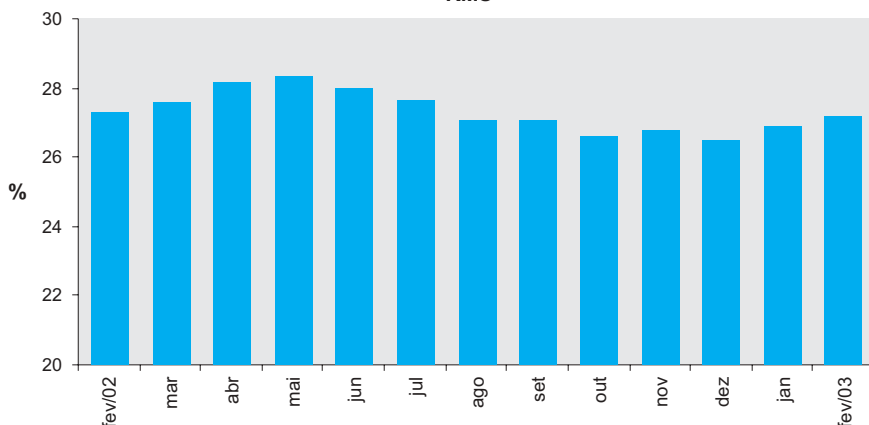
A arrecadação de ICMS em janeiro de 2002, da ordem R\$ 491,2 milhões, ficou 0,7% abaixo daquela de igual mês do ano anterior e, no acumulado dos últimos 12 meses, a arrecadação desse imposto está 3,8% acima daquela realizada nos doze meses imediatamente anteriores (em valores reais). Em janeiro de 2001 a arrecadação de ICMS acumulava um incremento de 3,6%.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ/SAF/DICOP
Elaboração: GEAC-SEI
Nota: Deflator IGP-DI

Taxa de desemprego total RMS

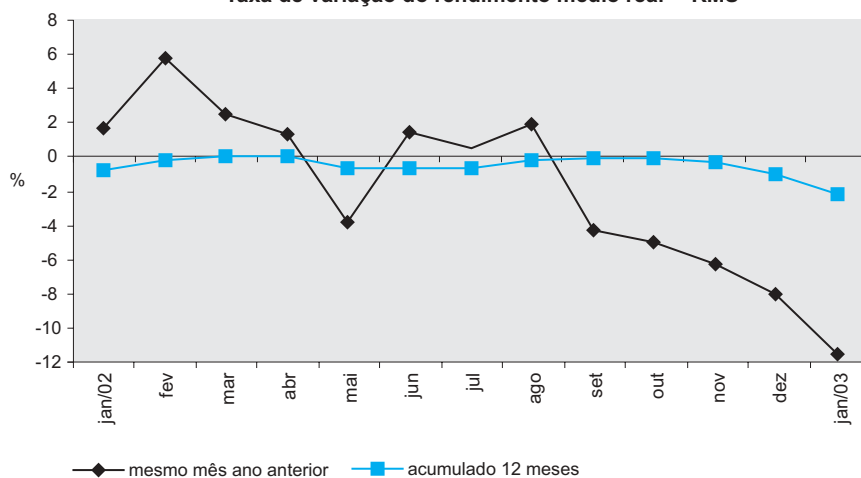


Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI

A taxa de desemprego total na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (SEI), registrou variação positiva de 27,2% em fevereiro. Essa taxa está acima da registrada no mês de janeiro e é menor do que a registrada em fevereiro de 2001. Desde outubro a taxa de desemprego apresenta uma trajetória de crescimento.

O rendimento médio real dos ocupados na RMS, referente ao mês de janeiro, apresentou redução de 11,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em dezembro essa taxa foi de -8,0%. No acumulado dos últimos doze meses a curva mantém a tendência de queda observada nos últimos meses, registrando taxa negativa de 2,1%, comparado ao mesmo período do ano anterior.

Taxa de variação do rendimento médio real* - RMS



Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI
*Ocupados no trabalho principal

A política de atração de investimentos industriais na Bahia: uma breve análise

ROBERTA LOURENÇO DE SOUZA *
FABIANA PACHECO **

A Bahia atualmente encontra-se como a sexta economia do país e responde por cerca de um terço da atividade econômica do Nordeste. A economia baiana, ao ter atingido esse grau de complexidade produtiva, que a coloca como a região mais importante fora do eixo Sul-Sudeste, está passando por um processo de transformação cujas principais características são a gradativa verticalização e a densificação produtiva. A elevação do peso da produção de bens finais em importantes cadeias industriais e o maior grau de inter-relações setoriais constituem, em grande medida, os aspectos mais visíveis das mudanças que vêm ocorrendo na economia baiana.

O novo ciclo de desenvolvimento industrial vivido pela Bahia nos últimos anos tem tido características próprias. O primeiro ciclo, na década de 50, teve suas bases na exploração e refino do petróleo então descoberto no Recôncavo baiano; com a instalação da Refinaria Landolfo Alves (RLAM) e pela implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) na década de 60 e pela chegada do Pólo Petroquímico de Camaçari e da indústria siderometalúrgica na segunda metade da década de 70. Esse segundo ciclo, ocorrido nas décadas de 60 e 70, caracterizou-se como um período de desenvolvimento da atividade industrial, quando gradativamente a agroexportadora foi sendo substituída pela industrial, proporcionando maior dinamismo à economia baiana.

Nesse período houve um aumento da importância da indústria na economia baiana. O setor secundário, que abrange, além da indústria de transformação, a extrativa mineral e a construção civil, passou a responder por parcela significativa do PIB estadual. Atualmente, no que tange às políticas de desenvolvimento econômico e social, o estado da Bahia tem como principal objetivo a

dinamização da economia estadual, com a expansão e fortalecimento das bases produtivas e diversificação das atividades setoriais.

Esse processo de expansão e modernização das bases produtivas envolve políticas diversas, destinadas a otimizar o desempenho de setores da economia. O avanço da economia baiana no contexto desses novos paradigmas passa necessariamente por um processo de mudança do perfil das bases produtivas do estado, até então provedor de bens intermediários, voltando esforços para integrar suas cadeias produtivas, de modo a transformar-se em um centro produtor de bens de consumo (VLADSON, 2000).

As transformações observadas a partir da estabilização da economia brasileira e do processo de globalização da economia mundial introduziram novos parâmetros de desempenho e competitividade. Dessa forma, no início da década de 1990 os estados começaram a oferecer vantagens competitivas, entendidas estas como as condições necessárias de infra-estrutura, mão-de-obra qualificada e uma consistente política de incentivos, para possibilitar a atração de investimentos.

É importante observar que esse tipo de política de atração de investimentos tem sido utilizado desde os anos 50, objetivando promover a industrialização e o desenvolvimento regional através de isenções, reduções e diferimento tributário. Durante longo período o governo federal orientou essas políticas, na medida em que regulava, formal ou informalmente, a competência estadual na concessão de benefícios fiscais, induzindo o estabelecimento de convênios entre os estados pertencentes a uma mesma região geoeconômica.

No período compreendido entre meados dos anos 60 e 70, refletindo o crescimento desequilibrado do país, deu-se início ao processo de disputa estadual pelo desenvolvimento. Prevendo ações isoladas e desordenadas entre os estados, o governo federal estabeleceu um padrão de regulação sobre a competência estadual do ICMS, através de convênios regionais, de modo que os estados pertencentes a uma mesma região definissem tanto a alíquota do imposto, como as regras e os limites para a prática de isenções.



A partir de 1975, com a criação do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, ficou limitada a capacidade dos Governos Estaduais e Municipais em conceder benefícios fiscais, principalmente no âmbito do ICMS, como instrumento fomentador do investimento privado, cabendo à União o poder de conceder vantagens fiscais e financeiras associadas aos programas de desenvolvimento regional. Desse modo, o País assistiu ao início do processo de desconcentração industrial do eixo Rio-São Paulo, o qual foi interrompido anos mais tarde, em meados dos anos 80, devido ao esgotamento de vários programas oficiais federais, desaceleração do crescimento das exportações e redução dos investimentos públicos e privados.

A Constituição de 1988, buscando acelerar o processo de descentralização fiscal, ampliou a autonomia financeira de estados e municípios na cobrança de seus tributos e na elaboração de seus orçamentos. Como resultado, verificou-se uma melhora significativa da receita estadual, o que acabou proporcionando a prática de benefícios fiscais. Contudo, com a crise econômica do início dos anos 90, devido à abertura comercial que provocou a diminuição do ritmo de crescimento da economia, essas políticas não foram suficientes para estimular o investimento.

Os programas de atração criados nesse período por muitos estados, inclusive a Bahia, só apresentaram algum impacto a partir de 1994, quando, com a estabilização da economia, o fluxo de investimento interno e externo foi retomado no País. Com a intenção de atrair as oportunidades geradas pelo movimento mundial do capital produtivo, muitos estados brasileiros alteraram a natureza dos instrumentos de captação de investimento, sobretudo os mecanismos relacionados aos orçamentos estaduais, como a renúncia fiscal.

Como resultado, as recentes políticas estaduais de desenvolvimento industrial, cujas dimensões são dadas pela “guerra fiscal”, pressupõem a capacidade de induzir novos investimentos, bem como de determinar a sua localização espacial. Tais incentivos possibilitam, com certo limite, a migração do capital produtivo para outras regiões, fora do eixo tradicional de industrialização, propiciando transformações na estrutura produtiva, além de mudanças na pauta das exportações e, assim, desconcentrando a produção acional.

Nesse sentido, o fenômeno da guerra fiscal envolve duas dimensões: governo e políticas públicas e as decisões privadas de inversão. É evidente que a guerra fiscal tem como lógica básica tentar interferir no processo decisório

locacional privado, que está subordinado a baixos custos, condições de infra-estrutura, proximidade dos mercados, disponibilidade de mão-de-obra qualificada, dentre outros.

Segundo Prado (2000), a idéia da decisão alocativa da empresa estar associada à oferta de incentivos é questionável. De acordo com Lagemann apud Prado (2000; p. 31):

É questionável a capacidade de um benefício fiscal apenas concedido pelo Estado provocar o deslocamento de um empreendimento. Em primeiro lugar, devem ser avaliados os gastos de locomoção que podem ser elevados, considerando-se tanto os custos diretos como os indiretos. Em segundo lugar, o tributo é apenas um dos elementos de decisão para a localização de um empreendimento, embora possa ser o elemento de desempate. Todavia, se todos os estados puderem utilizar o mesmo instrumento e o acionarem, como parece ser o caso atualmente, passam a ser decisivos os fatores extrafiscais, como a disponibilidade de infra-estrutura viária e de telecomunicações adequada, distância dos mercados insumidor e consumidor, a existência de economias externas de aglomeração, a qualidade de vida, o grau de pressão sindical, dentre outros. Para uma região tornar-se um paraíso fiscal não basta oferecer os benefícios fiscais. É necessária, no mínimo, a oferta de uma infra-estrutura de telecomunicações de ponta.

Dessa forma, o potencial da guerra fiscal para alavancagem de inversões depende necessariamente dos setores econômicos envolvidos e das empresas a serem beneficiadas. Segundo Prado (2000), quanto mais as políticas se direcionem para atrair investimentos dos grandes conglomerados nacionais e internacionais, maior a probabilidade de que as políticas tenham seu alcance limitado à localização espacial de montantes de investimentos.

A análise dos mecanismos de atração de investimentos no contexto da política regional de desenvolvimento é um dos elementos que possibilitam indicar o sentido da política pública, através de atividades estratégicas capazes de proporcionar a permanência do investimento realizado. Para isso, é necessário, inicialmente, caracterizar os instrumentos de intervenção, o que permite o mapeamento das especificidades dos programas de atração de investimento.

Nesse sentido, é possível agrupar a ação dirigida dos governos estaduais para induzir os fluxos de investimento em duas categorias que se completam. A primeira refere-se aos fatores sistêmicos, correspondendo aos processos de desregulamentação e privatização; às instituições voltadas ao desenvolvimento regional, pesquisa e apoio às atividades privadas; e inversões em infra-estrutura econômica e social.



A segunda, por sua vez, trata dos fatores específicos, que compreendem as vantagens locacionais geradas a partir de melhorias em infra-estrutura; garantia de suprimento de matérias-primas e insumos; instalações portuárias; concessão de crédito subsidiado; e participação no capital acionário da empresa.

Observa-se que a atual política de atração de investimentos tem recorrido a operações fiscal-financeiras, correspondendo a negociações individuais de um conjunto de vantagens que envolvem aspectos da inversão e benefícios concedidos. A efetividade dessas operações depende, sobretudo, do poder de gasto dos Governos Estaduais, dado por suas condições orçamentárias, para a realocação da receita própria nos gastos com benefícios, e da disponibilidade de fontes diretas de financiamento ou acesso a fontes federais e internacionais de crédito.

Para tanto, analisando dinamicamente, um programa de incentivos bem-sucedido deve gerar um conjunto de impactos diretos e indiretos sobre a renda local, principalmente de empresas subsidiárias, fornecedoras de componentes e equipamentos, prestadores de serviços, dentre outras.

Ao analisar especificamente o caso da Bahia, cujos benefícios fiscais e financeiros, oferecidos no auge do processo de atração de novos empreendimentos, mostram-se algumas vezes mais vantajosos e agressivos que os oferecidos por outras regiões. Verifica-se que os instrumentos estaduais para induzir a implantação de unidades produtivas envolvem uma combinação entre fatores sistêmicos e, sobretudo, fatores especiais. Estes últimos, em sua maioria relacionados ao orçamento estadual aprovado pela Assembléia Legislativa, com renúncia fiscal prevista. Mais especificamente, essas vantagens ocorrem no âmbito do ICMS, referindo-se ao financiamento do capital fixo ou capital de giro das empresas.

PROGRAMAS ESTADUAIS PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS NA BAHIA

A partir da década de 90, podem-se observar políticas de desenvolvimento regional, especificamente para o

A Bahia caracteriza-se por apresentar uma forte política de incentivos à implementação ou ampliação de investimentos em vários segmentos industriais.

setor industrial, implementadas pelo governo estadual. Essas políticas tiveram como objetivo a atração de empreendimentos; a diversificação e a interiorização da matriz industrial, destinada especialmente às empresas cujos produtos tenham maior valor agregado. Para que ocorresse esse feito, seria necessário uma tentativa de saneamento das contas públicas, visando viabilizar a criação de programas de incentivos fiscais (Guerra e Gonzalez, 2001).

Atualmente o estado caracteriza-se por apresentar uma forte política de incentivos à implementação ou ampliação de investimentos em vários segmentos industriais, através da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração, proporcionando uma ampla oferta de benefícios nas seguintes modalidades: benefícios fiscais, concessões financeiras diferenciadas, incentivos para a infra-estrutura e outros incentivos (mão-de-obra especializada). O governo da Bahia oferece incentivos com o objetivo de atrair vários tipos de negócios, através da implementação de programas que visam ao desenvolvimento industrial do Estado.

Instituído em 1991, o PROBAHIA (Programa de Promoção de Desenvolvimento da Bahia) teve como objetivo diversificar a malha industrial do estado, estimular a transformação de recursos naturais, interiorizar o processo de industrialização e de reforço da capacidade tecnológica, assim como incrementar a qualidade e a produtividade da indústria na Bahia.

O programa possuiu uma ampla abrangência, sendo destinado às indústrias em geral, agroindústrias, empresas de mineração, empresas de turismo, e de produção de energia elétrica. O financiamento foi concedido através dos recursos do Imposto sob Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, gerado pela produção da empresa para implantação e ampliação de plantas industriais. A Região Metropolitana de Salvador foi utilizada como referência geográfica no tocante ao volume do incentivo, além de pelos seus próprios atrativos: um grande mercado consumidor, disponibilidade de infra-estruturas, mão-de-obra especializada, dentre outros. Todavia, se o volume aplicado no empreendimento fosse superior a R\$ 400 milhões, a referência geográfica desapareceria como parâmetro para o benefício, podendo o parque industrial ser instalado em qualquer parte do território baiano (FGV, 2000).



Tabela 1
Projetos Aprovados pelo PROBAHIA
1992-2001

Ano	Nº de projetos	Informações sócio-econômicas (1)			
		Mão de Obra	US\$ Mil		
			Investim.	Ger.de ICMS (2)	Financiam. (2)
1992	25	3.904	409.700	386.531	183.817
1993	31	1.597	189.469	170.536	84.280
1994	44	3.430	390.501	199.570	75.306
1995	24	1.159	51.616	97.142	35.954
1996	31	4.709	342.419	405.735	138.226
1997	17	1.000	341.295	402.914	164.014
1998	51	19.393	826.181	495.883	216.113
1999	26	4.086	251.153	263.757	115.886
2000	10	2.346	427.414	740.239	346.144
2001	14	853	79.748	300.073	118.427
Total	273	42.477	3.309.496	3.462.380	1.478.167

Fonte: SICM

Pode-se observar na tabela 1 a evolução dos projetos de investimentos aprovados pelo PROBAHIA no período vigente (1992 a 2001). Nesse período, o volume de investimentos previstos para implantação de unidades industriais, ampliação e modernização das atividades produtivas e reativação somaram-se US\$ 3,3 bilhões, com geração de aproximadamente 42,5 mil empregos diretos. Desses investimentos, previa-se a geração de ICMS da ordem de US\$ 3,4 bilhões.

Nesse contexto, foram criados incentivos especiais (através da isenção de ICMS) para a implantação de unidades industriais do setor de informática, eletrônica e telecomunicações, no Distrito Industrial de Ilhéus (Litoral Sul), que vigoraram de 1995 a 2001. Essa política teve como objetivo a diversificação econômica regional e a redução do desemprego vigente, possibilitou a atração de unidades produtivas, proporcionando a criação do Pólo de Informática no município. Até 2001, o pólo de informática já concretizou investimentos da ordem de R\$ 19,8 milhões e gerou mais de mil empregos diretos.

Na Bahia os investimentos em ampliação do setor de plásticos, realizados no período 1992/99, inserem-se num contexto de reestruturação e têm por objetivo o aumento da capacidade produtiva e a modernização do parque já existente. Diante deste quadro, o governo da Bahia em parceria com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia criou o BAHIAPLAST (Programa de Incentivo à Transformação Plástica), em 1998, que visava fomentar o desenvolvimento da indústria de transformação plástica no território baiano, através da concessão de créditos que contribuem para a redução da carga fiscal do ICMS em relação à produção (FGV, 2000). Até então as empresas instaladas na RMS já investiram um volume

de recursos da ordem de R\$ 260 milhões, gerando mais de 3 mil postos de trabalho.

Nos chamados bens de consumo final, destaca-se a produção de calçados e seus componentes, como bolsas e cintos, que foram beneficiadas pelo PROCOMEX (1997). Este programa foi destinado para fomentar a produção para exportação, especialmente do setor de calçados e seus componentes. Neste segmento mais de 40 empresas já se instalaram nos diversos parques industriais no estado, como no distrito industrial de Itapetinga, oriundas, na sua maioria, do sul do país. Atraídas pelos benefícios (incentivos fiscais e mão-de-obra de baixo custo), implantaram-se unidades fabris no interior do estado, como Azaléia, Kildare, Daiby, Ramarim, Dilly, Via Uno, Bibi NE, Piccadilly, dentre outras. Em conjunto, as empresas que formam o pólo calçadista já agregam 47 fábricas, onde foram concretizados investimentos da ordem de R\$ 480 milhões, segundo os dados da SICM.

Desde algum tempo o governo da Bahia vem tentando atrair empresas/montadoras do setor automobilístico, cuja cadeia é bastante ramificada. Diversos setores participam da cadeia, como plástico, eletrônica, etc., sendo uma indústria muito cobiçada pelos estados, dadas as externalidades que dela advêm, destacando-se: o aumento de impostos, de postos de trabalho, a criação de receita, a transferência de tecnologia.

Este fato pôde ser realizado através do Regime Automotivo Especial destinado às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, instituído pela Lei Federal nº 9.440. Paralelamente os incentivos fiscais federais, o governo estadual implantou o Programa Especial de



Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia — PROAUTO (Lei n. 7537 de 28 de outubro de 1999) que concedeu incentivo fiscal e de infra-estrutura para as montadoras e as fabricantes de autopeças. Além disso, outra Lei Federal (nº 9.826) concedeu benefício reduzindo 32% do IPI (Lopes, 1999). Estes fatos impulsionaram sobremaneira a vinda da Ford para o estado.

Em 1999, após uma negociação demorada que envolveu vários governos estaduais interessados na transação, a Ford decidiu instalar a sua nova fábrica no Brasil, em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, um investimento estimado em US\$ 1,2 bilhão, incluindo US\$ 661,2 milhões provenientes das 30 empresas fornecedoras (principais e secundárias) da Ford. Amplos foram os incentivos concedidos, por se tratar de um investimento estruturante.

Além desses Programas de benefícios fiscais e financeiros, destacou-se o PROCOBRE (1999) que visava à implantação de indústrias produtoras de bens que utilizassem o cobre como insumo principal. Este incentivo beneficiou a produção de cobre laminado da Caralpa Metais. Dentre outros programas setoriais estão o PROFIBRA e PRONAÚTICA.

O DESENVOLVE (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia), criado em 2002, veio substituir os programas anteriores de benefícios fiscais setoriais, bem como procurar ampliar os objetivos propostos. Tais objetivos, que são de longo prazo, prevêm a complementação e diversificação da matriz industrial e agroindustrial do Estado, mediante as seguintes diretrizes: fomento à instalação de novos empreendimentos industriais ou agroindustriais e à expansão, reativação ou modernização dos já instalados; desconcentração espacial dos adensamentos industriais e formação em regiões com menor desenvolvimento sócio-econômico; integração e verticalização das cadeias produtivas e geração de emprego e renda; desenvolvimento tecnológico dos processos produtivos e assimilação de novas tecnologias; interação da empresa com a comunidade em que pretenda atuar; geração de novos produtos/processos e redução de custos dos já existentes; prevenção dos impactos ambientais dos projetos e o relacionamento da empresa com o ambiente.

No atual programa estadual de incentivos fiscais, no período entre abril de 2002 a fevereiro de 2003, já foram aprovados projetos de 29 empresas, com um volume de investimentos da ordem de US\$ 610,3 milhões, com geração de 3,6 mil empregos diretos.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS ANÚNCIOS DOS INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS

Os investimentos industriais anunciados para o Estado da Bahia já somam R\$ 17,3 bilhões, para os próximos quatro anos (2003-2007), com cerca de 367 projetos. Esses dados fazem parte da pesquisa realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI/SEPLANTEC, que agrega tanto as informações da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do estado da Bahia — SICM (protocolos de intenção e projetos de investimentos) quanto as notícias dos diversos jornais de grande circulação no estado e no país. Quanto aos investimentos realizados, já somam R\$ 12,6 bilhões (entre 1997 a março de 2003).

Com relação aos investimentos industriais previstos por setor de atividade observados na tabela 2, destacam-se: papel e celulose, com participação de 26,7% em relação ao total (R\$ 4,6 bilhões); produtos químicos, com 19,3% (R\$ 3,3 bilhões); extração de minerais não metálicos, com 14,5% (R\$ 2,5 bilhões); alimentos e bebidas, com 6,5% (R\$ 1,1 bilhão); borracha e plástico, com 5,2% (R\$ 913 milhões); têxtil, com 4,5% (R\$ 774,8 milhões), dentre outras. Esses investimentos fazem parte das indústrias intensivas em capital, que na sua maioria são os grandes e médios.

Quanto à localização, a grande parte dos investimentos está alocada para os Eixos de Desenvolvimento Metropolitano e Extremo Sul, com respectivamente 51,5% e 32,1% (R\$ 8,9 bilhões e R\$ 5,5 bilhões, respectivamente). Dentre os municípios do Eixo Metropolitano, quanto ao volume de investimentos, destaca-se Camaçari, que absorverá um volume da ordem de R\$ 4,3 bilhões (48,1% em relação ao Eixo), com destaque para a Braskem (com participação de 33,5% em relação ao Eixo e 69,7% em relação ao município). Outro município que também tem se destacado na atração de investimentos é Simões Filho, cujo destino principal das plantas industriais é o CIA — Centro Industrial de Aratu, que absorverá um volume de investimentos de aproximadamente R\$ 3,2 bilhões (com participação de 35,4% em relação ao total do Eixo).

Com relação ao Eixo Extremo Sul, destacam-se Eunápolis e Mucuri, que absorverão, respectivamente, um volume de investimentos da ordem de R\$ 3,1 bilhões e R\$ 1,8 bilhões (com participação de 56,9% e 32,8% em relação ao Eixo), proveniente dos grandes empreendimentos do setor de papel e celulose, como a ampliação da Aracruz Celulose e Bahia Sul Celulose e a futura unidade industrial da Veracel Celulose.



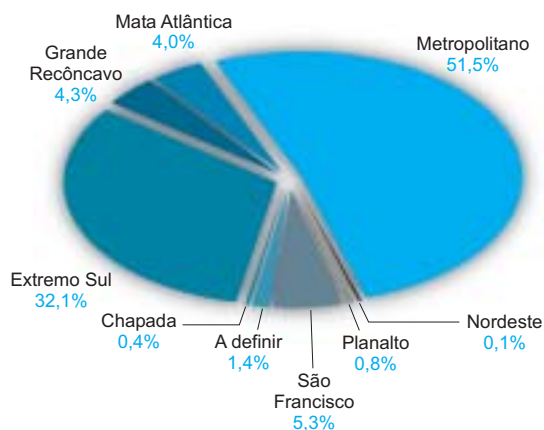
Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos no Estado da Bahia
2003-2007

CNAE	Volume (R\$ 1.000,00)	%
Agroindústria	52.041	0,30
Alimentos e bebidas	1.131.883	6,51
Artefatos de couro e calçados	197.777	1,14
Borracha e plástico	913.052	5,25
Construção	550.000	3,17
Edição, impressão e gravações	6.800	0,04
Eleticidade, gás e água quente	63.400	0,36
Equip. Médicos, ópticos, de automação e precisão	35.300	0,20
Ext. de minerais metálicos	3.900	0,02
Ext. de minerais não-metálicos	2.518.415	14,49
Ext. de petróleo e serviços correlatos	227.200	1,31
Fumo	14.624	0,08
Máq. escritório e equip. Informática	331.053	1,91
Máq. aparelhos e materiais elétricos	67.787	0,39
Máq. e equipamentos	312.984	1,80
Mat. eletrônico e equip. de comunicações	129.420	0,74
Metalurgia básica	114.978	0,66
Minerais não-metálicos	662.574	3,81
Móveis e indústrias diversas	57.695	0,33
Outros equip. de transporte	89.085	0,51
Papel e celulose	4.642.928	26,72
Peças e acessórios veículos automotores	501.043	2,88
Pesca, aquicultura	53.500	0,31
Petróleo e derivados	50.304	0,29
Produtos de madeira	411.275	2,37
Produtos de metal - exclusive máq. e equip.	92.400	0,53
Produtos químicos	3.349.608	19,28
Reciclagem	20.914	0,12
Têxtil	774.895	4,46
Total	17.376.835	100,00

Fonte: SICM / Jomais

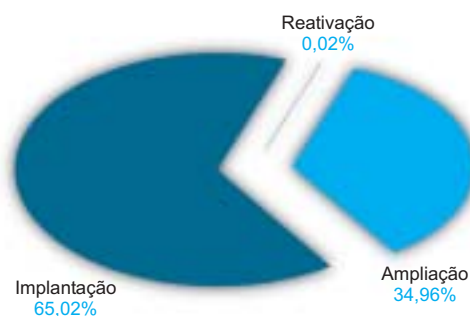
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/03/2003.

Gráfico 1
Participação dos Investimentos Industriais Previstos
por Eixo de Desenvolvimento para a Bahia 2003 / 2007



Fonte: SICM/jornais diversos
 Elaboração: GEAC/SEI

Gráfico 2
Participação dos Investimentos Industriais Previstos
por Situação para a Bahia 2003 / 2007



Fonte: SICM/jornais diversos
 Elaboração: GEAC/SEI

De acordo com o gráfico 2, pode-se observar a participação dos investimentos industriais previstos quanto à situação, ou seja, implantação, ampliação e reativação. Verifica-se, portanto, que os investimentos de empreendimentos a serem instalados no estado correspondem a 65% do total previsto, ao passo que os investimentos em ampliação correspondem a aproximadamente 35%, e os em reativação de unidades industriais apenas com 0,02% do total. A grande parte dos investimentos a serem implantados deverão ser localizados nos eixos Metropolitano (51%), Extremo Sul (29,5%) e São Francisco (8,1%), ao passo que os investimentos em ampliação serão alocados, especialmente, nos eixos Metropolitano (54,3%) e Extremo Sul (36,9%).

Esses volumes de investimentos anunciados para a Bahia deverão gerar aproximadamente 75 mil empregos diretos. Dentre os eixos de desenvolvimento que deverão absorver maior volume desses investimentos destacam-se, o Metropolitano, com cerca de 41,4%, São Francisco e Grande Recôncavo, com respectivamente, 15,3% e 12,6%. Já os setores da atividade econômica que deverão absorver maior número de empregos diretos são, especialmente, os empreendimentos intensivos em mão-de-obra, tais como: artefatos de couro e calçados (21,7%); alimento e bebidas (16,9%); máquinas e equipamentos (8,6%) e têxtil (7,1%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num contexto de mudança institucional que já foi anteriormente abordado, em que se observa a fragmentação da política de desenvolvimento regional, com menor importância do Governo Federal e das Empresas Estatais, e abertura da economia, acirrando a concorrência, aumenta a necessidade de empresas buscarem ganhos em eficiência via redução de custos. Este acirramento da concorrência exigiu das empresas estratégias de redução de custos, sendo este um dos elementos usados para explicar a realocação de empresas, em busca de menores custos de mão-de-obra ou logísticos (sobretudo, decorrentes da queda do frete de matéria-prima *versus* do produto final e apropriação de incentivos fiscais).

Nesse sentido, a guerra fiscal pode estar encobrindo um novo processo no desenvolvimento econômico do país, caracterizado pela indução dos governos estaduais de investimentos e atração de empresas.

Contudo, a guerra fiscal, tal como é praticada atualmente,

tem como condição básica de viabilidade a conjugação de um determinado arranjo legal da tributação do imposto sobre o valor agregado (IVA) e progressiva fragilidade da capacidade de regulação por parte do governo federal. Nesse contexto, a guerra fiscal (autonomia financeira) tem sido utilizada pelos estados da federação como política de desenvolvimento regional, tendo como objetivo primordial a diversificação da matriz industrial, promovendo a desconcentração regional, a partir das novas unidades industriais e a ampliação e modernização das já existentes, bem como a geração de emprego e renda.

Com a proposta de reforma tributária colocada pelo novo governo, o ICMS será substituído pelo IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) com o objetivo de torná-lo único para todos os estados unificando as 27 legislações que os compõem e, principalmente, tentar abolir a presente e transparente guerra fiscal entre os estados da federação. Na prática, a legislação do ICMS, que atualmente é estadual, passaria a ser federal, sendo que a tributação sobre o valor agregado acabaria com a incidência em cascata, ou seja, não mais haveria cobrança em cada etapa da produção sem desconto do valor cobrado na etapa anterior (cumulatividade). O ICMS configura-se hoje como o principal imposto tributário nacional, responsável por R\$ 103 bilhões da arrecadação dos estados em 2002.

Diante dessas mudanças, os estados deverão se enquadrar nas novas normas tributárias e terão que encontrar novas formas para continuar atraindo empreendimentos, baseadas nos seguintes parâmetros (Lopes, 1999):

- Capacidade financeira para realizar investimentos em infra-estrutura, especialmente ligados à logística;
- qualificação da mão-de-obra;
- suporte ao desenvolvimento tecnológico.

Contudo, espera-se que o fim da guerra fiscal proporcione o começo de um novo ciclo de desenvolvimento econômico e regional, voltado, especialmente, para tentar minimizar as desigualdades regionais existentes no país, através de políticas industriais concretas baseadas e adequadas à realidade dos diversos estados federados.



Referências bibliográficas

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Políticas estaduais de apoio ao investimento no Brasil – Estado da Bahia. Lisboa: GEPE – Gabinete de Estudos e Prospectiva Econômica e ICEP – Investimento, Comércio e Turismo de Portugal. Junho, 2000. Disponível na internet: www.icep.pt/mercado/dossiers/baia.pdf.

GUERRA, Oswaldo; GONZALEZ, Paulo. Novas mudanças estruturais na economia baiana: mito ou realidade. Inserção internacional no nordeste – políticas de incentivo e transformações recentes. Fortaleza: *Revista Econômica do Nordeste*, v.32, n.3, p. 308-321, jul-set. 2001.

LOPES, Guilherme F. Estratégia governamental para o fomento automotivo. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador:SEI/SEPLANTEC, v.1, nº 66, p.1-9, nov. 1999.

PRADO, Sérgio. *A guerra fiscal no Brasil*. Org. Sérgio Prado, Carlos Eduardo G. Cavalcanti. São Paulo: Fundap, Fapesp; Brasília: Ipea, 2000.

RODRIGUES, Denise. O papel dos governos estaduais na indução dos investimentos: a experiência dos estados do Ceará, Bahia e Minas Gerais. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.151-174, dez. 1998.

RODRIGUES, Denise Andrade; MELO, Luciana Paiva. Uma análise dos anúncios de investimentos em 2000: Aspectos Setoriais e Regionais. *Estudos Especiais*. Rio de Janeiro: BNDES, jul. 2001.

VLADSON, Menezes. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana. Série de Estudos Estratégicos - *Tendências da Economia Baiana*. Salvador: pg.23-54, mar. 2000.

**Roberta Lourenço de Souza é economista, mestranda em Análise Regional pela Unifacs e bolsista FAPES*

***Fabiana Pacheco é bacharelanda em Ciências Econômicas pela UFBA e estagiária da SEI*



Evolução territorial e administrativa do estado da Bahia: um breve histórico

Recuperar a história da emancipação político-administrativa dos municípios baianos agora ficou mais fácil. A SEI acaba de lançar em CD-ROOM Multimídia, o trabalho – *Evolução Territorial e Administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico*. O produto como um todo pode ser lido a partir do CD-ROOM, desenvolvido em *softwares* de edição multimídia e fotografia como Director e Photoshop.

Com este trabalho a SEI torna público, mais uma vez, informações municipais de interesse dos usuários em geral e, em particular, de professores, pesquisadores e técnicos envolvidos em assuntos pertinentes à evolução político-administrativa do estado da Bahia. É importante destacar que o assunto não se encerra aqui, podendo ser atualizado e ampliado com a introdução de detalhes que se fizerem oportunos.

O objetivo desta versão interativa é facilitar o resgate do processo de evolução territorial no estado da Bahia e agilizar a pesquisa, a partir de ferramentas de busca, mantendo-se texto, tabelas, figuras, cartogramas e mapas, bem como o quadro-síntese, em conformidade ao documento original.

A história da evolução territorial e administrativa pode ser reconstituída basicamente a partir de três blocos ao mesmo tempo distintos e complementares: texto descritivo, quadro-síntese e reconstituição cartográfica.

O QUADRO-SÍNTESE

O quadro-síntese resume, graficamente, em escala temporal, a história da emancipação político-administrativa de onze municípios baianos, considerados

originários¹, contada no decorrer de cinco séculos, a partir de 1534, quando foi criada na Bahia a vila mais antiga – Porto Seguro, sob o regime de Capitânias Hereditárias.

Para a organização deste quadro fazia-se necessário relacionar a origem do município a fatos significativos da história do municipalismo brasileiro. Em razão do pequeno volume de informações disponíveis e da estrutura do quadro, os séculos XVI, XVII e XVIII foram agrupados, e desdobrados os séculos XIX e XX. Deste modo, no século XIX foram destacados os anos de 1827 e 1889. O primeiro por estar próximo à Independência do Brasil, época em que a Bahia definiu suas fronteiras interestaduais e face à outorga da Constituição brasileira em 1824, que no seu Art. 2ª facultava às províncias “subdividirem seus territórios como bem lhes aprouvesse”. No segundo, o da Proclamação da República, foi publicada a primeira Lei Orgânica dos municípios. No século XX foram distinguidos o ano de 1940, quando se deu a reorganização da divisão territorial e administrativa do país, com o advento do Estado Novo, e o de 2000 para demonstrar a situação ao final do século XX, conforme Figura 01.

Também de acordo com a Figura 01, pode-se obter a informação de duas maneiras distintas, ou seja, visualizando o município no conjunto, ou, se preferir, individualmente.

No primeiro caso, a consulta pode ser operacionalizada pela representação gráfica linear do município no próprio quadro, que possibilita uma visão da árvore genealógica desenhada para cada município, a partir dos municípios originários³.

Caso o usuário opte pela informação individualizada, esta pode ser acessada igualmente diretamente do quadro, clicando na coluna Situação Atual, no nome do município, objeto de interesse. Desse modo, serão exibidos em uma tela os dados individualizados, relacionando o município tanto à capitania, como ao município originário e aquele ou aqueles dos quais originou-se de fato. A posição relativa do município, em razão dos cortes executados na linha do tempo, foi também discriminada. Um asterisco colocado ao lado do nome do município indica que o dado é controverso e, visando dirimir dúvidas, foram acrescentadas notas explicativas relativas à legislação, conforme demonstrado na Figura 02.



Figura 01



Figura 02

Nome: Jandaira

Município Originário: Vila de Abadia

Ano: 1727

Evolução

Desmembrado de: Vila de Abadia

Situação em 1827: Vila de Abadia

Situação em 1889: Vila da Cachoeira da Abadia

Situação em 1942: Jandaira

Situação em 2000: Jandaira

Nota:

Vila de Abadia, sua sede foi transferida para o arraial de Cachoeira em 1889, recebendo nesta mesma data o nome de Vila da Cachoeira da Abadia. Em 6/9/1896, passou a chamar-se Côpia Forte e pelo Lei Estadual nº 2.045, de 17/01/1937, Jandaira, Extinta e anexada a Rio-Real pelo Decreto Estadual nº 7.479, de 07/11/1931, Restaurado com território de Rio Real, por decreto de 16/11/1933, novamente extinta e anexada a Rio Real por decreto estadual de 21/12/1943, sendo restaurado pelo Decreto Estadual nº 12.678, de 18/11/1964 (Pedreira, 1981:87).

Ainda em relação à informação individualizada, utilizando-se uma outra ferramenta de busca disponível na abertura do quadro síntese, pode-se chegar à lista onde figuram, em ordem alfabética, os 417 municípios baianos, grafados conforme a opção adotada pela SEI, baseada nas leis de criação ou ocorrência mais freqüente, constatada nas fontes consultadas.

OS MUNICÍPIOS ORIGINÁRIOS

Na montagem do quadro foi admitido como pressuposto básico que, dos 417 municípios existentes atualmente, 11 são originários. Para cada um destes foi reconstituída a cadeia sucessória, nos moldes de uma árvore genealógica, destacando-se eventos relevantes, como o ano de criação, de extinção, de restauração ou de alteração de topônimo.

Numerosos foram os casos de municípios criados e extintos mais de uma vez, tendo suas sedes transferidas para outras localidades e o seu território anexado ao de origem ou a outro município. Dos 417 existentes, 49 foram extintos e restaurados posteriormente, e quatro – Vila Verde, Trancoso, Olivença e Barcelos² –, jamais voltaram à condição anterior. Ainda em relação a esse total, 20 municípios foram extintos em 1931 e 15 restaurados em 1933. Os demais, porém, esperaram um pouco mais, como Vila Viçosa, atual Nova Viçosa, criado como território de Caravelas, e só retornou à condição de município em 1962.

Cerca de 26 % do total dos municípios sofreram algum tipo de modificação em relação ao topônimo de origem, devido principalmente a três motivos: simplificação de nomes compostos ou muito extensos, ocorrência no país de localidades com denominação idêntica e transferência de sede. Fugindo aos exemplos citados estão os municípios de Barreiras, Barro Preto, Caém, Pindaí e Livramento do Brumado. Nestes casos, os topônimos foram alterados legalmente para Governador Antônio Balbino, Governador Lomanto Júnior, Anselmo da Fonseca, Ouro Branco e Livramento de Nossa Senhora, respectivamente. Mas, como essa vontade legislativa não foi efetivada, permanece a denominação anterior, com exceção de Livramento de Nossa Senhora, que acatou a Lei nº 2.325 de 14 de maio 1996 que, embora não tenha se tornado eficaz, foi também referendada pelo IBGE e pela SEI.

Comparando-se a Figura 01, que retrata o município de

Cachoeira, e a Figura 03, o de Jandaíra, pode-se constatar que os desmembramentos não se deram de maneira linear. Variaram de município originário para município originário, na dependência de fatores políticos e econômicos. Jandaíra em nenhuma oportunidade foi submetido a algum tipo de divisão e, por falta de sustentação econômica e político-administrativa, teve sua sede transferida uma vez, mudou o topônimo em três ocasiões e, por duas vezes consecutivas, foi extinto e posteriormente restaurado. Cachoeira, ao contrário, criado em 1698, alcançou em 1962 a quinta geração com Lajedinho, emancipado de Ruy Barbosa, em 1962 (Figura 01).

RECONSTITUIÇÃO CARTOGRÁFICA E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

O acesso a este bloco pode ser se dar diretamente do *menu*, ou concomitantemente à leitura do texto, fazendo-se uso de *links* criados especialmente para este fim. Para os mapas e cartogramas, de um modo geral, foram acrescidos recursos de zoom e navegação.

O trabalho original também resgatou espacialmente a informação em nível municipal através da reconstituição cartográfica. Assim, abstraindo-se o fator tempo e levando-se em conta o formato atual do estado, a poligonal dos municípios originários seria próxima àquela registrada na Figura 04. As situações relativas aos recortes temporais foram espacializadas igualmente para 1827, 1889, 1940 e 2000.

Figura 03



Figura 04
Municípios Originários - Estado da Bahia



Fonte: SEI, 2000.

Outras peças cartográficas foram elaboradas especialmente para este trabalho, para demonstrar situações relativas à ocupação do território, que não ocorreu aleatoriamente. A direção assumida pelos caminhos de povoamento era sugerida pelo governo e intermediada pelos jesuítas, bandeirantes ou criadores de gado. Uns e outros deixaram nos rastros sementes que prosperaram e deram origem a povoações que não raro alcançaram a condição de sede de unidade administrativa que, com a proclamação da república, passaram a denominar-se município.

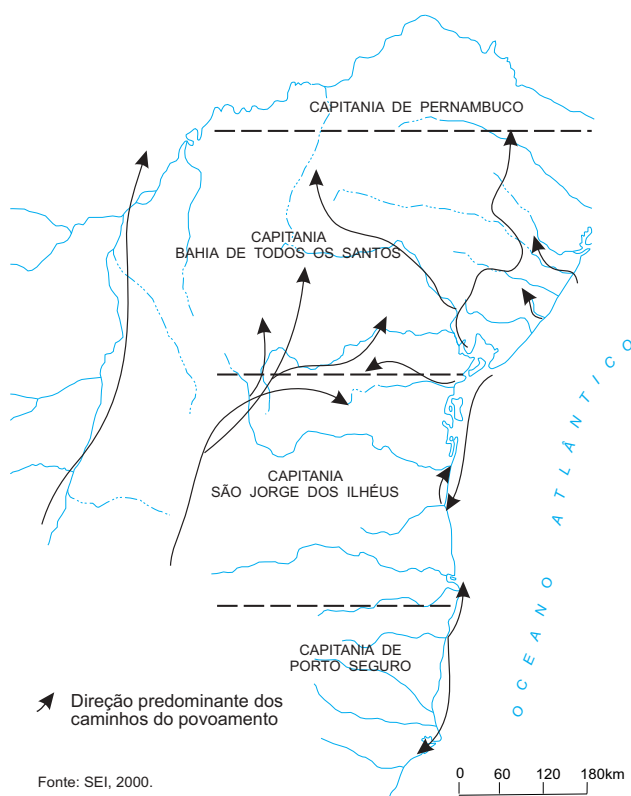
No Brasil, até meados do século XVI, o crescimento era incipiente. No território que se configurou mais tarde como o estado da Bahia, a ocupação resumia-se às vilas que sediavam as capitanias Bahia de Todos os Santos, Ilhéus e Porto Seguro.

Posteriormente, no âmbito da capitania Bahia de Todos os Santos, a ocupação atingiu o baixo curso dos rios que desaguavam no entorno da baía de Todos os Santos. No interior estendia-se esparsamente por um raio de 30 léguas sertão adentro; em direção ao sul, alcançaram o

rio Jaguaripe, no litoral atlântico, e, paralelo a este, com rumo norte, atingiram o rio Real. Na capitania de São Jorge dos Ilhéus, povoações foram criadas em terras do que seriam hoje os municípios de Valença e Camamu. Na capitania de Porto Seguro, todavia, o avanço era quase imperceptível.

Nos séculos XVII e XVIII permaneceram as tendências manifestadas antes, e o objetivo era ampliá-las, conquistando o rio São Francisco e arredores, o que se materializou com expedições vindas de Minas Gerais, principalmente, de acordo com a Figura 05. Ao iniciar-se o século XIX as capitanias estavam reunidas, formando a capitania da Bahia cuja capital era Salvador, conhecida por todos, simplesmente, como Bahia. A incorporação da comarca do Rio São Francisco, antes pertencente à de Pernambuco, foi outro fato determinante para que a Bahia assumisse o atual contorno, aumentando o seu território em cerca de 30% do total. Não obstante, as taxas de ocupação permaneciam baixas, e apenas 41 vilas – registradas na Figura 06 – haviam sido criadas até 1827. Em 1889 eram 98, no ano de 1940 estes números foram ampliados para 150.

Figura 05
Caminhos do Povoamento - Século XVII



A Figura 07 destaca os 417 municípios existentes em 2000, o que representou um aumento de 64% em relação ao corte para 1940 e resume o processo de evolução territorial e administrativa ao qual esteve submetido o estado da Bahia desde os primórdios da colonização.

Notas

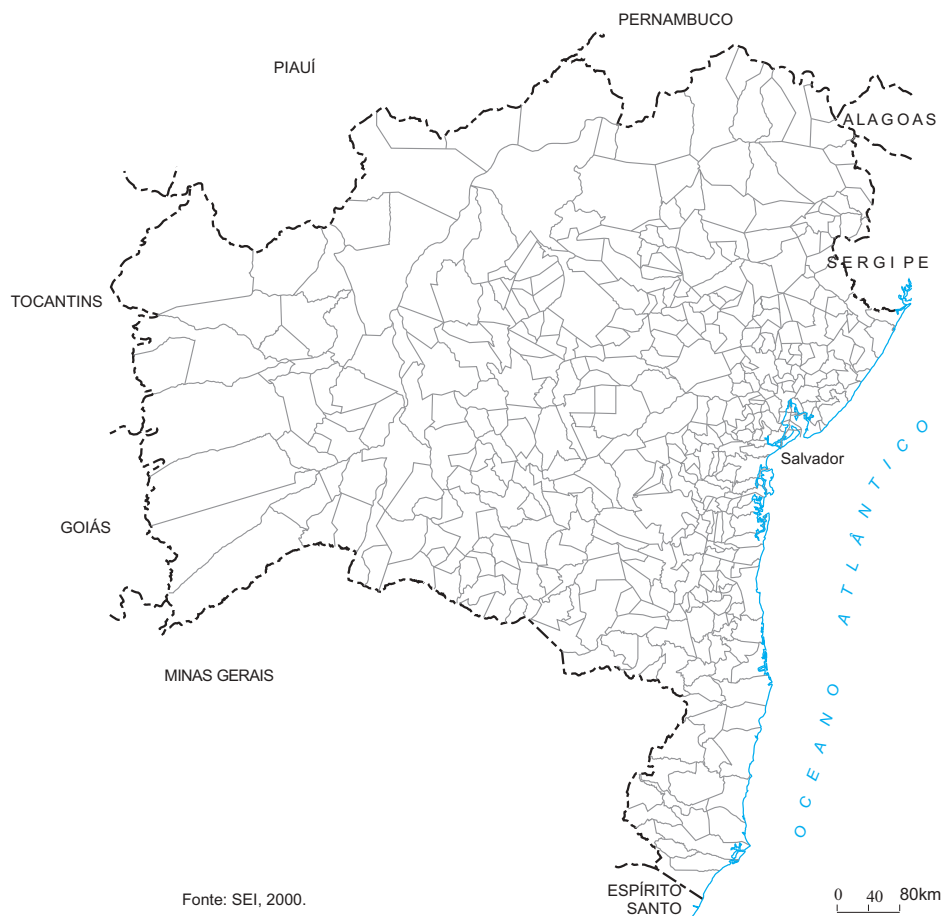
¹ Como município originário, entende-se aquele para o qual não foi localizado algum tipo de documento ou análise que estabelecesse ou evidenciasse relação de cunho territorial ou administrativo entre o município criado e qualquer outro existente. Nesta categoria foram enquadrados os municípios listados a seguir, em ordem crescente, em relação ao ano de criação: Porto Seguro, Ilhéus, Salvador, Jaguaripe, Cachoeira, Jacobina, Água Fria, Itapicuru, Jandaíra, Barra, e Pilão Arcado.

² O acesso aos municípios citados restringe-se ao quadro face à extinção e não restauração destes.

Figura 06
Situação em 1827 - Estado da Bahia



Figura 07
Situação em 2000 - Estado da Bahia



Fonte: SEI, 2000.

** Conceição Cunha é Geógrafa da SEI.
ccunha@sei.ba.gov.br*

Políticas públicas municipais no Brasil: uma caracterização possível¹

JOSÉ ANTONIO GOMES DE PINHO*
MERCEJANE WANDERLEY SANTANA**

Julgamos que essa é uma discussão pertinente, sobretudo num cenário em que modelos tradicionais de gestão estão sendo revistos e que se busca, além de uma nova percepção da localidade nessa nova ordem mundial, a formulação de políticas ajustadas aos interesses da população de cada cidade e mais próximas possível da realidade. Realidade essa da globalização, da escassez de recursos do Estado e de redefinições de seus papéis, de novos padrões de acumulação e de desenvolvimento, da revolução tecnológica e de tantos outros fatores.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O objetivo deste artigo é contribuir com o entendimento, de uma forma crítica, do processo pelo qual vem passando o governo municipal no Brasil nos últimos anos, como vem se posicionando frente a um contexto de crise do Estado e quais são as práticas e as políticas adotadas. Isso só foi possível através dos projetos inscritos no Programa Gestão Pública e Cidadania nos anos de 1996 a 1999, mais precisamente os 100 semifinalistas de cada ano, oriundos da administração municipal. Esse Programa, que é uma parceria da EAESP/ Fundação Getúlio Vargas, Fundação Ford e BNDES, tem como finalidade estimular e disseminar iniciativas inovadoras na gestão pública no âmbito estadual, municipal e das comunidades indígenas. O acervo do Programa se constitui numa valiosa referência para pesquisa quanto às políticas e programas implementados por governos locais em anos recentes no Brasil.

Consideramos que mesmo deixando de lado as iniciativas do nível estadual e de comunidades indígenas tem-se um amplo universo de análise e, pela credibilidade alcançada por esse Programa, acreditamos que esse material empírico reflete o que acontece no nível municipal de forma generalizada no país. É possível, através do estudo desses projetos, fazer algumas inferências, traçar um perfil do poder local no Brasil, detectar tendências, perspectivas, delinear os caminhos que estão sendo percorridos por essa esfera de governo e que, guardadas as devidas especificidades e peculiaridades locais, poderão ser reproduzidos em outras realidades.

As mudanças que se processaram no capitalismo nas últimas décadas exigiram e vêm exigindo, sobretudo do Estado, redefinições quanto à sua atuação e suas relações com a sociedade. As transformações do mundo contemporâneo são intensas e carregadas de adversidades: questionam-se valores, culturas, modelos e rompem-se paradigmas, levando a um reposicionamento dos diversos atores sociais. E nesse cenário o Estado e a sociedade sofrem mudanças radicais em suas estruturas e relações. Dentro do Estado mais especificamente os governos passam a assumir papéis diferenciados dos até então desempenhados. A esfera municipal, principalmente, tem sido alvo de atenção e expectativas que lhe são atribuídas num forçado redesenho do Estado, e em resposta a uma situação complexa e considerada de crise. A tendência, já concretizada na prática, é de uma valorização dos níveis subnacionais de governo em detrimento do governo central. As razões são múltiplas e conhecidas, mas valeria a pena ressaltar o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos por parte dos governos centrais, o que leva à transferência desses para os níveis subnacionais, principalmente o nível municipal. O argumento é procedente: ao se partir um problema suas partes menores tornam-se passíveis de receber um melhor tratamento, desde que, evidentemente, não se perca a perspectiva do todo. Além disso, ao se transferir o problema para o nível municipal, este seria o mais

¹ Este artigo é uma versão resumida e atualizada do trabalho O Governo Municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90, publicado nos Cadernos Gestão Pública e Cidadania, vol.20, abril de 2001, FGV.



habilitado a enfrentá-lo, dado que a sociedade está mais próxima do governo e, assim, a definição das soluções, acompanhamento, interações e controles seriam mais factíveis em menores agregados do que maiores, muitas vezes gigantescos.

Na realidade, o que se apresenta é o fato do Estado vir assumindo novos contornos, novas configurações, a partir dos anos 90 no Brasil. Essa década foi marcada essencialmente pelo modelo neoliberal, quando se assistiu ao desmonte do Estado desenvolvimentista/intervencionista. O Estado, entenda-se aqui o governo federal, retirou-se de uma série de atribuições e competências, transferindo-as para níveis subnacionais de governo e/ou deixando um vazio institucional. Frente a essa situação, alguns governos municipais começaram a deflagrar políticas para enfrentar a nova realidade, agravada por esse posicionamento neoliberal.

A trajetória dos governos municipais revela uma gama de soluções e alternativas inovadoras no desempenho deste novo papel que passam por políticas de responsabilidade fiscal; institucionalização de mecanismos de democracia direta, como orçamento participativo, conselhos municipais, fóruns de consulta além de parcerias com o setor privado; práticas gerenciais centradas na qualidade e no exercício da participação; defesa do meio ambiente; políticas de cunho redistributivo ou anticíclico para garantir a renda e o emprego; e, sobretudo, dentre outras políticas que poderão ser observadas a seguir no trabalho, um novo papel de agente de desenvolvimento local, desenvolvimento este que abrange o econômico, o social e o humano, uma espécie de *welfare municipal*.

Feitas essas observações preliminares, podemos concluir que o governo municipal no Brasil, para não mencionar outros países, tem assumido importância cada vez mais relevante. Visto de outra forma, espera-se cada vez mais do governo municipal.

A partir dessa discussão geral, optamos neste artigo por apresentar de imediato as políticas que estão sendo implementadas nos municípios, e ao fazermos as análises das mesmas estaremos dialogando com autores que são pesquisadores dos governos municipais (Farah, 1998; Moura, 1998; Pinho e Santana, 1998; Tenório, 1998, 1999, 2000) e que também têm se debruçado sobre o material do Programa Gestão Pública e Cidadania e refletido sobre os projetos inscritos e selecionados.

PROJETOS E POLÍTICAS DOS GOVERNOS MUNICIPAIS

O nosso objetivo agora é debulhar as experiências semifinalistas participantes do Programa Gestão Pública e Cidadania em quatro anos: 1996, 97, 98 e 99. A partir do material analisado nosso esforço direciona-se no sentido de criar compartimentos onde possam ser encaixados os projetos municipais. Pensamos em dois grandes compartimentos de políticas municipais: *políticas horizontais* e *políticas transversais*. No primeiro compartimento inserem-se todas aquelas políticas concretas de setores bem explícitos que possam ser pontuais ou mesmo mais abrangentes. No segundo compartimento incluem-se principalmente aquelas políticas que possuem um caráter mais difuso, abstrato. São transversais essas políticas porque perpassam, atravessam todas ou quase todas as políticas horizontais.

Políticas Horizontais: esclarecemos antecipadamente que não faremos menção a cada uma das experiências analisadas sendo as ponderações aqui colocadas referidas ao conjunto, ao bloco de programas e projetos analisados buscando identificar comportamentos cristalizados e tendências:

Meio Ambiente: esta se constitui numa das áreas mais recorrentes de intervenção do poder público municipal. Pode-se perceber, pela forma como são apresentados os projetos, como em determinados municípios já há uma consciência ecológica formada. Esta constatação é importante quando se percebe que, no contexto geral, a sociedade ainda não está suficientemente desperta para este problema, não havendo uma consciência formada ou razoavelmente disseminada. E, frente à impossibilidade de administrações municipais ecoconscientes de resolverem os graves problemas ambientais nacionais, pelo menos enfrentam e resolvem os seus problemas dentro dos seus espaços territoriais. Assim, essas iniciativas são altamente meritórias e, muitas, com capacidade de êxito em sua propagação.

Pelo material analisado, classificamos essas ações em meio ambiente em ações pontuais e ações macro. Por ações pontuais entendemos aquelas normalmente empreendidas no meio urbano, tais como, coleta e tratamento ambientalmente correto de resíduos sólidos para evitar contaminação do meio ambiente, coleta seletiva de lixo e reciclagem, coleta e tratamento de esgoto sanitário por processo biológico, qualidade e controle de perdas de água tratada, etc. Ações macro referem-se à preservação da vida de uma forma mais abrangente,



principalmente da água (questão central no século XXI), localizadas normalmente fora das áreas urbanas. Estão neste elenco ações relativas à ocupação racional de áreas rurais sub-utilizadas ou degradadas, preservação de manguezais, substituição de atividades extrativistas dilapidadoras do meio-ambiente por culturas não agressoras do meio-ambiente, garantindo a geração de renda e evitando o desmatamento, recomposição e reflorestamento de matas com introdução de plantações nativas, além do impedimento de desmatamentos adicionais, controle biológico, controle de ocupação de margens de rios, reflorestamento de encostas de risco, combate à degradação e recuperação de bacias hidrográficas normalmente envolvendo diversos municípios e educação ambiental. Projetos deste tipo acabam levando à formação de consórcios intermunicipais, o que revela o despertar de uma consciência de necessidade de agregação de instâncias municipais para resolver problemas comuns.

Pode-se perceber que muitas ações são constituídas de soluções de baixo custo e alta eficiência. Identificam-se políticas que objetivam transformar produtores rurais em agentes ecológicos capazes de atuar no meio-ambiente de “forma racional e equilibrada” e não destruindo este meio-ambiente, transformando-os em aliados na luta pela preservação da biodiversidade.

Em alguns casos nota-se consciência de que mudanças simples podem levar a resultados maiores. É o caso de um Programa de Coleta Seletiva em escolas, onde a mudança de hábitos dos alunos com relação ao destino final do lixo leva-os a transmitir os conhecimentos a seus familiares, vizinhos, etc., a sociedade civil em geral, aumentando o número dos ecoconscientes.

Saúde: os resultados encontrados convergem claramente com o apontado por Farah (1998) e por Pinho & Santana (1998), que também detectam uma mudança qualitativa no enfoque da questão da saúde nos últimos anos. Farah se refere a uma ênfase na saúde preventiva em substituição ao enfoque tradicional de uma medicina curativa. Pinho & Santana (1998) criam a categoria “valores para trás” para expressar o retorno de práticas e posicionamentos de um passado nem tão distante, mas que foi substituído pela *fúria tecnológica*. Nesses dois casos se encaixam programas como médico de família (muito recorrente), atendimento preventivo, atenção a gestantes, parturientes e recém-nascidos, valorização do aleitamento materno, programas de combate à desnutrição com soluções simples, atendimento domiciliar, humanização do atendimento, cultivo de plantas medicinais para a comunidade, enfim, uma mudança de paradigma que

elege o coletivo em vez do indivíduo como foco de atenção e a saúde em vez da doença. Essa ênfase na saúde não resulta apenas das mudanças a partir da Constituição de 1988, com a municipalização da saúde, mas se expressa também pela deflagração de políticas inovadoras, “novas” (antigas) formas de abordagem. Pode-se perceber também um número significativo de intervenções em populações rurais, deslocando a área tradicional de intervenção e “privilegiamento” do urbano para o rural. Melhor dizendo, o rural também passa a ser considerado. As políticas de saúde também ousam no tocante à reversão do modelo manicomial tradicional, baseado em internamento, promovendo a reinserção familiar e comunitária do paciente; no atendimento de minorias anteriormente marginalizadas (caso de surdos e cegos) e na atenção a drogas, problema contemporâneo que anteriormente não constava dos projetos de saúde.

Nota-se em algumas administrações uma postura não conformista com a aceitação da pobreza que, mesmo com recursos escassos e limitados, buscam alternativas para enfrentar a pobreza e os problemas de saúde, não aguardando surgirem as condições ideais, adequadas, mas adequando as soluções aos recursos disponíveis. Identificam-se ainda políticas que envolvem crianças e adolescentes no combate a epidemias (Equipe Caça-Dengue) mobilizando a juventude que, assim, adquire consciência social. Observa-se que existe uma postura de mobilizar atores da sociedade civil (Ongs, associações, crianças, adolescentes), constituindo parceiros para enfrentamento da questão mais ampla da saúde, demonstrando que o governo por si só é incapaz de prover as soluções necessárias, necessitando de uma articulação e do apoio da sociedade civil.

Educação: aqui também os resultados encontrados convergem com aqueles de Farah (1988), notando-se uma busca da universalização do ensino acompanhado de uma melhoria incessante deste, com combate específico ao analfabetismo. Nota-se uma disseminação da idéia básica da Bolsa Escola, onde a família recebe recursos financeiros para colocar seus filhos na escola. Em alguns casos essa ação é bem incisiva, mostrando uma preocupação orgânica do governo em atacar o problema com o envolvimento das famílias e a criação das condições necessárias de apoio (transporte, orientação, convites domiciliares, documentação). Esta política ganha maior relevância ainda quando ativada em áreas do interior do Nordeste, indicando como a questão educacional é mobilizadora e está presente nas mentes de muitos dirigentes. Destaque também deve ser dado ao envolvimento das famílias no sentido de combater o problema educacional, mais especificamente à evasão



escolar. Percebe-se também uma interface de programas de educação com outras áreas como emprego e renda. Também são identificados projetos que se vinculam à idéia de *valores para trás* (Pinho & Santana, 1998) como a disseminação do hábito da leitura e freqüência a bibliotecas, o que também se lastreia na mobilização da sociedade civil. Esses projetos, dentre os quais se destaca o Mala do Livro/Bibliotecas Domiciliares, possuem a virtude de atingir populações carentes, expressando a viabilidade de implantar programas de baixo custo, alta qualidade e alta responsabilidade social, atendendo a populações extremamente carentes que normalmente são deixadas à margem de projetos por conta exatamente de sua carência, reforçando um círculo vicioso e perverso. As questões da droga e da violência também emergem em iniciativas que vinculam o enfrentamento desses problemas a programas de articulação entre escola e comunidade. Atendimentos a populações das áreas rurais também são registrados, mostrando uma tendência de reverter o modelo de atendimento prioritário a áreas urbanas bem como conciliar as especificidades da população rural com a educação, ao implantar um programa de estudos concentrado em certos dias da semana. A política educacional é também atrelada à questão ecológica, assim como volta-se também para populações carcerárias, indicando um objetivo de recuperação dos detentos e mostrando uma cidadania pensada de uma forma mais abrangente. Enfim, nota-se uma mobilização em um número significativo de municípios em relação à superação dos problemas educacionais.

Alimentação e Abastecimento: neste setor a inovação e a criatividade expressam-se de várias formas, mas fundamentalmente refletindo posicionamentos políticos de enfrentamento da questão da pobreza, da desnutrição. Aqui estão arrolados tanto programas de abastecimento abrangentes e centralizados como projetos pontuais tais como hortas comunitárias, produção de farinhas e pães enriquecidos com vitaminas, programas específicos de barateamento dos alimentos, despertar de novos hábitos alimentares em populações carentes visando reduzir a desnutrição e doenças. Os arranjos políticos mencionados passam pela disponibilização por parte do setor público de terras ociosas através de arrendamento a agricultores assim como de assistência técnica. Envolvem ainda trocas de cestas básicas por trabalho nas hortas, rompendo com práticas paternalistas, da simples doação de alimentos normalmente com fins eleitoreiros. A iniciativa do governo municipal de atuar no apoio à produção de alimentos, indica que o Estado tem um papel estratégico, que as forças do mercado deixadas por si só, não só

não resolveriam estes problemas como não teriam iniciativa de enfrentá-los. A iniciativa privada só age nas áreas das quais se pode esperar retorno. Dentro do ideário neoliberal, o mercado resolveria isto, mas a realidade mostra que para populações de baixo nível (ou nenhum) de renda isto não acontece. Assim, o governo municipal tem que intervir mesmo que seja em uma área aparentemente simplória, mas que para esta população e realidade pode representar a vida. Como já apontado anteriormente, muitas vezes ações simples e de baixo custo podem ter um efeito de grande impacto na redução da pobreza e das condições de vida degradadas. Vale lembrar a estreita associação entre condições de alimentação e capacidade de aprendizagem. Um exemplo dessas ações do governo pode ser visualizado em um programa de comercialização de produtos agrícolas em bairros com menor poder aquisitivo a preço acessível, beneficiando dois públicos alvo: o produtor, que se encontra desestruturado e descapitalizado e o consumidor de baixa renda sem capacidade de consumo, ou seja, os dois extremos da pobreza, pequenos produtores e consumidores de baixíssima renda. A intervenção nesta área parece indicar que as condições de pobreza e degradação da vida aumentaram tanto nos últimos anos que muitos governos tomaram consciência dessa situação e resolveram agir, atuando numa área que normalmente não era competência municipal. Mesmo assim, apesar de tantos projetos na área, ainda parece faltar à maioria das administrações uma *opção preferencial pelos pobres*.

Habitação e Urbanização: ao contrário da política educacional anterior, esta tem sido uma área de tradicional competência do nível municipal na qual detecta-se uma presença significativa de intervenções, tendo estas um caráter mais tradicional expresso por mutirões, autoconstrução assistida, envolvimento da comunidade, residindo o elemento inovador na busca de tecnologias alternativas, principalmente com a utilização de materiais não convencionais. Verificou-se programa de manutenção da população em áreas de assentamento “subnormais” através de programas de regularização fundiária e melhorias das condições infraestruturais e das habitações existentes. Pode-se perceber também políticas de valorização de equipamentos urbanos, tais como praças, associadas à mobilização da população. Projetos nesta área também rompem com uma visão estanque, promovendo a integração de vários setores como saúde, educação, agricultura, assistência social, emprego.

Crianças e Adolescentes: a ação dos governos municipais neste setor reflete novamente a existência de uma situação de degradação, marginalização e pobreza



crescentes, resultado de acúmulos de *modelos de desenvolvimento* perversos agravados nos últimos anos pelo padrão neoliberal. As ações mais recorrentes referem-se à implantação de creches comunitárias, assim como das mais diversas estruturas de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco e de rua (através de atividades esportivas e culturais, ambientais, educacionais, de atendimento médico), que por si sós não indicam nenhum posicionamento inovador. Este se encontra, porém, e fortemente instalado, na conjugação com atividades de caráter profissionalizante e ainda, e principalmente, atividades de formação de consciência da situação de marginalização, visando desenvolver a idéia de cidadania. Nesse sentido são discutidas e enfrentadas questões pertinentes a esta população tais como violência, em particular a violência sexual e a violência doméstica, drogas, sexualidade, primeiro emprego, etc., com a participação ativa dos interessados. Registra-se também programa de atendimento a crianças com distúrbios psicossociais, escolares e/ou de comportamento. Programas também apontam para a geração de renda dos participantes como uma forma de inserção profissional e de gerar auto-estima assim como o envolvimento das famílias no sentido de sua recuperação. Programas outros combatem o trabalho infantil redirecionando as crianças e adolescentes para atividades escolares, recebendo suas famílias em contrapartida, um reforço na renda familiar. Uma forte característica desses projetos reside na formação de parcerias com mobilização da sociedade civil, o que parece indicar que se forma uma percepção de que o governo sozinho não tem condições de enfrentar problemas volumosos e complexos, precisando contar com o apoio e participação da sociedade. Começa a se formar uma idéia de que não compete só ao Estado (governo) resolver todos os problemas, mas estes podem e devem ser enfrentados por uma articulação de governo e sociedade. Verifica-se inclusive uma delegação de poderes para entidades da sociedade civil, que possuem capacidade instalada e tradição, tornando-se parceiras na tarefa de governar.

Emprego e Renda: neste setor também se detecta uma forte atuação do governo municipal. Essa atuação assume várias formas: programa de garantia de renda mínima; renda mínima para idosos; criação de fundo institucional para apoio financeiro a pequenas e micro empresas e profissionais autônomos; implantação de unidades produtivas autogestionadas pela população excluída do mercado de trabalho e sem qualificação profissional; incorporação dos setores mais pobres da população mediante a criação de pequenos negócios; programa de produção associada com garantia de renda mínima

exigindo em troca a matrícula dos filhos na escola; apoio financeiro a segmentos da sociedade à margem do sistema financeiro. Todas essas políticas trazem em seu bojo formas muito aguerridas de intervenção do governo municipal, através não só de financiamentos, mas também aporte de equipamentos, matéria prima, treinamento em cursos profissionalizantes e desenvolvendo até comportamentos empreendedores em microempresários.

Da análise de todos esses elementos podemos postular que o governo municipal, em um contexto de subdesenvolvimento, onde proliferam o desemprego e a exclusão social, tem que ser ao mesmo tempo “welfarista” e “desenvolvimentista”. Neste último caso, não é mobilizando setores estratégicos da economia como, por exemplo, indústria automobilística, petroquímica, turismo, mas recursos potenciais do município, às vezes da própria pobreza, expressos por pequenos negócios, pequenas oportunidades, mas que representam o preenchimento de um nicho de mercado e oportunidades para os que se engajam nele. Essas realizações contrapõem-se ao modelo econômico central, dado que privilegiam a economia de pequenos e micro empresários. Esses governos mostram que não há imobilismo, mas também deve haver consciência de que só é possível atuar nas franjas do sistema econômico. Em outras palavras, nenhum governo municipal poderá reverter substancialmente as condições de pobreza locais, nem “salvar” a economia, mas apenas implementar políticas que não estão no horizonte do nível nacional e onde existem esses nichos.

Projetos Agrícolas: também foram detectados vários projetos neste setor, notadamente beneficiando pequenos produtores através de cessão da terra, facilitação de acesso a insumos agrícolas e à comercialização, substituição de atividade extrativista, desenvolvimento da consciência ecológica através de educação ambiental, programas de investimentos públicos, melhoria das escolas rurais, recuperação de terras degradadas e diversificação de culturas para abertura de novos mercados, assistências social, médica, técnica, além de crédito e materiais de construção. Localizaram-se também programas de qualificação de mão-de-obra dos bóia-frias, além de programas de difusão de tecnologia. Em diversos projetos percebem-se referências explícitas à necessidade de evitar o êxodo rural e do combate à pobreza, o que mostra que o governo municipal não fica esperando uma política nacional ou estadual e ele mesmo age, se posiciona, rompendo também com um pensamento fatalista de que só o nível estadual e federal podem prover respostas efetivas. Verificam-se também projetos mais amplos de constituição de fundos de desenvolvimento



rural, de modo a estimular as atividades agropecuárias, tornando a agricultura “mais competitiva frente a mercados globalizados”. Este posicionamento indica que, mesmo em municípios do interior de base rural, já existe a consciência da globalização e da necessidade de apoiar tecnologicamente a agricultura, agregando valor para torná-la sustentável e competitiva. Por outro lado, em municípios com uma base econômica (e populacional) forte no meio rural, a intervenção em aspectos do rural torna-se questão de sobrevivência do próprio município. Nesse contexto, ganham destaque programas que fazem análises das potencialidades agrícolas e incentivam a agregação de pequenos produtores, observando-se que se esses ficarem desagregados perdem a capacidade de sobrevivência. Do material analisado, pode-se perceber que os projetos agrícolas têm, em boa parte, uma identificação forte com geração de emprego e renda, não se esgotando, contudo, neste objetivo.

Políticas Transversais: Ao classificar democratização e cidadania, participação popular, combate à pobreza, incorporação dos excluídos como políticas transversais estamos atribuindo a estas a qualidade de atravessarem todas, ou quase todas, as políticas horizontais. Isto quer dizer que várias das políticas horizontais carregam em seu bojo políticas transversais. Tomando cada uma dessas políticas em específico cabem os seguintes comentários:

Democratização e Cidadania: embora essas duas categorias sejam as mais difíceis de capturar ao longo dos textos dos projetos analisados, elas aparecem recorrentemente. Ainda que possam ser usadas apenas como palavras de ordem, o que se pode observar na análise dos projetos é que essas palavras se desdobram não só em conceitos, mas em conceitos operacionalizáveis. Pode-se perceber que determinados governos têm um ideário explícito de democratização e não ficam apenas a brandi-lo em forma de discurso, mas partem para sua operacionalização na prática, através das políticas horizontais. Vale registrar que uma das formas recorrentes de expressão desta democratização encontra-se no anticlientelismo. Em diversos projetos existem referências ao rompimento com a estrutura tradicional de funcionamento da sociedade com base no clientelismo e que este passo caminha no sentido da afirmação de ideais democráticos. Pinho & Santana (1998), na categoria *gestão democrática*, já afirmavam que “ao se contrapor ao paternalismo e autoritarismo tradicionais, a gestão democrática se expressa pela construção de uma nova cultura de relacionamento entre Estado e sociedade civil”. Por outro lado, Tenório tem uma visão diferente, menos otimista, considerando que o envolvimento da cidadania dá-se como “retórica, e não como ação efetiva no

processo de tomada de decisão das políticas públicas” (Tenório:1998:237). Uma outra forma detectada de democratização repousa na montagem de estruturas governamentais de disseminação das informações. Na sociedade contemporânea o direito à informação parece estar se afirmando cada vez mais e com os instrumentos de informática deve se propagar aceleradamente no futuro próximo, contribuindo para o avanço democrático. Pinho & Santana (1998), na categoria *valores para frente* sinalizavam que “a utilização da informatização para prestação de serviços públicos também foi detectada, tendência que também deve se acentuar no presente e no futuro”.

Participação Popular: se expressa mais abertamente através do orçamento participativo, orçamento popular, assembleias populares, conselhos populares, planejamento socialmente construído, movimentos organizados da sociedade civil, ouvidoria pública, delegação de poderes às associações de moradores para que estas façam o gerenciamento de obras, parcerias entre governo e associação de moradores. A participação popular, em variadas formas, pode ser encontrada em várias, se não em todas, políticas horizontais, tais como: habitação e urbanização, educação, saúde, políticas agrícolas, meio ambiente, etc. Pode-se perceber que o meio ambiente tem sido usado como uma forma privilegiada de mobilizar a população, principalmente a jovem, incentivando a participação, até com geração de recursos financeiros que revertem para a comunidade, principalmente para a área educacional. Identificam-se ações que oferecem um ganho pecuniário para os participantes, principalmente de baixa renda (troca de lixo por ticket para compra de alimentos). Esta política indica que não existe, por um lado, uma consciência ecológica instalada de forma geral na população (e nem seria de se esperar que houvesse) e, por outro lado, a pobreza e a carência são grandes. Assim, ao juntar as duas pontas pode levar ao monitoramento da segunda e ao despertar da primeira.

Uma visão otimista entende que dificilmente se faz, ou se fará, política, governo sem participação popular. Por outro lado, parece estar havendo também uma super valorização da idéia de participação, uma *overdose* de participação. Não havendo intenção, neste momento, de teorizar a questão, vale apenas mencionar que com a participação rompe-se a idéia da administração tradicional de que “quem governa é só o governo”, passando a incluir no ato de governar também a comunidade. No entanto, essa visão de participação popular ainda é muito restrita, pois se subentende que quem participa majoritariamente são os “pobres”. Não só restrita, mas carregando todas as suspeitas que pairam quando a *participação* envolve esses



grupos (clientelismo, riscos de cooptação, instrumentalização, etc). Não há, no geral, uma idéia de envolver a comunidade de uma forma mais ampla. Verifica-se em alguns casos que a população de maior poder aquisitivo considera a participação importante e demonstra alguma mobilização para encontros e reuniões, mas revela uma resistência à prática efetiva, como na coleta seletiva de lixo, não se envolvendo efetivamente. Aí fica a desconfiança maior com a possibilidade de participação popular, pois no momento em que estes “pobres” têm sua demanda específica atendida, tornam-se “menos pobres” e a idéia da participação esvanece-se.

Uma visão crítica deste tema, desenvolvida em diversos tempos por Tenório e colaboradores, aponta entre problemas a questão que “cada gestor e/ou técnico na administração pública nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal, interpretam, de forma diferente, como deve ser o processo de envolvimento da cidadania na gestão da coisa pública” (Tenório & Storino:2000:6). Ainda estaríamos distantes dessa realização, pois “o conhecimento exercitado pelas propostas de participação da cidadania em programas e/ou projetos subnacionais parece estar fundado em uma pedagogia diretiva, tecnoburocrática, em vez de numa pedagogia emancipatória...” (Tenório: 1999: p.237). Sem dúvida, qualquer posicionamento mais claro sobre este tema, polêmico e ainda não plenamente estudado, demanda um aprofundamento da pesquisa. Cabe, no entanto, avançar um pouco na avaliação do orçamento participativo, carro-chefe desse posicionamento político-administrativo, após alguns anos de existência desse programa e de sua reaplicabilidade em vários contextos.

Observa-se emergir uma consciência de que “o processo de construção da cidade é fruto não só da atuação do poder público, como também da população” como no caso do programa Ribeirão mais Bonita (Ribeirão Pires – SP). De modo a enfrentar a questão da urbanização “é importante que a comunidade faça a sua parte, o que implica em sensibilizar os moradores quanto a questões de interesse público”. A participação se dá através de reuniões recorrentes de setores da população com a administração municipal nas quais “busca-se trabalhar a idéia de que a transformação da cidade num espaço de qualidade de vida implica num esforço conjunto entre governo e sociedade civil”. Existe consciência da forte tradição clientelista e do funcionamento da máquina administrativa na base de “favorecimentos pessoais”, por exemplo, na prestação de serviços de manutenção “historicamente intermediado pelo Legislativo e usado na barganha política de eleições”, que a participação

popular poderia contrastar. Neste sentido, a participação tem sido vista como “um elemento pedagógico que possibilita as pessoas desenvolverem uma consciência do seu papel protagonista enquanto cidadão ativo, desenvolvendo novos laços de sociabilidade que possam estimular a organização popular em uma cidade sem tradição e cultura participativa”.

Combate à Pobreza: também este tipo de política transversal perpassa várias políticas horizontais. São diversas as referências ao combate à pobreza através de projetos de educação, saúde, habitação, etc., e não só em termos de políticas de emprego e renda. As condições de pobreza crescentes, geradas nas últimas décadas no Brasil pelos vários modelos econômicos excludentes, produziram uma massa de pobres e miseráveis que governos progressistas não podem ignorar. Assim, muitos governos municipais não esperam mais vir as decisões de um novo modelo macro-econômico, mas buscam alternativas antinômicas ao modelo atual potencializando vocações e recursos locais. Pinho & Santana (1998) consideram que a “inovação no setor público no Brasil não pode ser vista fora do contexto de miséria, pobreza, marginalidade, exclusão, clientelismo, paternalismo, etc.”. Admitem que “em situação de extrema pobreza, em municípios pobres, os grupos ‘marginalizados’ não são exceção, mas a regra” e que, assim, governos progressistas não podem ignorá-los.

Incorporação dos Excluídos: muito associada à categoria anterior, vários projetos manifestam a intenção e o objetivo explícito de se direcionarem para incorporação de populações excluídas. Esse metapropósito se expressa através de várias políticas horizontais, tais como, educação, saúde, políticas agrícolas, etc. Pinho & Santana (1998), ao se referirem à categoria de inovação, *incorporação dos excluídos (maioria) e minorias*, apontam que “existem casos onde os excluídos não são exatamente a maioria mas formam contingentes apreciáveis, como a questão de crianças e adolescentes de rua em situação de risco, bem como de melhorias no abastecimento alimentar aos carentes, além de incorporação de bóia-frias, e através da qualificação da mão-de-obra e da melhoria de condições habitacionais, bem como de crianças em situação de desnutrição crônica”. O grupo de idosos também tem passado a merecer a atenção de políticas governamentais, mas rompendo com políticas tradicionalistas como tratamento asilar, valorizando os próprios idosos que passam a participar das decisões que lhes dizem respeito. Existem projetos também com característica não asilar, procurando desenvolver um conjunto de atividades diversificadas para esta comunidade. Projetos específicos



vão ainda além deste objetivo, fomentando a convivência do idoso com adolescentes, “vitalizando” o idoso com esta parceria jovem, promovendo “troca de conhecimentos e experiências”, elevando a auto-estima e promovendo a inserção social da pessoa idosa.

O aparecimento de políticas municipais voltadas para idosos, ou a chamada terceira idade, revela que, como se sabe, a população do Brasil envelheceu e que, por outro lado, os setores governamentais tomaram consciência desse fato. A entrada do governo municipal, por sua vez, nesta área poderia estar indicando que as políticas estadual e nacional não têm sido suficientes e/ou eficazes para enfrentar os problemas da área.

Por último, deve-se registrar que, por excluídos, entende-se a questão de dois pontos de vista. Em primeiro lugar, excluídos produzidos pelo modelo macro-econômico e político gestado e desenvolvido a nível nacional. Em segundo lugar, excluídos das políticas governamentais. O posicionamento de determinados governos municipais indica que o segundo sentido passa a ser atacado, apesar da existência e resistência do primeiro.

Pinho e Santana (1998, destacam a atenção das administrações locais para este contingente populacional, que é cada vez mais numeroso, fazendo a observação de que a exclusão social “em determinadas situações precede mesmo a condição de cidadania situando-se no plano humanitário, como por exemplo, a questão da fome e da desnutrição”. Moura (1998), também chama a atenção para as iniciativas econômicas locais direcionadas para este segmento populacional, que está à margem do mercado.

CONCLUSÕES

As conclusões a serem tiradas a partir deste material empírico devem ser olhadas com bastante cuidado, e este trabalho limita-se a chegar a conclusões dentro dos seus limites possíveis, apesar de termos tomado uma amostra significativa e bem diversificada de governos municipais no país. Não é possível, no entanto, afirmar que os comportamentos aqui expressos indicam a tendência dos governos municipais como um todo no Brasil. Neste sentido, podemos indiscutivelmente perceber que muitas experiências contrapõem-se frontalmente ao modelo econômico e político adotado no nível federal, de corte neoliberal, desenhando-se uma espécie de *welfarismo* municipal, obviamente dentro dos estreitos limites de intervenção que este nível pode

proporcionar. Ao lado deste *welfarismo* identificamos também a adoção de um *desenvolvimentismo*, política que o nível federal também não adota. Pode-se apreender que, mais do que *welfarismo* ou *desenvolvimentismo*, muitos governos municipais parecem se caracterizar pelo que poderíamos alcinhar de *cidadanismo*, ou seja, a prática efetiva da cidadania. Como exemplos deste *cidadanismo* podemos citar o combate à desnutrição, políticas de saúde e educação que visam tratar todos, mormente os excluídos, como cidadãos.

Não se trata aqui de fazer a apologia do nível municipal até porque estas são algumas experiências implementadas geralmente por governos chamados progressistas. Mas nem só de progressismo, no entanto, vive o governo municipal. Isto quer dizer que localizamos governos mais identificados com ideais democráticos e progressistas, mas ainda sobrevive um amplo espectro de governos conservadores e tradicionais. Mas, pela amostra aqui analisada, verifica-se que o governo municipal exibe comportamento pró-ativo, apesar de várias adversidades, e um potencial capaz de dar um passo significativo no sentido de contribuir para inocular a democracia e o progressismo em outros níveis de governo, até porque muitas dessas experiências ocorrem em “municípios formadores de opinião”, municípios no centro político na nação.

Embora a participação popular, conforme visto anteriormente, ainda seja carente de maior aprofundamento, é inegável que a sociedade civil está em franco processo de articulação com os governos municipais, o nível de governo mais próximo do cidadão. Assim, uma perspectiva otimista enxergaria nesses movimentos um embrião de uma *revolução* que se deslocaria de baixo para cima, incorporando setores da sociedade civil organizada, até grupos empresariais e governos municipais, havendo por detrás destes partidos políticos. Uma explicação para isto, além dos partidos ideológicos tomados, parece residir na flexibilidade muito maior do nível municipal que dos demais, o que lhe permite inovar e ousar em experiências até *laboratoriais* de governo.

Também se pode perceber que os governos municipais têm uma outra percepção da crise, e mesmo a falta de recursos financeiros parece não imobilizar estes governos que buscam soluções alternativas, mais baratas, mais simples e fora dos contextos tradicionais, mostrando que “pequenas políticas” podem levar a grandes resultados. Parece-nos que muitos dos municípios brasileiros já têm percepção da situação em que vivem e se inserem no pronunciamento recente do Ministro das Cidades, Olívio Dutra, na VI Marcha a Brasília em Defesa dos



Municípios, (13/03/2003) em que conclamou: “Torna-se indispensável e urgente, então, que transformemos a escassez de recursos em elemento provocador de nosso indignado entusiasmo e de nossos esforços; para o aproveitamento pleno de nossa capacidade criativa; para o exercício da cooperação e da solidariedade administrativa; para a racionalização de nossas atividades; para a compatibilização dos nossos programas e projetos; para a hierarquização de nossas prioridades”.

O material analisado permite identificar um cardápio bem amplo de intervenções dos governos municipais, verificando-se atuações tanto em áreas de carências históricas acumuladas (saúde, educação, habitação, etc) como em áreas específicas da pós-modernidade (meio ambiente, minorias, combate a drogas, apoio à terceira idade, etc.). Isto também quer dizer que não é só a sociedade civil que está em articulação procurando o governo municipal, mas este também está procurando a sociedade civil, o que indicaria que tomou consciência de que não pode governar sozinho.

Ainda a título de síntese, cabe observar que começa a vingar a idéia de desenvolvimento sustentado, reconhecendo-se implicitamente, que não basta combater a desigualdade e injustiças sociais, mas o governo tem que gerar emprego, deflagrar atividades econômicas auto-sustentadas. Começa a propagar-se também a idéia de formação dos consórcios para enfrentamento de problemas comuns a vários municípios.

Em suma, observa-se que, frente ao modelo de “desenvolvimento” adotado nos últimos anos no Brasil, gerador de excludência crescente, contrapõem-se determinados governos municipais que, não só contestam esse padrão de desenvolvimento, mas também, dentro dos limites de atuação do nível municipal,

propõem ações que o nível federal não contempla. Parece ser possível identificar uma ebulição no nível municipal através da articulação de governos com a sociedade civil organizada, em determinados municípios. Por outro lado, deve-se estar atento para o fato de não encarar o poder municipal como tábua de salvação, pois sua competência é restrita, embora possa iniciar um novo posicionamento da sociedade civil frente a problemas sociais capaz de redefinir o escopo das tradicionais ações a nível federal. Na realidade, este movimento associado a outros levou à mudança do governo federal, baseado em um novo padrão de desenvolvimento cuja efetividade só o tempo mostrará.

Referências bibliográficas

- FARAH, Marta F. S. Reforma de políticas sociais no Brasil: iniciativas recentes de governos estaduais e municipais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL REESTRUTURAÇÃO E REFORMA DO ESTADO: *Brasil e América Latina no processo de globalização*, maio/1998, INTERNET, FEA-USP.
- MOURA, Suzana. A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento. *Organizações & Sociedade*, Salvador: Escola de Administração/ UFBA, v. 5, n. 12, p. 37- 57, maio/ago. 1998.
- PINHO, José Antonio G. de; SANTANA, Mercejane W. Inovação na gestão pública no Brasil: uma aproximação teórico-conceitual. In: ENANPAD, 22. *Anais ...* Foz do Iguaçu, 1998.
- TENÓRIO, Fernando G. Inovando com democracia, ainda uma utopia. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 6, p. 229-238, nov./dez. 1999.
- _____. CUNHA, Augusto P. G. Relatório sobre as experiências semifinalistas do Programa Gestão Pública e Cidadania – ciclo de premiação, 1997. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo: FGV, v. 10, 1998.
- _____. ROZENBERG, Jacob E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 7, São Paulo: FGV, v. 7, 1997.
- _____. STONIO, Gylcilene R. A Sociedade é protagonista na relação com o Estado? *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo: FGV, v. 15, 2000.

* José Antonio Gomes de Pinho é professor da Escola de Administração e do NPGA – UFBA, membro do Comitê Técnico do Programa Gestão Pública e Cidadania.
** Mercejane Wanderley Santana é técnica da SEI e professora da Faculdade Ruy Barbosa



Estrutura organizacional: a reforma esquecida

Em seu discurso de posse, em 1º de janeiro deste ano, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, falou das cinco reformas que pretende realizar em seu mandato, que se estende até 2006: previdência social; tributária; política; trabalhista, e agrária. A expectativa do presidente é que, com esse conjunto de reestruturações, seja impulsionado um novo ciclo de desenvolvimento nacional. Para atingir esse objetivo, o governo aposta na necessidade de um “pacto social”, ainda sem uma definição do que isso significa de concreto. Segundo o presidente, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, composto de empresários, trabalhadores e lideranças da sociedade civil, será o principal instrumento para viabilizar esse pacto.

O conjunto de reformas apresentado pelo presidente, se o Congresso Nacional aprovar os projetos a serem enviados pelo Executivo e se forem realmente implementados, será um avanço importante para modernizar o Estado brasileiro. Porém, no nosso entendimento, faltou ser incluída a reestruturação do aparelho burocrático da União, também conhecida como reforma administrativa. Aliás, na primeira Medida Provisória que o atual presidente enviou ao Congresso Nacional, MP nº 103, de 1º/01/2003, foram acrescentados nove órgãos à estrutura organizacional básica do Poder Executivo, que passou a contar com 34 entidades. Pelo que constatamos, é a estrutura com maior número de entidades em nível de ministério da História do Brasil, além de ser uma das maiores entre as das nações ocidentais.

Em suma, o objetivo deste artigo é analisar a atual estrutura organizacional do Poder Executivo Federal,

comparando-a com a de gestões antecedentes e também com a estrutura vigente em outros países selecionados. A partir desta análise, apresentamos um esboço de proposta de estrutura. Faremos inicialmente um breve comentário sobre o papel do Estado no cenário internacional contemporâneo.

FUNÇÃO DO ESTADO

Em praticamente todo o mundo, o papel do Estado, na atual sociedade tecnológica e globalizada, é uma questão ainda sem respostas consensuais. Por exemplo, desperta muita atenção de analistas e cientistas políticos e sociais qual deve ser a função do Estado nacional nos blocos de países que vêm se formando, como a União Européia, a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e o ainda oscilante Mercosul. Vale notar que há 15 anos o professor americano Martin Carnoy (1988) já questionava o destino das teorias do Estado. Segundo Carnoy, no final do século XX a participação política parecia estar perdendo sua grandiosidade. A crise capitalista mundial havia provocado o declínio do Estado do bem-estar social, que foi a “solução” para a crise dos anos 30. Entretanto, não era somente o desempenho da economia que era posto em questão, mas também a performance do próprio Estado, uma vez que o setor público, um fator essencial para solucionar a crise anterior, passou a ser um componente básico da deficiência capitalista do final de século. Quer dizer, não foi o Estado que instituiu a crise capitalista, mas, como parte fundamental desse distúrbio estrutural, ele se tornou necessariamente parte da solução.

Pablo González Casanova (1995) também se refere ao impacto dos problemas do capitalismo no setor público. Para esse professor mexicano, os efeitos da crise deste início de século terão alcances fundamentais para a vida do Estado nacional, dos sistemas políticos e da sociedade civil. Como afirma Casanova: “O fim do Estado nacional e do Estado social se converte em exigências e práticas da transnacionalização. A falta de consistência a respeito é muito grande nas antigas forças nacionalistas, progressistas, social-democráticas e democráticas”. Isto decorre da própria transnacionalização, que é parte do processo de globalização.



Com relação aos países da periferia capitalista, como os da América Latina, Casanova argumenta que a reestruturação da economia, da sociedade e do Estado realiza-se em termos práticos e operativos. Ou seja, as mudanças são realizadas em obediência a uma política de investimentos das empresas transnacionais. Assim, os Estados com fortes pressões populares ou populistas e de “orientação socialista” são substituídos por Estados com fortes articulações empresariais e com predomínio da empresa transnacional. Por fim, Casanova acredita que a transnacionalização vem tentando aniquilar o Estado nacional, buscando novas e mais eficientes formas de acumulação de capital por parte das empresas multinacionais, bem como uma dominação mais formal por parte das potências que controlam o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em suma, na visão desse autor, tem-se, em lugar do Estado independente, um Estado submisso aos interesses do capital globalizado, em um modelo cada vez mais socialmente injusto e mais concentrador de riquezas.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

O Estado brasileiro, ao invés de ter sido naturalmente formado em decorrência de fatores históricos e conflitos de interesses, como ocorreu nas nações ocidentais, foi artificialmente instituído pela Coroa Portuguesa. De fato, em 1548 o Reino de Portugal transforma a Bahia em Capitania da Coroa, determinando a criação da cidade sede do Governo Geral do Brasil, a fim de manter seus interesses nas terras brasileiras, especialmente quanto à exploração dos recursos naturais. No ano seguinte, com a chegada de Tomé de Souza, inicia-se a fundação da cidade do Salvador, que se tornou a primeira capital do Brasil. Uma outra data marcante nesse processo de formação do Estado ocorre em 1808 com a chegada do príncipe-regente de Portugal, D. João, ao Brasil, fugindo das tropas napoleônicas e aqui permanecendo até 1821. Nesse período, houve mudanças importantes que deram um notável impulso à formação de nossa sociedade, como por exemplo, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas; a criação da Biblioteca Pública e da Imprensa Régia; a criação da Escola de Medicina, em Salvador; a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal. Quando retorna a Lisboa, D. João deixa aqui seu filho D. Pedro, que em 1822 declararia a independência. Por fim, em 1889 é proclamada a República dos Estados Unidos do Brasil, que no percurso desses 114 anos passou por várias transformações, até se constituir na atual República Federativa do Brasil,

nome oficial consagrado na Constituição Federal.

Em síntese, o Brasil é um Estado Democrático de Direito, tendo como componentes a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, que formam a República Federativa, com regime presidencialista. Aos três poderes da União: Executivo, Legislativo e Judiciário, acrescenta-se o Ministério Público, definido como uma instituição permanente, autônoma e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Entre as atividades que são de competência da União, destacam-se as seguintes: a) manter relações com Estados estrangeiros e participar de organismos internacionais; b) declarar a guerra, celebrar a paz e assegurar a defesa nacional; c) emitir moeda, administrar as reservas cambiais do país e fiscalizar as operações financeiras; d) elaborar e executar planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social, e instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano; e) instituir e cobrar impostos, taxas e contribuições de sua competência; f) prestar serviços à população, realizar obras públicas, além de exercer outras atividades determinadas pela Constituição.

TENTATIVAS DE REFORMA DO ESTADO

Para cumprir sua missão institucional, a União conta com uma estrutura organizacional nos níveis estratégico, gerencial e operacional, encarregada de desempenhar atividades, a fim de que sejam atingidos os objetivos e metas estabelecidos, para se atenderem as demandas da sociedade. E qual deve ser a estratégia do governante, para estruturar o órgão ou entidade que dirige? Cabe assinalar que essa questão vem sendo debatida, freqüentemente nos últimos 40 anos, sob a denominação de reforma administrativa ou reforma do Estado. Lembre-se que no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) criou-se, com essa finalidade, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). No segundo mandato de FHC (1999-2002), o MARE foi extinto, sendo suas atribuições incorporadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Convém sublinhar que, segundo Álvaro Vicente Ramírez Alujas (2002), em sua análise sobre a gestão pública nos países latino-americanos, as reformas para a modernização do Estado são um fator que contribui tanto para o crescimento econômico, quanto para criar novas e melhores formas de participação da cidadania, fortalecer a capacidade do setor



público como principal articulador dos esforços para alcançar igualdade de oportunidades e, sobretudo, prover a satisfação das múltiplas demandas sociais.

Como exemplo de reforma realizada no Brasil, cita-se, entre as mais importantes, a que decorreu da edição do Decreto-Lei nº 200, de 1967. As linhas mestras desse documento, promulgado pelo governo ditatorial, no final da gestão Castello Branco (1964-1967), decorrem de análises e estudos realizados ainda no governo João Goulart (1961-1964), quando foi designado um ministro extraordinário para a reforma do Estado, com a missão básica de implantar e institucionalizar o planejamento administrativo em todos os setores que integram o Poder Executivo. Em suma, no Decreto-Lei nº 200/1967 são estabelecidos, como princípios fundamentais da administração pública, o Planejamento, a Coordenação, a Descentralização, a Delegação de Competência, e o Controle. Definem-se também nesse Decreto-Lei os instrumentos básicos de planejamento, quais sejam: o plano geral de governo; os programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual; o orçamento-programa anual; e a programação financeira de desembolso.

Na Constituição Federal de 1988, são redefinidos os padrões para o Estado brasileiro e para o serviço público, nos níveis federal, estadual e municipal. Mas, para alguns autores, a exemplo de Bresser Pereira (2002), a reestruturação contida na Constituição pode ser considerada uma contra-reforma, uma vez que estabeleceu regras burocráticas rígidas no âmbito do Estado. Enfim, no primeiro mandato de FHC, implementou-se a chamada “reforma gerencial”, cujas linhas basílicas encontram-se no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, implementado a partir de 1995. A execução desse Plano resultou na promulgação da Emenda Constitucional nº 19, de 4/06/1998, conhecida como reforma administrativa. Entre as principais modificações introduzidas por essa Emenda, sobressaem-se as seguintes: revisão das regras inerentes ao servidor público; inclusão da “eficiência” como princípio da administração pública; ampliação da autonomia dos órgãos públicos para firmar contratos de gestão; aumento da participação do cidadão na gestão pública; ampliação da autonomia da administração indireta, reforçando-se os mecanismos de fiscalização e avaliação dos dirigentes. Embora importantes, essas mudanças foram insuficientes naquilo que era necessário e urgente fazer-se: dotar a administração pública federal de um aparelho administrativo mais enxuto, mais ágil, mais econômico e, sobretudo, mais eficaz, a fim de se construir uma sociedade justa e solidária, promover o

desenvolvimento econômico e social, com a repartição da riqueza e da renda de modo mais equitativo e isento de qualquer tipo de discriminação. Em resumo, a reforma administrativa deixou de resolver um problema grave: a macrocefalia do aparelho de Estado, conforme focalizamos a seguir.

ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO

Como dissemos, o governo Lula da Silva inicia-se com promessas de efetivar reformas significativas para que o País, afinal, encontre a trilha do desenvolvimento sócio-econômico, tão ansiosamente almejada pela população. Porém, desconsiderou completamente uma reforma essencial para que o aparelho da União seja um elemento eficaz nesse processo de retomada do crescimento. Referimo-nos evidentemente à reforma administrativa. A tese que ora defendemos é a de que, sem uma redefinição da estrutura organizacional do Poder Executivo Federal, a gestão pública fica debilitada e todo o processo de encaminhamento das outras reformas fica prejudicado. E por que isto ocorre?

Em primeiro lugar, porque, tendo que comandar diretamente uma superestrutura de 34 órgãos em nível ministerial, além de cinco Conselhos Superiores, o presidente da República fica a maior parte do seu tempo envolvido diretamente com discussões internas, muitas delas infrutíferas. Assim, pouco tempo sobra para as decisões de governo que verdadeiramente interessam ao povo brasileiro. Segundo, porque, com essa profusão de ministérios vinculados à Presidência da República, as áreas de conflitos se multiplicam, haja vista que, para a resolução de uma questão qualquer, é necessário que vários ministros se envolvam na aprovação e execução das medidas. Terceiro, porque a manutenção de tantos entes de primeiro escalão eleva sobremaneira as despesas de custeio, além de multiplicar as tarefas do sistema de controle interno e também do Tribunal de Contas da União. Há ainda a instituição de Secretarias de Estado vinculadas ao presidente da República, o que se configura uma impropriedade, mantida em dissonância ao que estabelece o artigo 76 da Constituição Federal: “O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado”. Portanto, na esfera federal, o correto é que todas as secretarias sejam subordinadas aos respectivos ministérios, e não à Presidência.

Conforme estabelece a Medida Provisória nº 103, de 1º/01/2003, a estrutura de governo é composta de 34 órgãos



vinculados ao presidente, sendo 24 ministérios, quatro secretarias de Estado e seis órgãos equiparados a ministério, quais sejam: 1) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 2) Ministério da Assistência e Promoção Social; 3) Ministério das Cidades; 4) Ministério da Ciência e Tecnologia; 5) Ministério das Comunicações; 6) Ministério da Cultura; 7) Ministério da Defesa; 8) Ministério do Desenvolvimento Agrário; 9) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; 10) Ministério da Educação; 11) Ministério do Esporte; 12) Ministério da Fazenda; 13) Ministério da Integração Nacional; 14) Ministério da Justiça; 15) Ministério do Meio Ambiente; 16) Ministério de Minas e Energia; 17) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; 18) Ministério da Previdência Social; 19) Ministério das Relações Exteriores; 20) Ministério da Saúde; 21) Ministério do Trabalho e Emprego; 22) Ministério dos Transportes; 23) Ministério do Turismo; 24) Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome; 25) Casa Civil da Presidência da República; 26) Controladoria-Geral da União; 27) Advocacia-Geral da União; 28) Secretaria-Geral da Presidência da República; 29) Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República; 30) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; 31) Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; 32) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 33) Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; 34) Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Além dessa excessiva quantidade de organismos ministeriais, vinculam-se também ao presidente da República cinco Conselhos: de Governo; de Desenvolvimento Econômico e Social; de Segurança Alimentar e Nutricional; de Política Energética; de Integração de Políticas de Transporte.

ANÁLISE COMPARATIVA

Para efeito de comparação, vejamos como, historicamente, formou-se a estrutura organizacional da União. Focalizaremos também com se organiza atualmente a estrutura governamental em Portugal, na Espanha e nos Estados Unidos da América. De início, vale lembrar que a estrutura do Poder Executivo brasileiro poucas vezes passou por um processo de enxugamento. A tendência normal é de criação de novos ministérios ou “secretarias de Estado”, sem que haja uma reestruturação. Um exemplo de organização enxuta corresponde exatamente à formada pelo primeiro presidente da República, Deodoro da Fonseca (1889-

1891), contendo apenas os seguintes órgãos ministeriais, conforme consta do livro “Governos da República” editado pela Casa Civil (1997): 1) Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça; 2) Ministério da Marinha; 3) Ministério da Guerra; 4) Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros; 5) Ministério da Fazenda; 6) Secretaria de Estado de Negócios do Interior; 7) Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; 8) Secretaria de Estado de Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Essa estrutura simplificada durou com poucas alterações até 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder, em decorrência de um golpe de Estado, criando novos ministérios, inclusive o de Educação e Saúde e o do Trabalho, Indústria e Comércio. Mesmo assim, não houve um aumento explosivo de cargos, limitando-se a onze os organismos vinculados diretamente à Presidência.

Na história recente, verifica-se que no período entre 1956 e 1985, incluindo desde a gestão de Juscelino Kubitschek (1956-1961) até o governo João Figueiredo (1979-1985), a estrutura ministerial é gradativamente aumentada, passando de dezesseis órgãos ministeriais para 26. Chama a atenção o inchamento da estrutura ocorrida na gestão José Sarney (1985-1990), quando foram instituídas mais cinco entidades em nível de ministério, elevando-se para 31 a quantidade de entes vinculados à Presidência. Provavelmente, a razão para a manutenção de uma estrutura agigantada deveu-se à necessidade de se acomodar as várias correntes partidárias que apoiaram a eleição indireta de Tancredo Neves para presidente da República. Como se sabe, ele não tomou posse no cargo em virtude de doença grave, vindo a falecer em 21/04/1985, sendo sucedido pelo vice-presidente.

Na gestão seguinte, Fernando Collor de Mello (1990-1992), reduziu-se o número de ministérios para trinta. Com algumas mudanças, essa estrutura vigorou no mandato de Itamar Franco (1992-1994), que foi investido no cargo em decorrência da renúncia do titular. No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), a estrutura foi, inicialmente, formada de 28 organismos em nível ministerial, aí incluídos os três ministérios militares (Exército, Marinha e Aeronáutica), que seriam extintos para criação do Ministério da Defesa, em 1999. Assim, no segundo mandato de FHC (1999-2002), foram extintos os três ministérios militares e o Estado Maior das Forças Armadas, também vinculado diretamente ao presidente, reduzindo-se para 25 os órgãos de primeiro escalão. Esse fato é relevante, tanto por se tratar de um raro enxugamento da máquina estatal, quanto pela determinação de se implementarem



mudanças na área militar, o que costuma intimidar os governantes. Por sua vez, o governo Lula da Silva inicia-se exatamente dando uma generosa contribuição para engordar a estrutura governamental, criando nove órgãos de primeiro escalão. Com isso, a atual estrutura organizacional do Poder Executivo é a que conta com a maior quantidade de órgãos de primeiro escalão em toda história republicana.

Para reforçar nosso argumento de que essa estrutura é superdimensionada, vejamos como se organizam os governos de Portugal, Espanha e Estados Unidos. Em Portugal, uma República que adota o parlamentarismo como sistema de governo, tendo o presidente como chefe de Estado, a estrutura organizacional é formada de catorze ministérios, um número adequado ao estágio de modernização pelo qual vem passando aquele País, integrante da União Européia. Os ministérios são os seguintes: 1) Administração Interna; 2) Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca; 3) Ciência e Ensino Superior; 4) Cultura; 5) Defesa Nacional; 6) Economia; 7) Educação; 8) Justiça; 9) Saúde; 10) Segurança Social e Trabalho; 11) Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente; 12) Finanças; 13) Obras Públicas, Transportes e Habitação; 14) Negócios Estrangeiros (dados disponíveis no site: www.governo.gov.pt).

A Espanha, que é uma monarquia parlamentarista, conta também com uma estrutura organizacional condizente com as necessidades de um Estado moderno. Ainda menor do que a de Portugal, a estrutura espanhola é formada de 13 ministérios: 1) Administração Pública; 2) Agricultura, Pesca e Alimentação; 3) Assuntos Exteriores; 4) Ciência e Tecnologia; 5) Defesa; 6) Educação, Cultura e Deporto; 7) Economia; 8) Fomento; 9) Fazenda; 10) Interior; 11) Justiça; 12) Saúde e Consumo; 13) Trabalho e Assuntos Sociais (dados disponíveis no site: www.mpr.es).

Os Estados Unidos da América, uma República Federativa cujo modelo foi copiado pelo Brasil, são um exemplo histórico de manutenção da estrutura organizacional. Praticamente, nos últimos quarenta anos a quantidade de “departamentos”, comandados por um *secretary* (equivalente ao ministro brasileiro), varia em torno de treze, o que é uma quantidade apropriada para uma estrutura organizacional eficaz. São os seguintes os departamentos: 1) Agricultura; 2) Comércio; 3) Defesa; 4) Educação; 5) Energia; 6) Saúde e Serviços Humanos; 7) Habitação e Desenvolvimento Urbano; 8) Interior; 9) Trabalho; 10) Estado; 11) Transportes; 12) Tesouro; 13) Assuntos de Veteranos; 14) Advogado Geral (dados disponíveis no site: www.whitehouse.gov).

PROPOSTA DE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A partir do histórico da estrutura do Poder Executivo Federal aqui sintetizado e do comparativo entre o atual corpo ministerial do governo brasileiro e o de outros países selecionados, pode-se concluir que é necessária e urgente a realização de uma reforma no núcleo estratégico do governo federal. Entendemos que essa reforma deve partir do princípio de que é preciso reduzir drasticamente a quantidade de órgãos vinculados diretamente à Presidência da República. A priori, dos 34 organismos de primeiro escalão, catorze poderiam ser extintos imediatamente, sendo as atividades incorporadas aos vinte órgãos em nível de ministério, que formariam a nova estrutura governamental da União: 1) Ministério da Agropecuária e Pesca; 2) Ministério da Promoção Social, Habitação e Erradicação da Pobreza; 3) Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário; 4) Ministério das Comunicações, Transportes e Infra-Estrutura; 5) Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia; 6) Ministério da Cultura e Esportes; 7) Ministério da Defesa; 8) Ministério do Desenvolvimento Econômico; 9) Ministério do Turismo e Comércio Exterior; 10) Ministério de Minas e Energia; 11) Ministério da Fazenda; 12) Ministério da Justiça, Direitos Humanos e Segurança Interna; 13) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; 14) Ministério do Trabalho e Previdência Social; 15) Ministério das Relações Exteriores; 16) Ministério de Governo; 17) Ministério da Saúde; 18) Ministério de Integração Nacional; 19) Controladoria-Geral da União; 20) Advocacia-Geral da União.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se demonstrou, a atual estrutura do Poder Executivo Federal contém uma quantidade excessiva de órgãos em nível de ministério. Em verdade uma situação que vinha de gestões anteriores. Todavia, o governo Lula da Silva deixou de aproveitar uma oportunidade rara, neste início de mandato, amparado por um extraordinário apoio popular, para realizar um enxugamento da cúpula estatal. Preferiu ampliá-la. A lógica dessa elevação do número de ministérios pode ter sido a mesma utilizada no governo José Sarney: acomodar representantes das facções políticas aliadas no núcleo estratégico de poder. Além de elevar as despesas de custeio da máquina estatal, essa quantidade exorbitante de ministérios fomenta a “competição interna”, no seio do governo. Isto resulta em atraso nas decisões ministeriais, postergação das ações



programadas, dificuldade de controle e, acima de tudo, confusão dos cidadãos quanto a quem cobrar por eventuais ineficiências do governo. Em suma, o aparelho de Estado não pode continuar sendo um fim em si mesmo. Ao contrário, deve ser uma ferramenta usada eficazmente para promover o desenvolvimento sócio-econômico e reduzir as desigualdades e desequilíbrios regionais e sociais. E para dispor de uma equipe de governo coesa, que atenda as demandas sociais, em sintonia com o interesse da população, a União terá de promover uma reforma administrativa, que infelizmente anda completamente esquecida.

Referências bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Constituição Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br>.

_____. Medida Provisória nº 103, de 1º de jan. 2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br>.

_____. *Governos da República*. 15 de nov. 1889 a 15 de mar. 1996. Brasília: Casa Civil, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma da nova gestão pública: agora na agenda da América Latina. *Revista do Serviço Público*, Brasília: ENAP, jan./mar. 2002.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 1988.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. *Estrutura e organização do poder executivo*. Brasília: ENAP, 1993.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *O colonialismo global e a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RAMÍREZ ALUJAS, Álvaro Vicente. Reforma del Estado y modernización de la gestión pública: lecciones y aprendizajes de la experiencia chilena. *Revista do Serviço Público*, Brasília: ENAP, jan./mar. 2002.

** José Moura Pinheiro é economista com doutorado em Comunicação e professor da Escola de Administração da UFBA (jopin@ufba.br).*



INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS ALCANÇARÃO R\$ 17,3 Bi

Os investimentos industriais anunciados para o Estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2003-2007, totalizaram um volume da ordem de R\$ 17,3 bilhões que agregam 367 projetos. Do total dos investimentos anunciados, 65% correspondem a implantação de novas unidades industriais, agregando um volume de acima de R\$ 11,2 bilhões. Para os investimentos em ampliação, esse volume alcança R\$ 6 bilhões, representando 35% do total. Os demais estão alocados para reativação das empresas, alcançando R\$ 2,8 milhões (0,02% do total).

Esses investimentos deverão gerar mais de 74,5 mil empregos diretos, depois de iniciadas a produção de todas as unidades industriais. O eixo Metropolitano agrega mais de 41,4% do total, sendo o eixo que criará maior número de postos de trabalho até 2007. Dentre os demais eixos de desenvolvimento, destacam-se, o eixo São Francisco com 15,3%, Grande Recôncavo com 12,6%, Extremo Sul com 8,3%, e em seguida o eixo Mata Atlântica e Chapada com 7,7% cada. Por complexo de atividade, o Calçadista/Têxtil/Confecções gerará 29,6% empregos diretos do total previsto, o Agroalimentar com 18,5% e o Metal-mecânico com 12,8%.

Do total do volume de investimentos anunciados, 69% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (29%), Químico-petroquímico (20%) e Atividade Mineral e Beneficiamento (20%) que juntos agregam um volume de recursos da ordem de R\$ 11,9 bilhões. Esses

complexos agregam 92 projetos de empresas de médio e grande porte que representam 25% do total de projetos anunciados. Com esses resultados, pode-se confirmar a tendência de que os maiores volumes de investimentos estão alocados nos grandes empreendimentos industriais. Os demais complexos Agroalimentar (7%), Calçados/Têxtil/Confecções (6%), Eletroeletrônico (3%), Metal-mecânico (6%), Transformação Petroquímica (5%) e Outros (4%) agregam um volume de aproximadamente R\$ 5,4 bilhões, agregando 275 projetos de investimentos, que representa 75% do total.

Analisando os investimentos quanto à sua localização indicada pelos Eixos de Desenvolvimento, verifica-se que o Metropolitano e o Extremo Sul agregam 84% do total dos investimentos anunciados para o Estado, o que corresponde a um volume de aproximadamente R\$ 14,5 bilhões. Esses eixos agregam 201 projetos de investimentos, o que representa 55% do número de projetos. Os demais eixos, Chapada, Grande Recôncavo, Mata Atlântica, Nordeste, Planalto, São Francisco e A Definir, agregam um volume de investimentos acima de R\$ 2,8 bilhões, representando 16% do total.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído de forma bastante significativa para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas



se intensificaram em 1998 com o Bahiaplast. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu todos os demais programas implantados anteriormente. Entre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2003, encontram-se a Aracruz Celulose,

Veracel Celulose, Bahia Sul Celulose, RLAM, Petrobrás, Braskem, Moinho Dias Branco, Bahiagás, Grupo Gerdau, Via Uno, Andrezza Calçados, Fênix Polímeros, Conde Ind. e Comércio, MPB – Moldes e Plásticos da Bahia, Proquigel Química, Digitron, Cromitec.

Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade
2003 - 2007

COMPLEXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº. PROJETOS
Agroalimentar	1.190.383	62
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.412.090	29
Calçados/Têxtil/Confecções	972.672	45
Complexo Madeireiro	5.113.698	14
Eletroeletrônico	542.843	49
Metal-Mecânico	1.049.206	54
Químico-petroquímico	3.424.494	49
Transformação Petroquímica	945.385	57
Outros	726.065	8
TOTAL	17.376.836	367

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/03/2003.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento
2003 - 2007

EIXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº. PROJETOS
Chapada	71.380	13
Extremo Sul	5.575.323	15
Grande Recôncavo	746.472	54
Mata Atlântica	702.294	38
Metropolitano	8.955.510	186
Nordeste	21.448	6
Planalto	142.192	9
São Francisco	913.873	33
A Definir	248.344	13
TOTAL	17.376.836	367

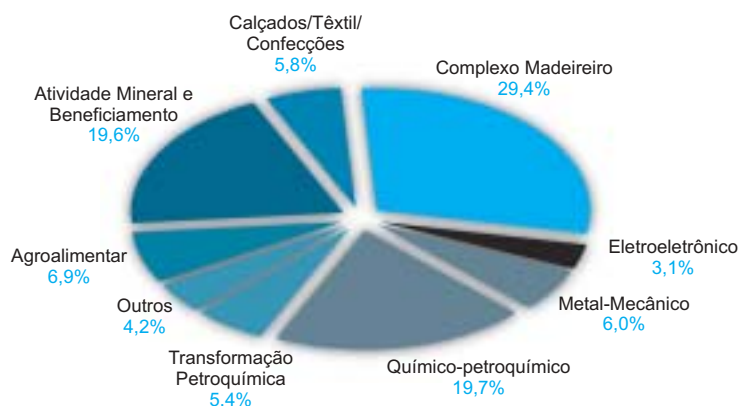
Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/03/2003.

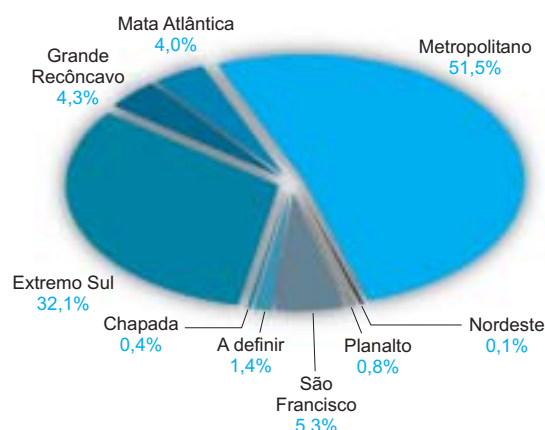


Investimentos previstos para a Bahia - 2003/2007
Participação dos Investimentos por Complexo de Atividades



Fonte: SICM/jornais diversos
 Elaboração: GEAC/SEI

Investimentos previstos para a Bahia - 2003/2007
Participação dos Investimentos por Eixo de Desenvolvimento



Fonte: SICM/jornais diversos
 Elaboração: GEAC/SEI

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS ***PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA***

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do estado da Bahia - SEPLANTEC, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site dessa instituição, com dados a partir de 2000, apresentando valores acumulados.





NEGÓCIOS

SALVADOR RECEBERÁ INVESTIMENTOS DE R\$ 15 MILHÕES PARA PÓLO DE COSMÉTICOS

Quatro indústrias já anunciaram implantação no novo Pólo de Cosméticos de Salvador. Juntas, elas somam investimentos de mais de R\$15 milhões e vão empregar 280 pessoas. O centro, que será instalado em uma área de mais de 440 mil metros quadrados, no bairro de Valéria, contará com 37 lotes e foi lançado oficialmente dia 28 pelo prefeito Antonio Imbassahy.

Segundo Carneiro, além das quatro que já anunciaram seus investimentos, outras seis estão em processo de negociação, sendo que todas deverão contar com os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve). O projeto conta com a parceria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração, através da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia (Sudic).

Entre as empresas que já anunciaram investimento, a Tricofil estará investindo aproximadamente R\$ 8 milhões. A unidade vai gerar cerca de cem empregos e pretende fabricar produtos para cabelos, perfumaria, cosméticos e medicamentos. Já a Nathalia Beauty anunciou investimentos da ordem de R\$1,5 milhões, em duas fases, e deverá empregar 30 pessoas.

A indústria italiana VG também anunciou a implantação de uma filial na Bahia. A empresa, que processa cabelos sintéticos e humanos, vai investir mais de R\$ 5 milhões e empregar 80 pessoas. A última que anunciou empreendimento foi a Sigma Química, que vai investir R\$600 mil e gerar 70 empregos diretos. A indústria vai produzir insumos para indústrias do setor.

A Central de Distribuição da Avon na Bahia, a terceira no país, será inaugurada no dia 1º de julho. O empreendimento de US\$15 milhões vai gerar, inicialmente, 230 empregos diretos, chegando a 450 no próximo ano.

O Consórcio Método Consplan e Serconsul já finalizou a cobertura. Segundo Leister, com a liberação das áreas operacionais, a unidade seguirá com a instalação da tecnologia, como linhas de separação automatizadas. A área construída é de aproximadamente 46 mil metros quadrados.

Indústrias investirão R\$15 milhões. Correio da Bahia 28/3/2003.



COELBA REFORÇA SUPRIMENTO NO OESTE

A Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba), maior distribuidora do Nordeste, com 3,2 milhões de unidades consumidoras, já está utilizando a primeira etapa da linha de transmissão Serra da Mesa (GO)/Governador Mangabeira (BA), que entrou em operação recentemente. A empresa é a maior usuária da linha, que tem 1,05 mil quilômetros totais, dos quais 570 no trecho inaugurado. A principal região beneficiada no mercado da concessionária baiana é o Oeste do Estado, uma das maiores fronteiras agrícolas do País, com faturamento de R\$ 1 bilhão/ano e produção anual na casa de dois milhões de toneladas de grãos - os principais produtos são a soja, milho, arroz, café e feijão - e estimativa de atingir os oito milhões em dez anos.

A linha, em 500 quilovolts (kV) e de propriedade da transmissora privada Sudeste-Nordeste S/A, entrou em funcionamento no dia nove deste mês e objetiva incrementar a capacidade de interligação dos sistemas do Sudeste e Centro-Oeste com o do Nordeste, que estava restrita a 1,3 mil megawatts (MW). Vai possibilitar melhor qualidade no suprimento de concessionárias nordestinas com fornecedores do Sudeste - hoje 25% da energia comprada pelas distribuidoras é adquirida livremente no mercado - além de diminuir o risco de reedição do racionamento no Nordeste ao alavancar o potencial de exportações de energia entre estas regiões. Quando estiver 100% concluída, a linha, com capacidade de 1 mil MW, vai elevar o potencial de intercâmbio do Nordeste com outras regiões para 2,3 mil MW.

O trecho em funcionamento vai da usina hidrelétrica de Serra da Mesa ao município de Bom Jesus da Lapa, às margens do rio São Francisco. No sistema da Coelba, estão sendo beneficiados 53 municípios, a maioria no Oeste. Houve dois ganhos. Melhorou a qualidade da energia fornecida e a confiabilidade, pois o Oeste contava antes com apenas uma linha para o suprimento, da Companhia hidroelétrica do São Francisco (Chesf), ligando a hidrelétrica de Sobradinho ao município de Barreiras, o principal da zona de produção agro-industrial. Este quadro implicava num grande risco de blecautes, o que contrasta com a importância econômica da área.

Coelba reforça suprimento no Oeste. Gazeta Mercantil, 18/3/2003

INDICADORES

CORRENTE DE COMÉRCIO BAIANA CRESCEU 31,79% EM JANEIRO

Apuração realizada pelo Promo – centro internacional de negócios da Bahia, mostrou que a corrente de comércio (soma das exportações e importações) baiana apresentou, em janeiro, um crescimento de 31,79% em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo a marca de US\$ 8,45 bilhões.

Segundo o Secretário da Indústria, Comércio e Mineração, Otto Alencar, essa marca foi superior à obtida

pelo país, cuja corrente de comércio obteve um incremento de apenas 8,72% no período. Ele afirmou que o bom desempenho foi influenciado principalmente pelas exportações de produtos industrializados, que subiram 25,26%. No nordeste, disse o secretário, a Bahia continua liderando as exportações.

Corrente de comércio baiana cresceu 31,79% em janeiro. Diário Oficial, 20/03/03.



AÇÃO GOVERNAMENTAL

BANCO DO BRASIL DESEJA AMPLIAR PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO

O apoio ao pequeno produtor baiano está entre as metas da ampliação da parceria entre o governo da Bahia e o Banco do Brasil. A possibilidade de consolidar novos negócios foi discutida no dia (17) em reunião no Palácio de Ondina do governador Paulo Souto e seu secretariado com o vice-presidente de Governo e de Agronegócios do Banco do Brasil, Ricardo Conceição.

Segundo o executivo, além do programa Cabra Forte, diversas outras iniciativas em diferentes segmentos irão contar com o apoio da instituição, cuja aplicação na área agrícola no estado este ano é de R\$ 250 milhões.

A região de Irecê, que ocupa o primeiro lugar na produção nacional de cenoura, também foi enfocada na reunião. As propostas de apoio ao pequeno produtor incluem intervenções de infra-estrutura, construção de barragens e a instalação de poços. A idéia é promover o aproveitamento integrado das pequenas propriedades, subsidiando o agricultor e seus familiares e fortalecendo a produção agrícola do estado.

Banco do Brasil deseja ampliar parceria com o Governo do Estado. Diário Oficial, 18/3/2003.

BRASILPLAST OFERECE OPORTUNIDADE PARA EXPANSÃO DA INDÚSTRIA PLÁSTICA

“A Brasilplast, mais uma vez, está oferecendo excelente oportunidade para a atração de novas indústrias de transformação plástica para a Bahia”. Essa é a avaliação do secretário da Indústria, Comércio e Mineração, Otto Alencar, sobre a participação baiana na Feira Internacional da Indústria do Plástico, em realização até o próximo dia 14, no Pavilhão de Exposições do Anhembi, em São Paulo.

Os contatos realizados pelo chefe-de-gabinete da SICM, Adary Oliveira, pelo presidente da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic), Emerson Simões, e pelo diretor-superintendente do Promo - Centro Internacional de Negócios da Bahia, João Alfredo Figueiredo, em visita aos estandes da feira, foram direcionados especialmente às oportunidades oferecidas pela Ford Nordeste para a baianização das peças utilizadas na fábrica baiana.

Outro contato feito por João Alfredo Figueiredo na Brasilplast foi com os diretores da MMC & Zarif Advogados, empresa baiana associada a Demarest & Almeida (uma das três maiores bancas advocatícias da América Latina). O escritório atende a cerca de 70% das empresas do Pólo de Camaçari e têm em sua carteira clientes como Braskem, Ford Nordeste e sistemistas, Bahia Sul Celulose, Monsanto, Polibrasil, Ciquini, Ciba, Metanor/Copenor, Avon, Engepack e Latapack, dando orientação quanto aos projetos de financiamento e de incentivos, planejamento fiscal e direito imobiliário, entre outras atividades.

Brasilplast oferece oportunidade para expansão da indústria plástica. Diário Oficial, 12/3/2003.



NOVOS INVESTIMENTOS SÃO ANUNCIADOS PARA USIBA

A produção de aço na Bahia passará a contar com maior valor agregado a partir desta quinta-feira (13), quando o governador Paulo Souto e o presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, assinam um protocolo de intenções com duração de quatro anos. O objetivo é viabilizar a modernização e a ampliação da Usiba, usina siderúrgica localizada no Centro Industrial de Aratu, Simões Filho. O aporte de recursos será feito com apoio dos incentivos fiscais concedidos pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve).

Um dos principais destaques do novo ciclo de expansão e modernização da unidade é a instalação do sistema ZR na área de redução direta. Trata-se de uma nova tecnologia que envolve R\$ 36 milhões em recursos e irá ampliar a capacidade da área em 33%, aumentando a produção da unidade de 450 mil para 600 mil toneladas de ferro-esponja.

O protocolo assinado pela empresa com o governo estadual prevê ainda a manutenção dos atuais empregos pela Usiba e a contratação, a título de estágio remunerado, de pelo menos dois estudantes de universidades baianas de áreas afins com as atividades da companhia. Em contrapartida, o Estado concederá à empresa dilação de parte do imposto devido por um período de 72 meses, entre outros incentivos. Os secretários da Fazenda, Albérico Mascarenhas, e da indústria, Comércio e Mineração, Otto Alencar, também serão signatários do documento.

Souto e Gerdau anunciam investimentos na Usiba. Diário Oficial, 12/3/2003.

GOVERNO INVESTE NA INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO SEMI-ÁRIDO

O programa, que objetiva melhorar a qualidade de vida da população do semi-árido baiano reduzindo os efeitos da seca, vai estimular a produção agropecuária sustentável em cerca de 26 mil propriedades de 17 municípios. Para isso, estão sendo investidos R\$ 180 milhões, sendo R\$ 130 milhões provenientes de financiamento do Banco do Brasil.

Na oportunidade, o governador também assinou ordem de serviço para implantação do Sistema de Abastecimento de Água Rural do Vale do Curaçá e do Projeto de Irrigação Pulmão Verde.

As obras vão beneficiar as famílias de pequenos produtores rurais do norte do estado, nas áreas dos municípios de Curaçá, Jaguarari e Uauá. O investimento total é R\$ 1,7 milhão, sendo R\$ 900 mil do Governo do Estado e R\$ 800 mil, da União, com recursos do Pronaf.

Paulo Souto lança programa de Infra-estrutura Hídrica do Semi-Árido. Diário Oficial, 18/3/2003.

GOVERNO LANÇA O PROGRAMA DO PRIMEIRO EMPREGO

O Programa Primeiro Emprego, que será lançado oficialmente pelo governador Paulo Souto no dia 26, com a assinatura de protocolo, foi o centro das discussões na reunião da Comissão Tripartite e Paritária de Emprego, presidido pelo secretário do Trabalho e Ação Social, Eduardo Santos. O superintendente do Trabalho, Carlos Armando Barreto de Santana, fez a apresentação do programa governamental.

Ele mostrou para a comissão, que reúne representantes do poder público, empresariado e dos trabalhadores, que o Primeiro Emprego visa estimular a geração de novos postos de trabalho para jovens, na faixa etária de 18 a 25 anos, que nunca tenham sido formalmente empregados.

O programa oferece incentivo de R\$ 250 por posto criado na região do semi-árido, limitado a 8% do saldo devedor do ICMS; e de R\$ 200, limitado a 6% do ICMS para as demais regiões. Barreto de Santana informou ainda aos membros da comissão que já foi liberada a primeira parcela de recursos do Sine - R\$1,01 milhão - para cobrir três meses de trabalho do sistema na Bahia. O restante - como disse - virá após o Ministério do Trabalho e Emprego concluir estudos realizados com o Cedefat.

Comissão Tripartite conhece o programa do primeiro emprego. Diário Oficial 20/3/2003.



LEGISLAÇÃO

UNIÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Ato declaratório executivo de 11 de março de 2003 - Divulga a cotação média do dólar dos Estados Unidos da América no mês de fevereiro do ano-calendário de 2003, para efeito da apuração do ganho de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie.

Ato declaratório interpretativo (Coordenador-geral do sistema aduaneiro-COANA) nº 06, de 14 de março de 2003 - Declara a aplicabilidade do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural - REPETRO ao bem que menciona.

DECRETOS

Decreto de 06 de março de 2003 - Abre aos orçamentos fiscal e da seguridade social da união, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 62.293.806,00, para reforço de dotações consignadas na lei orçamentária vigente.

Decreto de 06 de março de 2003 - Institui grupo de trabalho interministerial para elaborar proposta para a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial.

RESOLUÇÕES

Resolução nº 306, de 28 de fevereiro de 2003 - Aprova o manual de procedimentos para a apresentação e o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor -RPV.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS

Lei nº 10.643, de 14 de março de 2003 - Abre crédito extraordinário, em favor de encargos financeiros da união e recebimento da dívida pública mobiliária federal, no

valor global de R\$ 17.084.740.385,00, para os fins que especifica.

Lei nº 10.645, de 18 de março de 2003 - Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 10.000.000,00, para fins que especifica.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução normativa nº 300 de 14 de fevereiro de 2003 - Disciplina a saída de mercadorias da zona Franca de Manaus, das áreas de livre comércio e da Amazônia ocidental.

Instrução normativa nº 305, de 28 de fevereiro de 2003 - Aprova o programa aplicativo para preenchimento da declaração de ajuste anual do imposto de renda pessoa física, exercício de 2003, ano-calendário de 2002.

Instrução normativa nº 307, de 14 de março de 2003 - Aprova o programa e as instruções para preenchimento da declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ) - 2003.

Instrução normativa nº 308, de 14 de março de 2003 - Aprova o programa e as instruções para o preenchimento da declaração simplificadas a ser apresentada pelas pessoas jurídicas inativas ou inscritas no simples.

ATOS DECLARATÓRIOS

Ato declaratório interpretativo nº 01, de 28 de fevereiro de 2003 - Dispõe sobre enquadramento de produtos classificados nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08 da tipi em classes de valores IPI.

Ato declaratório executivo nº 20, de 05 de março de 2003 - Divulga a taxa de juros do mês de fevereiro de 2003.

Ato declaratório executivo nº 22, de 10 de março de 2003 - Divulga quantitativo de parcelamentos concedidos em fevereiro de 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULARES

Circular nº 3.181, de 06 de março de 2003 - Estabelece



forma, limites e condições de declaração de bens e de valores detidos no exterior por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no país.

Circular nº 3.182, de 06 de março de 2003 – Dispõe sobre os procedimentos de autorização para funcionamento, transferência de controle societário, reorganização societária e cancelamento da autorização para funcionamento de sociedade de crédito ao microempreendedor, bem como de instalação de posto de atendimento ao microempreendedor.

Secretaria da Cultura e Turismo – SCT, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 184 de 24 de março de 2003 (SEFAZ) – Altera para o exercício de 2003, o orçamento analítico da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução normativa (comissão de valores mobiliários) nº 384, de 17 de março de 2003 – Dispõe sobre a atividade de formador de mercado para valores mobiliários em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado e revoga a instrução CVM nº 244/96.

ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto financeiro nº 33 de 11 de março de 2003 – Abre ao orçamento fiscal crédito suplementar, na forma que indica, e dá outras providências.

Decreto nº 8.474 de 12 de março de 2003 – Institui a unidade executora estadual -UEE do programa habitar Brasil/BID e dá outras providências

Decreto nº 8.475 de 17 de março de 2003 – Altera o caput do art. 1º do decreto nº 8.217, de 19 de abril de 2002, que dispõe sobre o cancelamento e a suspensão do processamento de averbações em favor de consignatárias inscritas no cadastro central do poder executivo estadual.

PORTARIAS

Portaria nº 01 de 11 de março de 2003 – Altera para o exercício de 2003, o orçamento analítico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 85 de 20 de março de 2003 (SCT) – Altera para o exercício de 2003, o orçamento analítico da



INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPC

Índice de Preços ao Consumidor

Salvador - Março/2003

Grandes Grupos	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %		Índice Acumulado	
	Março/02	Março/03	No Ano Jan-Mar/03	Últ. 12 Meses	Abr/92 = 100	Jun/94=100
1. Alimentos e Bebidas	0,93	1,63	4,88	18,01	306629,4	205,55
2. Habitação e Encargos	0,02	0,78	1,49	8,73	484450,1	387,4
3. Artigos de Residência	1,31	0,93	1,53	13,06	240732,1	201,21
4. Vestuário	-1,37	-1,80	-0,58	5,69	268570,0	157,61
5. Transporte e Comunicação	1,50	0,17	8,68	25,64	472146,3	510,98
6. Saúde e Cuidados Pessoais	0,88	3,60	6,39	16,22	477943,6	254,64
7. Despesas Pessoais	0,07	1,52	5,66	11,58	544734,6	312,35
8. Geral	0,52	0,88	4,31	15,11	378015,3	263,39

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Nota: O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 S.M.



AGRICULTURA

Produção Física e Rendimento Médio dos Principais Produtos

Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA (1)	Produção Física em t			Rendimento Médio em Kg/ha		
	2002 (2)	2003 (3)	Variação (%)	2002 (2)	2003 (3)	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi (4)	118.965	116.557	-2,0	24.106	24.554	1,9
Algodão Herbáceo	172.907	283.940	64,2	2.462	3.028	23,0
Alho	11.872	13.167	10,9	8.516	8.451	-0,8
Amendoim	3.477	4.452	28,0	864	958	10,9
Arroz Total	36.598	30.338	-17,1	1.401	1.764	25,9
Arroz Sequeiro	28.760	22.953	-20,2	180	1.490	727,8
Arroz Irrigado	7.838	7.385	-5,8	4.489	4.130	-8,0
Batata-inglesa	71.300	91.020	27,7	25.927	29.043	12,0
Cana-de-açúcar	4.342.175	4.520.676	4,1	54.716	56.269	2,8
Cebola	101.091	134.723	33,3	25.470	24.088	-5,4
Feijão Total	325.778	351.862	8,0	585	486	-16,9
Feijão 1ª Safra	193.949	147.292	-24,1	506	421	-16,8
Sequeiro	108.290	85.604	-20,9	492	429	-12,8
Irrigado	1.719	3.105	80,6	2.096	2.112	0,8
Caupi	83.940	58.583	-30,2	516	394	-23,6
Feijão 2ª Safra	131.829	204.570	55,2	500	546	9,2
Sequeiro	94.412	148.107	56,9	384	439	14,3
Irrigado	37.417	46.380	24,0	2.137	2.354	10,2
Caupi	nd	10.083	-	nd	567	0,0
Fumo	8.846	9.943	12,4	835	891	6,7
Mamona	110.576	98.957	-10,5	920	799	-13,2
Mandioca	3.558.873	4.087.848	14,9	12.591	12.558	-0,3
Milho Total	889.461	1.190.052	33,8	1.549	2.008	29,6
Milho 1ª Safra	791.875	1.069.904	35,1	2.478	2.681	8,2
Sequeiro	715.740	929.689	29,9	2.311	2.466	6,7
Irrigado	76.135	140.215	84,2	7.729	6.353	-17,8
Milho 2ª Safra	97.586	120.148	23,1	436	621	42,4
Sequeiro	96.780	118.371	22,3	433	613	41,6
Irrigado	806	1.877	132,9	2.879	3.322	15,4
Soja	1.400.000	2.040.000	45,7	1.750	2.400	37,1
Sorgo Granífero	50.790	87.978	73,2	1.701	1.704	0,2
Tomate	195.275	237.723	21,7	35.466	44.870	26,5
Tomate de Mesa	151.884	204.998	35,0	36.275	43.589	20,2
Tomate para Indústria	43.391	32.725	-24,6	32.897	55.000	67,2
Lavouras Permanentes						
Banana (5)	797.258	771.401	-3,2	16.838	15.126	-10,2
Cacau	126.745	110.428	-12,9	221	226	2,3
Café	171.019	169.373	-1,0	1.205	1.146	-4,9
Castanha-de-cajú	4.987	5.340	7,1	255	280	9,8
Coco-da-baía (4)	425.755	731.208	71,7	5.273	9.647	83,0
Dendê	nd	nd	-	nd	nd	-
Guaraná	2.816	2.680	-4,8	482	456	-5,4
Laranja	867.244	926.346	6,8	17.538	18.243	4,0
Mamão	854.044	783.600	-8,2	45.559	46.285	1,6
Maracujá (4)	nd	nd	-	nd	nd	-
Pimenta-do-reino	2.346	2.443	4,1	2.205	2.264	2,7
Sisal	174.154	162.458	-6,7	898	852	-5,1
Uva	86.194	83.383	-3,3	29.908	30.521	2,0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), março/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), março/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

Área Plantada, Área Colhida e Área Perdida dos Principais Produtos Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA (1)	Área Plantada em ha			Área Colhida em ha			Área Perdida em ha (4)	
	2002 (2)	2003 (3)	Variação (%)	2002 (2)	2003 (3)	Variação (%)	2002 (2)	2003 (3)
Lavouras								
Abacaxi	4.935	4.747	-3,8	4.935	4.747	-3,8	0	0
Algodão Herbáceo	70.218	94.106	34,0	67.691	94.246	39,2	0	0
Alho	1.394	1.558	11,8	1.394	1.558	11,8	0	0
Amendoim	4.022	4.649	15,6	4.022	4.649	15,6	0	0
Arroz Total	26.118	17.194	-34,2	26.118	17.194	-34,2	0	0
Arroz Sequeiro	24.372	15.406	-36,8	24.372	15.406	-36,8	0	0
Arroz Irrigado	1.746	1.788	2,4	1.746	1.788	2,4	0	0
Batata-inglesa	2.750	3.134	14,0	2.750	3.134	14,0	0	0
Cana-de-açúcar	79.358	80.386	1,3	79.358	80.341	1,2	0	45
Cebola	3.969	5.593	40,9	3.969	5.593	40,9	0	0
Feijão Total	726.946	799.683	10,0	683.886	733.222	7,2	56.201	32.180
Feijão 1ª Safra	407.113	403.265	-0,9	420.254	358.709	-14,6	0	10.275
Sequeiro	243.748	252.168	3,5	245.848	203.703	-17,1	0	10.190
Irrigado	820	1.470	79,3	820	1.470	79,3	0	0
Caupi	162.545	149.627	-7,9	173.586	155.006	-10,7	0	135
Feijão 2ª Safra	319.833	396.418	23,9	263.632	374.513	42,1	56.201	21.905
Sequeiro	302.321	358.923	18,7	246.120	337.018	36,9	56.201	21.905
Irrigado	17.512	19.704	12,5	17.512	19.704	12,5	0	0
Caupi	nd	17.791	—	nd	17.791	—	—	nd
Fumo	10.589	11.159	5,4	10.589	11.159	5,4	0	0
Mamona	120.142	123.901	3,1	119.975	124.311	3,6	0	0
Mandioca	299.645	338.494	13,0	282.660	325.529	15,2	16.985	12.965
Milho Total	604.531	799.902	32,3	570.840	649.872	13,8	38.121	128.630
Milho 1ª Safra	342.685	479.905	40,0	347.115	456.175	31,4	0	2.330
Sequeiro	332.835	457.835	37,6	337.265	441.105	30,8	0	2.330
Irrigado	9.850	22.070	124,1	9.850	15.070	53,0	0	0
Milho 2ª Safra	261.846	319.997	22,2	223.725	193.697	-13,4	38.121	126.300
Sequeiro	261.566	319.432	22,1	223.445	193.132	-13,6	38.121	126.300
Irrigado	280	565	101,8	280	565	101,8	0	0
Soja	800.000	850.000	6,3	800.000	850.000	6,3	0	0
Sorgo Granífero	29.865	60.700	103,2	29.865	48.540	62,5	0	0
Tomate	5.506	5.298	-3,8	5.506	5.298	-3,8	0	0
Tomate de Mesa	4.187	4.703	12,3	4.187	4.703	12,3	0	0
Tomate para Indústria	1.319	595	-54,9	1.319	595	-54,9	0	0
Lavouras								
Banana	47.349	51.798	9,4	47.349	51.000	7,7	0	798
Cacau	574.362	541.949	-5,6	574.362	488.461	-15,0	0	53.488
Café	151.171	153.308	1,4	141.926	147.769	4,1	9.245	5.539
Castanha-de-caju	19.595	19.095	-2,6	19.595	19.095	-2,6	0	0
Coco-da-baía	80.747	78.692	-2,5	80.747	75.800	-6,1	0	2.892
Dendê	nd	nd	—	nd	nd	—	—	nd
Guaraná	5.838	5.883	0,8	5.838	5.873	0,6	0	10
Laranja	49.449	50.797	2,7	49.449	50.778	2,7	0	19
Mamão	18.746	16.938	-9,6	18.746	16.930	-9,7	0	8
Maracujá	nd	nd	—	nd	nd	—	—	nd
Pimenta-do-reino	1.064	1.096	3,0	1.064	1.079	1,4	0	17
Sisal	193.867	203.103	4,8	193.867	190.693	-1,6	0	3.174
Uva	2.882	2.732	-5,2	2.882	2.732	-5,2	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), março/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), março/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Equivale à área plantada menos a área colhida.



INDÚSTRIA**Produção Física da Indústria e dos Principais Gêneros****Bahia - 2003**

Em %

Classes e Gêneros	Jan03/Dez02	Jan03/Jan02	Acumulado no Ano*	Últimos 12 meses**
Indústria Geral	-7,8	-0,5	-0,5	-0,5
Indústria Extrativa Mineral	1,5	0,8	0,8	-0,6
Indústria de Transformação	-9,1	-0,8	-0,8	-0,4
Minerais não-metálicos	11,2	17,2	17,2	-11,9
Metalurgia	-32,8	-37,0	-37,0	-17,2
Mat. Eletr. e de Comunicações	-1,2	1,1	1,1	7,8
Papel e Papelão	-13,0	0,5	0,5	13,6
Borracha	-18,2	-22,2	-22,2	9,8
Química	-4,6	5,4	5,4	2,8
Perf. Sabões e Velas	15,1	-10,4	-10,4	-6,9
Prod. Matérias Plásticas	-8,2	55,9	55,9	30,7
Têxtil	-0,7	-5,5	-5,5	-1,4
Produtos Alimentares	-21,1	3,1	3,1	-3,7
Bebidas	-15,1	0,3	0,3	3,7

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: *Em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Em relação aos doze meses anteriores.

Variação Mensal do Índice da Indústria de Transformação**Bahia: 2002-2003**

Ano/Mês	Mês anterior	Mesmo mês do ano anterior
2002		
Jan	1,8	6,1
Fev	-7,5	-0,4
Mar	5,7	-0,7
Abr	-8,2	-7,8
Mai	-8,1	-22,0
Jun	8,9	-7,1
Jul	23,3	7,8
Ago	0,3	19,9
Set	-12,5	-7,0
Out	11,3	-0,8
Nov	-1,3	4,8
Dez	3,0	11,2
2003		
Jan	-9,1	-0,8

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI



ENERGIA**Variação Percentual do Consumo de Energia Elétrica por Classe
Bahia - 2002**

Classe	Dez/02 Nov/02	Dez/02 Dez/01	Acumulado no Ano*	Últimos 12 meses**
Rural/Irrigação	-3,8	-33,9	11,3	11,3
Residencial	3,9	-13,1	-2,8	-2,8
Industrial(1)	-5,7	-7,1	8,5	8,5
Comercial	7,1	-4,6	-1,1	-1,1
Utilidades Públicas(2)	-6,3	-4,2	0,4	11,3
Setor Público	0,6	-7,2	7,2	7,2
Concessionária	-2,6	-1,9	-16,0	-16,0
Total	-3,1	-1,0	4,7	4,7

Fonte: COELBA/CO - CTM

Elaboração: SEI - GEAC

Nota: 1. Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

2. Corresponde à Iluminação Pública. Água, Esgoto e Saneamento e Tração Elétrica.

*Em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Em relação aos doze meses anteriores.

SERVIÇOS**Pesquisa Mensal de Comércio - PMC****Variação no Volume de Vendas no Varejo*****Bahia - 2003**

Classes e Gêneros	Jan03/Dez02	Jan03/Jan02	Acumulado no Ano*	Últimos 12 meses**
Comércio Varejista	-26,1	-8,1	-8,1	-1,9
Combustíveis e Lubrificantes	-3,7	-13,0	-13,0	2,4
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-22,7	-7,9	-7,9	-5,8
Hipermercados e Supermercados	-24,9	-11,0	-11,0	-9,2
Tecidos, Vestuário e Calçados	-62,2	-3,8	-3,8	1,0
Móveis e Eletrodomésticos	-39,6	-4,9	-4,9	-0,3
Demais Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	-25,7	-1,0	-1,0	-1,0
Veículos, Motos e Peças	-10,3	5,9	5,9	-10,3

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços.

(*) Dados deflacionados pelo IPCA.

**Consultas e Inadimplências Junto ao Serviço de Proteção ao Crédito em Salvador
2002**

%

Período	Consultas			Inadimplências (1)		
	No mês (2)	Mensal (3)	Acumulado no ano (4)	No mês (2)	Mensal (3)	Acumulado no ano (4)
2002						
Janeiro	-38,0	63,3	63,3	-67,6	112,2	112,2
Fevereiro	-21,4	51,4	57,8	8,3	314,1	184,3
Março	10,6	47,3	54,2	-0,1	108,7	153,0
Abril	12,6	25,1	45,1	-17,6	37,0	113,3
Maiο	10,2	18,6	38,1	-62,3	-76,4	32,1
Junho	-43,9	-31,3	23,8	-39,2	-80,9	4,7
Julho	11,7	-12,2	18,4	5,4	-36,7	1,7
Agosto	8,4	-20,5	12,4	3,5	-91,0	-30,2
Setembro	-25,5	-45,0	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9

Fonte: Dados Primários SPC e Cálculo SEI

1) Novos Registros

2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

4) Variação acumulada observada nos meses do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.



Total de Cheques Compensados 2002- 2003

Período	Quantidade			Valor		
	No mês (1)	Mensal(2)	Acumulado no ano (3)	No mês (1)	Mensal (2)	Acumulado no ano (3)
2002						
Janeiro	12,8	-13,9	-1,1	10,0	-7,9	5,5
Fevereiro	-19,7	-11,4	-1,8	-7,1	11,6	5,9
Março	1,2	-20,4	-3,0	-3,7	-14,6	4,3
Abril	10,9	-7,9	-3,3	2,5	-1,4	3,9
Mai	-5,7	-15,6	-4,1	-5,1	-13,1	2,8
Junho	-10,9	-17,8	-4,8	-7,9	-13,0	2,0
Julho	18,8	-13,1	-5,3	19,7	-1,8	1,8
Agosto	-8,3	-16,0	-5,8	-6,9	-7,5	1,3
Setembro	1,7	-3,5	-5,7	-1,2	0,3	1,2
Outubro	1,8	-15,4	-6,1	10,2	0,0	1,2
Novembro	-6,8	-12,2	-6,4	-14,9	-9,2	0,7
Dezembro	15,5	3,7	-6,0	5,7	-3,7	0,5
2003						
Janeiro	3,1	-5,3	-6,0	-3,2	-15,3	-0,1
Fevereiro	-18,6	-4,0	-5,9	-4,5	-12,9	-0,6

Fonte: Banco Central do Brasil

1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada nos meses em relação ao mesmo período do ano anterior.

TURISMO

Geração de Diárias nos Hotéis Classificados em Salvador 2001-2002(1) (2)

Mês	Diárias Geradas		
	2001	2002(3)	2001/2002 (%)
Janeiro	205.079	142.083	-30,72
Fevereiro	152.204	106.141	-30,26
Março	152.023	101.961	-32,93
Abril	144.220	97.461	-32,42
Mai	134.590	112.979	-16,06
Junho	127.628	97.363	-23,71
Julho	178.585	136.175	-23,75
Agosto	147.051	122.664	-16,58
Setembro	134.614	112.268	-16,60
Outubro	150.786	-	-
Novembro	132.837	-	-
Dezembro	132.333	-	-

Fonte: BAHIAUTURSA. FNRH's / BOH's

Elaboração: BAHIAUTURSA e SEI

(1) Nº de Hospedes Incluso Itapanica e Praia do Forte

(2) Tx. Ocup. e Permanência Média Inclusos Clube Med

(3) Números provisórios até o mês de setembro, sujeitos a revisão.

Hóspedes Registrados. Permanência Média e Taxa de Ocupação das UH's nos Hotéis Classificados de Salvador 2001-2002(1) (2)

Mês	2001			2002(3)			2002/2001 (%)		
	Nº Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação	Nº Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação	Nº Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação
Janeiro	45.573	4,50	72,90	40.595	3,5	ND	-1,4	-23,1	-22,4
Fevereiro	37.123	4,10	62,10	31.218	3,4	ND	1,1	-19,1	-20,8
Março	40.006	3,80	52,70	33.987	3,0	50,32	0,0	-21,3	-17,4
Abril	40.061	3,60	52,40	31.439	3,1	48,13	-10,7	-17,9	-18,1
Mai	37.386	3,60	48,50	35.306	3,2	49,04	0,9	-16,4	-11,4
Junho	34.494	3,70	46,70	30.426	3,2	42,80	-10,7	-22,1	-18,7
Julho	49.607	3,60	60,10	41.265	3,3	-	-8,7	-8,8	-14,3
Agosto	49.017	3,00	47,10	42.298	2,9	-	0,0	1,0	-8,0
Setembro	43.424	3,10	44,30	38.713	2,9	-	-6,3	-5,0	-12,6
Outubro	51.995	2,90	48,50	40.261	-	-	-	-	-
Novembro	45.806	2,90	45,30	-	-	-	-	-	-
Dezembro	44.111	3,00	39,70	-	-	-	-	-	-

Fonte: BAHIAATURSA. FNRH's/BOH's

Elaboração: BAHIAATURSA e SEI

(1) Nº de Hospedes Incluso Itapatica e Praia do Forte

(2) Tx. Ocup. e Permanência Média Inclusos Clube Med

(3) Números provisórios até o mês de setembro, sujeitos à revisão.



INDICADORES SOCIAIS

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxas de Desemprego e de Participação
Fevereiro/2003

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	27,2	26,2	31,5
Desemprego Aberto	16,3	15,7	19,4
Desemprego Oculto	10,9	10,6	12,1
Participação (PEA/PIA)	62,0	62,6	59,7

Fonte: PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxa de Desemprego Aberto e Taxa de Participação (Em %)

Meses	Taxa de Desemprego Aberto		Taxa de Participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
2001				
Jan	14,0	13,6	60,4	61,7
Fev	14,5	13,9	60,4	61,5
Mar	15,4	14,9	60,8	62,0
Abr	16,1	15,2	60,8	61,5
Mai	17,0	16,0	61,2	61,9
Jun	17,0	16,0	61,4	61,8
Jul	17,3	16,2	61,0	61,5
Ago	16,4	15,6	60,9	61,4
Set	16,5	15,6	61,4	61,9
Out	16,6	16,1	61,6	62,4
Nov	16,9	16,5	61,8	62,8
Dez	16,7	16,3	62,0	63,1
2002				
Jan	15,8	15,2	62,3	63,5
Fev	15,8	14,9	62,2	63,3
Mar	16,2	15,3	62,1	63,2
Abr	17,0	16,1	62,1	63,1
Mai	17,5	16,8	61,6	62,6
Jun	17,2	16,3	61,4	62,5
Jul	16,8	16,1	61,6	62,5
Ago	16,0	15,2	62,0	62,9
Set	16,0	15,1	62,7	63,4
Out	16,0	15,0	63,0	63,6
Nov	16,3	15,3	63,1	63,8
Dez	16,0	15,1	62,5	63,0
2003				
Jan	15,9	15,3	62,4	63,0
Fev	16,3	15,7	62,0	62,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.



Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 2001 - Fevereiro 2003

Em %

Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador Domésticos	Outros (1)	
	Total	Assalariado Priv. c/ Carteira	Assalariado Priv. s/ Carteira	Assalariado Público	Total	Autônomo Trab. P/ Público	Autônomo Trab. P/ Empresa			
2001										
Janeiro	60,8	33,8	12,7	14,2	22,2	17,9	4,3	4,0	10,4	2,6
Fevereiro	61,3	34,5	12,0	14,7	21,8	18,0	3,8	3,7	11,0	2,3
Março	61,5	35,0	12,0	14,6	21,5	17,7	3,8	3,8	11,0	2,1
Abril	61,5	35,5	11,6	14,4	21,8	18,3	3,5	3,9	10,3	2,5
Maiο	60,9	34,6	12,1	14,3	21,9	18,3	3,6	4,2	10,2	2,8
Junho	60,7	34,0	12,0	14,7	21,5	17,8	3,7	4,2	10,8	2,8
Julho	60,4	33,9	11,7	14,8	20,8	17,1	3,7	4,5	11,7	2,6
Agosto	61,1	34,3	11,7	15,0	21,0	16,9	4,1	4,3	11,2	2,4
Setembro	61,4	34,6	12,0	14,8	21,3	17,5	3,8	4,2	10,7	2,4
Outubro	62,3	35,2	12,2	14,8	21,4	17,5	3,9	3,7	10,2	2,4
Novembro	61,8	35,7	12,1	14,0	21,2	17,7	3,5	3,6	10,6	2,8
Dezembro	60,7	34,9	11,9	13,9	22,0	18,2	3,9	3,7	10,9	2,6
2002										
Janeiro	60,3	34,4	11,7	14,1	22,5	18,5	4,0	4,1	10,4	2,7
Fevereiro	59,8	34,0	11,7	14,1	22,9	18,6	4,3	4,3	10,5	2,5
Março	60,6	34,5	11,6	14,4	22,5	18,4	4,1	4,4	9,9	2,6
Abril	60,3	34,3	12,0	13,9	22,6	18,7	3,9	4,3	10,3	2,5
Maiο	60,6	34,5	11,6	14,4	22,7	19,0	3,8	4,2	10,0	2,4
Junho	60,0	33,9	11,8	14,2	22,4	18,5	3,8	4,1	10,9	2,6
Julho	60,0	33,8	11,3	14,7	22,4	18,3	4,1	4,4	10,6	2,6
Agosto	59,4	33,5	11,5	14,4	22,9	18,5	4,5	4,4	10,4	2,9
Setembro	59,4	33,8	11,5	14,0	23,8	19,2	4,6	4,1	9,9	2,7
Outubro	59,6	34,2	11,9	13,4	23,8	19,3	4,5	3,8	10,1	2,7
Novembro	60,1	34,3	11,8	14,0	23,2	19,1	4,1	3,8	10,1	2,7
Dezembro	59,6	33,5	12,3	13,8	23,5	19,4	4,2	4,0	9,7	3,2
2003										
Janeiro	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares.



Rendimento Real Trimestral dos Ocupados e dos Assalariados no Trabalho Principal (1)
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 2000 - Janeiro 2003

Períodos	Rendimento Médio Real					
	Ocupados (1)			Assalariados (2)		
	Valor Absoluto (3)		Índice (4)	Valor Absoluto (3)		Índice (4)
	Média	Mediana		Média	Mediana	
2000						
Janeiro	615	324	85,5	691	391	83,7
Fevereiro	632	320	88,0	721	389	87,4
Março	642	320	89,2	730	384	88,5
Abril	640	319	89,0	732	397	88,7
Maio	637	319	88,6	711	383	86,2
Junho	637	330	88,7	709	395	86,0
Julho	646	340	89,8	705	397	85,5
Agosto	661	345	91,9	719	405	87,2
Setembro	663	343	92,2	722	407	87,6
Outubro	659	339	91,7	714	396	86,5
Novembro	645	340	89,7	701	396	85,1
Dezembro	636	340	88,4	686	396	83,2
2001						
Janeiro	634	339	88,1	701	418	85,0
Fevereiro	624	339	86,8	689	410	83,5
Março	640	336	89,0	703	413	85,2
Abril	648	356	90,1	701	409	85,0
Maio	665	352	92,4	721	412	87,5
Junho	650	340	90,3	716	403	86,8
Julho	652	328	90,6	729	407	88,4
Agosto	628	335	87,3	702	405	85,1
Setembro	635	343	88,3	705	411	85,4
Outubro	624	340	86,7	681	408	82,6
Novembro	627	336	87,2	698	415	84,7
Dezembro	637	335	88,5	693	408	84,0
2002						
Janeiro	645	332	89,6	705	398	85,5
Fevereiro	660	334	91,8	714	407	86,6
Março	656	331	91,2	724	407	87,9
Abril	656	330	91,3	721	416	87,5
Maio	639	327	88,9	713	395	86,4
Junho	658	327	91,6	728	412	88,3
Julho	655	326	91,1	740	418	89,7
Agosto	640	322	89,0	724	412	87,9
Setembro	608	318	84,5	692	404	84,0
Outubro	593	316	82,4	664	396	80,5
Novembro	588	312	81,7	652	396	79,0
Dezembro	586	305	81,4	652	380	79,0
2003						
Janeiro	582	306	79,3	657	381	78,0
Variação Mensal						
Jan-03/Dez-02	-2,6	-1,7	-2,6	-1,3	-1,8	-1,3
Variação no Ano						
Jan-03/Dez-02	-2,6	-1,7	-2,6	-1,3	-1,8	-1,3
Variação Anual						
Jan-03/Jan-02	-11,5	-9,7	-11,5	-8,7	-6,3	-8,7

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Exclusivo os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclusivo os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Janeiro 2003.

(4) Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Distribuição do Rendimento Real Trimestral Entre os Ocupados e os Assalariados no Trabalho Principal (1)

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Janeiro 2000 - Janeiro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Real Trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até
2000										
Janeiro	103	176	324	644	1.411	174	244	391	744	1.547
Fevereiro	102	174	320	645	1.535	174	244	389	769	1.663
Março	102	174	320	641	1.534	174	248	384	767	1.666
Abril	102	178	319	639	1.527	173	254	397	767	1.661
Maio	102	190	319	639	1.442	190	252	383	757	1.533
Junho	100	189	330	659	1.403	189	251	395	755	1.505
Julho	99	189	340	700	1.489	189	249	397	752	1.489
Agosto	100	189	345	737	1.489	187	248	405	781	1.504
Setembro	99	187	343	733	1.473	184	248	407	806	1.489
Outubro	102	185	339	725	1.465	184	245	396	737	1.473
Novembro	109	183	340	709	1.409	183	248	396	732	1.461
Dezembro	121	183	340	706	1.448	182	242	396	730	1.456
2001										
Janeiro	120	183	339	688	1.442	181	245	418	750	1.464
Fevereiro	120	181	339	663	1.442	181	245	410	723	1.524
Março	120	181	336	660	1.441	181	252	413	720	1.504
Abril	120	197	356	684	1.441	180	250	409	720	1.560
Maio	118	212	352	695	1.500	195	246	412	732	1.560
Junho	117	211	340	664	1.410	211	242	403	715	1.529
Julho	116	211	328	678	1.405	210	247	407	727	1.513
Agosto	116	209	335	678	1.388	208	250	405	733	1.405
Setembro	115	208	343	686	1.371	208	252	411	743	1.388
Outubro	113	207	340	680	1.359	205	253	408	722	1.371
Novembro	113	204	336	671	1.358	204	251	415	763	1.425
Dezembro	112	204	335	671	1.359	201	256	408	749	1.448
2002										
Janeiro	111	200	332	667	1.409	199	246	398	754	1.454
Fevereiro	111	200	334	668	1.442	200	263	407	774	1.460
Março	110	199	331	665	1.438	199	259	407	775	1.545
Abril	110	200	330	664	1.439	200	262	416	772	1.544
Maio	109	218	327	657	1.417	198	252	395	767	1.534
Junho	109	217	327	653	1.519	217	260	412	773	1.628
Julho	108	217	326	651	1.508	217	261	418	784	1.628
Agosto	107	215	322	646	1.489	213	260	412	754	1.616
Setembro	105	212	318	638	1.383	211	260	404	740	1.508
Outubro	105	210	316	632	1.354	208	255	396	729	1.458
Novembro	104	207	312	624	1.264	205	254	396	712	1.370
Dezembro	101	203	305	610	1.249	203	249	380	705	1.353
2003										
Janeiro	100	204	306	600	1.224	204	250	381	700	1.326

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Janeiro 2003.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.



Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução (1)
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 2000 - Janeiro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau Completo
2000					
Janeiro	212	302	427	725	1993
Fevereiro	212	293	442	749	2023
Março	213	293	459	768	2104
Abril	221	293	445	779	2036
Maior	214	306	442	771	2037
Junho	220	303	407	753	2053
Julho	228	308	409	754	2012
Agosto	240	304	396	761	2085
Setembro	221	306	416	759	2053
Outubro	222	304	402	778	2092
Novembro	230	312	403	761	2019
Dezembro	236	316	398	757	1930
2001					
Janeiro	229	308	398	731	1951
Fevereiro	213	312	398	717	1933
Março	212	314	402	723	2040
Abril	226	330	418	728	2019
Maior	231	320	403	752	2082
Junho	226	312	393	731	2085
Julho	205	300	390	736	2117
Agosto	205	303	393	699	2024
Setembro	216	297	399	701	2032
Outubro	222	299	404	698	1972
Novembro	217	291	415	726	1943
Dezembro	218	302	418	743	1959
2002					
Janeiro	206	305	410	745	2003
Fevereiro	214	315	392	738	2001
Março	195	305	375	724	1955
Abril	199	302	380	713	1989
Maior	192	303	391	696	2019
Junho	202	306	423	700	2117
Julho	215	302	417	693	2076
Agosto	227	295	407	689	2031
Setembro	228	301	383	669	1911
Outubro	232	301	373	666	1842
Novembro	216	294	388	651	1840
Dezembro	213	285	387	650	1850
2003					
Janeiro	193	278	397	637	1918

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Janeiro 2003.

Flutuação Mensal do Emprego Bahia - 2001/2003

Mês / Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total (1)	IT	CC	COM	SERV
Janeiro	2.704	454	740	631	670
Fevereiro	1.012	708	-979	514	730
Março	-887	-589	-317	-693	476
Abril	6.435	-94	-425	992	3.343
Maio	4.258	1.345	193	338	-766
Junho	2.295	-52	-703	625	2.317
Julho	1.542	264	-337	530	1.831
Agosto	-190	1.071	-1.336	259	228
Setembro	-3.972	445	-1.560	-481	-903
Outubro	3.703	529	-1.404	1.165	1.972
Novembro	1.796	-594	876	1.995	888
Dezembro	-5.547	-722	-1.505	-1.018	316
Total Jan-Dez/2001	13.149	2.765	-6.757	4.857	11.102
Janeiro	4.199	477	1.579	2.247	-285
Fevereiro	1.338	311	896	291	-470
Março	4.475	489	1.385	167	1.805
Abril	9.297	2.689	-65	904	3.525
Maio	3.536	775	-1.339	1.485	1.098
Junho	3.787	639	-1.424	1.191	2.830
Julho	1.975	1.410	-835	787	1.111
Agosto	3.360	1.788	-1.076	724	1.514
Setembro	5.837	1.449	-61	1.008	2.854
Outubro	1.300	-147	-561	1.024	1.093
Novembro	3.139	-635	-212	1.552	3.172
Dezembro	-4.945	-1.061	-1.716	264	-404
Total Jan-Dez/2002	37.298	8.184	-3.429	11.644	17.843
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Total Jan-Fev/2003	2.672	714	-451	1.167	-1.091
Últimos 12 meses	34.433	8.110	-6.355	10.273	17.507

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Módulo I.

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



Flutuação Mensal do Emprego RMS - 2001/2003

Mês / Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total (1)	IT	CC	COM	SERV
Janeiro	1.343	225	654	294	388
Fevereiro	38	-20	-894	180	885
Março	243	-345	-97	-230	972
Abril	2.015	-46	-757	302	2.511
Maio	-50	1.367	-67	-84	-1.316
Junho	1.139	-83	-691	126	1.818
Julho	1.355	-139	23	27	1.501
Agosto	-1.306	192	-1.025	-106	-269
Setembro	-1.557	250	-1.022	-409	-374
Outubro	1.215	285	-1.338	483	1.604
Novembro	1.313	-52	141	754	511
Dezembro	-1.044	-193	-1.232	-179	631
Total Jan-Dez/2001	4.704	1.441	-6.105	1.158	8.862
Janeiro	1.238	37	1.180	614	-538
Fevereiro	-59	72	92	4	-80
Março	2.142	23	550	-215	1.651
Abril	1.962	28	-559	99	2.373
Maio	274	342	-1.042	420	537
Junho	2.205	300	-826	156	2.620
Julho	126	350	-618	-115	479
Agosto	553	423	-1.023	172	798
Setembro	4.046	520	305	656	2.564
Outubro	1.336	192	-8	530	588
Novembro	3.779	152	264	602	2.855
Dezembro	-1.201	-438	-558	144	-336
Total Jan-Dez/2002	16.401	2.001	-2.243	3.067	13.511
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1.009
Total Jan-Fev/2003	194	-3	493	477	-714
Últimos 12 meses	15.416	1.889	-3.022	2.926	13.415

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Módulo I.

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação, CC - Construção Civil, COM - Comércio, SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



FINANÇAS PÚBLICAS

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro de 2003

(R\$1 000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (a-b)
			Jan/2003 (b)	% (b/a)	
Receitas Correntes	371.619.534	371.619.534	34.947.286	9,4	336.672.248
Receita Tributária	110.013.569	110.013.569	10.976.401	10,0	99.037.168
Receita de Contribuições	223.407.791	223.407.791	19.894.326	8,9	203.513.465
Receita Patrimonial	10.369.927	10.369.927	783.534	7,6	9.586.393
Receita Agropecuária	24.077	24.077	2.885	12,0	21.192
Receita Industrial	368.897	368.897	28.204	7,6	340.693
Receita de Serviços	16.636.424	16.636.424	2.165.247	13,0	14.471.177
Transferências Correntes	213.624	213.624	40.719	19,1	172.905
Outras Receitas Correntes	10.585.225	10.585.225	1.055.970	10,0	9.529.255
Receitas de Capital	142.281.544	142.281.544	20.146.266	14,2	122.135.278
Operações de Crédito ⁽¹⁾	109.307.267	109.307.267	15.846.535	14,5	93.460.732
Alienação de Bens	3.769.642	3.769.642	102.614	2,7	3.667.028
Amortizações de Empréstimos	11.165.929	11.165.929	2.002.108	17,9	9.163.821
Transferências de Capital	65.991	65.991	2.023	3,1	63.968
Outras Receitas de Capital	17.972.715	17.972.715	2.192.986	12,2	15.779.729
Subtotal das Receitas (I)	513.901.078	513.901.078	55.093.552	10,7	458.807.526
Déficit (II)	-	-	-	-	-
Total (I+II)	513.901.078	513.901.078	55.093.552	10,7	458.807.526

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.

Demonstrativo das Despesas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro de 2003

(R\$1 000)

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Liquidadas		Saldo (a-b)
			Jan/2003 (b)	% (b/a)	
Despesas Correntes	394.662.741	394.685.741	26.315.984	6,7	368.369.757
Pessoal e Encargos Sociais	77.046.187	77.046.187	6.293.349	8,2	70.752.838
Juros e Encargos da Dívida	93.644.106	93.644.106	4.987.356	5,3	88.656.750
Outras Despesas Correntes	223.972.448	223.995.448	15.035.279	6,7	208.960.169
Transf.a Estados, DF e Municípios	74.737.469	74.752.289	6.086.859	8,1	68.665.430
Benefícios Previdenciários ⁽²⁾	79.918.177	79.918.177	7.185.633	9,0	72.732.544
Demais Despesas Correntes	69.316.802	69.324.982	1.762.787	2,5	67.562.195
Despesas de Capital	98.537.344	98.537.344	15.865.384	16,1	82.671.960
Investimentos	14.180.170	14.180.170	845	0,0	14.179.325
Inversões Financeiras	24.376.291	24.376.291	21.529	0,1	24.354.762
Amortização da Dívida ⁽¹⁾	59.980.883	59.980.883	15.843.010	26,4	44.137.873
Reserva de Contingência	20.521.772	20.498.772	-	-	20.498.772
Subtotal das Despesas (I)	513.721.857	513.721.857	42.181.368	8,2	471.540.489
Superávit (II)	-	-	12.912.184	-	-
Total (I+II)	513.721.857	513.721.857	55.093.552	10,7	471.540.489

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.⁽²⁾ Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões, outros benefícios previdenciários e sentenças judiciais referentes a esses benefícios.

Balço Orçamentário - Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Fevereiro/2003

(R\$1 000)

Receitas	Previsão Inicial	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar
		Bim. Jan/Fev	%	Até o Bimestre	%	
Receitas Correntes	9.919.493	1.743.544	17,58	1.743.544	17,58	8.175.949
Receita Tributária	5.895.690	1.068.754	18,13	1.068.754	18,13	4.826.937
Impostos	5.724.753	1.042.264	18,21	1.042.264	18,21	4.682.489
Taxas	170.937	26.490	15,50	26.490	15,50	144.448
Receita de Contribuições	965.364	178.232	18,46	178.232	18,46	787.132
Contribuições Sociais	865.364	155.709	17,99	155.709	17,99	709.655
Contribuições Econômicas	100.000	22.523	22,52	22.523	22,52	77.477
Receita Patrimonial	194.445	23.879	12,28	23.879	12,28	170.566
Receitas Imobiliárias	26.348	342	1,30	342	1,30	26.007
Receitas de Valores Mobiliários	40.000	0	-	0	-	40.000
Receitas de Concessões e Permissões	2.431	457	18,78	457	18,78	1.974
Outras Receitas Patrimoniais	125.666	23.081	18,37	23.081	18,37	102.585
Receita Agropecuária	1.698	6	0,37	6	0,37	1.692
Receita da Produção Vegetal	47	6	13,50	6	13,50	41
Receita da Produção Animal e Derivados	751	-	-	-	-	751
Outras Receitas Agropecuárias	900	-	-	-	-	900
Receita Industrial	90	-	-	-	-	90
Receita da Indústria de Transformação	90	-	-	-	-	90
Receita de Serviços	264.987	23.195	8,75	23.195	8,75	241.791
Receita de Serviços	264.987	23.195	8,75	23.195	8,75	241.791
Transferências Correntes	2.934.611	564.965	19,25	564.965	19,25	2.369.646
Transferências Intergovernamentais	2.709.538	558.410	20,61	558.410	20,61	2.151.127
Transferências de Instituições Privadas	507	-	-	-	-	507
Transferências do Exterior	492	110	22,37	110	22,37	382
Transferências de Convênios	224.074	6.444	2,88	6.444	2,88	217.630
Outras Receitas Correntes	578.905	58.393	10,09	58.393	10,09	520.513
Multas e Juros de Mora	100.644	8.969	8,91	8.969	8,91	91.675
Indenizações e Restituições	51.711	924	1,79	924	1,79	50.787
Receita da Dívida Ativa	6.196	563	9,09	563	9,09	5.633
Receitas Correntes Diversas	420.354	47.936	11,40	47.936	11,40	372.418
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(916.297)	(173.879)	18,98	(173.879)	18,98	(742.418)
Receitas de Capital	1.009.629	54.172	5,37	54.172	5,37	955.457
Operações de Crédito	606.885	51.357	8,46	51.357	8,46	555.528
Operações de Crédito Internas	195.178	2.235	1,15	2.235	1,15	192.943
Operações de Crédito Internas	195.178	2.235	1,15	2.235	1,15	192.943
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Outras Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	411.707	49.122	11,93	49.122	11,93	362.585
Alienação de Bens	140.477	593	0,42	593	0,42	139.884
Alienação de Bens Móveis	139.697	-	-	-	-	139.697
Alienação de Bens Imóveis	780	593	75,99	593	75,99	187
Amortização de Empréstimos	3.000	-	-	-	-	3.000
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	-	-	-	-	3.000
Transferências de Capital	259.252	2.222	0,86	2.222	0,86	257.030
Transferências Intergovernamentais	20.650	420	2,03	420	2,03	20.230
Transferências de Instituições Privadas	98	-	-	-	-	98
Transferências do Exterior	421	-	-	-	-	421
Transferências de Convênios	238.083	1.802	0,76	1.802	0,76	236.281
Outras Receitas de Capital	15	-	-	-	-	15
Outras Receitas	15	-	-	-	-	15
Subtotal das Receitas	10.929.122	1.797.716	16,45	1.797.716	16,45	9.131.406
Saldos de Exercícios Anteriores (II)				32.935		
Subtotal (III)=(I+II)	10.929.122	1.797.716	16,45	1.830.650	16,75	9.131.406
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (III+IV)	10.929.122	1.797.716	16,45	1.830.650	16,75	9.098.472

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Balço Orçamentário - Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Feveireiro/2003

Despesas	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo
				Bim. Jan/Fev	No Exercício	Bim. Jan/Fev	No Exercício	
Despesas Correntes	8.835.108	22.466	8.857.57	1.322.763	1.322.763	1.220.665	1.220.665	7.636.910
Pessoal e Encargos	4.569.112	12.654	4.581.766	724.369	724.369	676.845	676.845	3.904.920
Juros e Encargos da Dívida	576.873	-	576.873	116.123	116.123	115.949	115.949	460.924
Outras Despesas Correntes	3.689.123	9.813	3.698.936	482.271	482.271	427.871	427.871	3.271.066
Despesas de Capital	2.075.434	20.434	2.095.868	228.221	228.221	208.038	208.038	1.887.830
Investimentos	1.125.505	156.624	1.282.129	90.967	90.967	70.784	70.784	1.211.345
Inversões Financeiras	340.218	(127.190)	213.028	31.034	31.034	31.034	31.034	181.994
Amortizações da Dívida	609.711	(9.000)	600.711	106.221	106.221	106.221	106.221	494.490
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Amortizações	609.711	(9.000)	600.711	-	-	-	-	600.711
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	18.579	-	18.579	-	-	-	-	18.579
Subtotal das Despesas	10.929.122	42.900	10.972.022	1.550.984	1.550.984	1.428.703	1.428.703	9.543.319
Superávit	-	-	-	-	-	-	401.947	-
Total	10.929.122	42.900	10.972.022	1.550.984	1.550.984	1.428.703	1.830.650	9.543.319

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal

Bahia: janeiro de 2002 a janeiro de 2003

(R\$1 000)

M e s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	383.824	491.240	19.479	45.269	403.303	536.509
Feveireiro	385.309		28.393		413.701	
Março	337.899		28.379		366.278	
Abnil	367.373		37.105		404.478	
Maio	404.853		39.646		444.499	
Junho	385.374		37.870		423.244	
Julho	383.472		41.896		425.369	
Agosto	422.288		43.420		465.708	
Setembro	451.985		39.479		491.464	
Outubro	464.967		28.897		493.863	
Novembro	493.509		23.570		517.079	
Dezembro	469.677		64.450		534.127	
Total	4.950.531		432.583		5.383.114	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI.



Receita tributária mensal ⁽¹⁾

Bahia: janeiro de 2002 a janeiro de 2003

(R\$1 000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	494.825	491.240	25.112	45.269	519.937	536.509
Fevereiro	495.833		36.537			
Março	434.333		36.478			
Abril	468.943		47.364			
Mai	511.131		31.660			
Junho	478.239		46.996			
Julho	466.319		50.947			
Agosto	501.660		51.581			
Setembro	523.110		45.691			
Outubro	516.377		32.091			
Novembro	517.846		24.732			
Dezembro	479.890		65.851			
Total	5.888.506		495.041			

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI.

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de Janeiro/03 pelo IGP-DI/FGV.

Transferências constitucionais da União para os Estados

Bahia : Janeiro de 2002 a Janeiro de 2003

(R\$1 000)

M ê s	Receitas									
	F P E*		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO**		O u t r a s ⁽¹⁾		T o t a l	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2002										
Janeiro	146.358	146.358	8.065	8.065	19.208	19.208	8.363	8.363	181.994	181.994
Fevereiro	170.998	317.356	7.552	15.617	29.224	48.433	7.804	16.167	215.579	397.572
Março	130.862	448.217	6.661	22.278	20.689	69.121	7.804	23.971	166.015	563.588
Abril	136.675	584.892	8.327	30.605	21.506	90.627	7.804	31.776	174.312	737.900
Mai	156.645	741.538	7.828	38.433	23.931	114.558	7.804	39.580	196.209	934.109
Junho	110.282	851.820	7.299	45.732	18.196	132.754	7.804	47.385	143.582	1.077.691
Julho	120.585	972.405	7.518	53.250	26.572	159.327	7.804	55.189	162.480	1.240.171
Agosto	114.179	1.086.584	7.713	60.963	18.701	178.027	7.804	62.993	148.397	1.388.568
Setembro	126.053	1.212.637	7.736	68.699	20.163	198.190	7.804	70.798	161.756	1.550.324
Outubro	166.104	1.378.741	8.112	76.811	25.112	223.303	7.804	78.602	207.133	1.757.457
Novembro	145.693	1.524.435	8.192	85.003	22.607	245.909	7.804	86.406	184.296	1.941.753
Dezembro	142.697	1.667.132	8.370	93.372	32.892	278.801	7.804	94.211	91.763	2.133.516
2003										
Janeiro	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	7.109	20.271	20.271	205.195	205.195

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

⁽¹⁾ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579.

(*) Deduzidos 15% para o FUNDEF.

(**) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação.

Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador - Poder Executivo
Período de Referência: Janeiro-Dezembro/2002

(R\$1 000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Nov-Dez/2002 (b)	% (b/a)	Jan-Dez/2002 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	994.791	994.791	163.802	16,5	966.957	97,2	27.834
Receita Tributária	434.650	434.650	58.251	13,4	384.019	88,4	50.631
Impostos	366.300	366.300	50.787	13,9	322.743	88,1	43.557
Taxas	68.350	68.350	7.464	10,9	61.276	89,7	7.074
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	45.770	45.770	4.314	9,4	23.083	50,4	22.687
Receitas Imobiliárias	-	-	133	-	568	-	(568)
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	4.175	-	22.462	-	(22.462)
Receitas de Concessões e Permissões	33.770	33.770	-	-	-	-	33.770
Outras Receitas Patrimoniais	12.000	12.000	6	-	53	-	11.947
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Produção Animal e Derivados	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	60	60	-	-	-	-	60
Receita de Serviços	60	60	-	-	-	-	60
Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-	-
Transf. Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	1.219	-	18.684	-	-
Multas e Juros de Mora	380	380	1.487	391,3	6.466	1.701,6	(6.086)
Indenizações e Restituições	2.900	2.900	2.430	83,8	5.329	183,8	(2.429)
Receita da Dívida Ativa	23.300	23.300	3.312	14,2	21.127	90,7	2.173
Receitas Correntes Diversas	4.030	4.030	472	11,7	4.178	103,7	(148)
Receitas de Capital	151.274	151.274	13.335	8,8	52.188	34,5	99.086
Operações de Crédito	16.502	16.502	-	-	-	-	16.502
Operações de Crédito Internas	16.502	16.502	-	-	-	-	16.502
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Operações de Crédito Internas	16.502	16.502	-	-	-	-	16.502
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	100	100	30	-	30	-	70
Alienação de Bens Móveis	100	100	30	-	30	-	70
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	134.672	134.672	13.305	9,9	52.158	38,7	82.514
Transf. Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	134.672	134.672	13.305	9,9	52.158	38,7	82.514
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias, Fundações e Empresas	103.504	103.504	20.157	19,5	100.931	97,5	2.573
Receitas Correntes	-	-	17.245	-	97.345	-	-
Receitas de Capital	-	-	2.912	-	3.586	-	-
Subtotal das Receitas (I)	1.249.569	1.249.569	197.294	15,8	1.120.076	89,6	129.493
Déficit (II)	-	-	-	-	-	-	-
Total (I+II)	1.249.569	1.249.569	197.294	15,8	1.120.076	89,6	129.493

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.



Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador - Poder Executivo
Período de Referência: Janeiro-Dezembro/2002

(R\$1 000)

Despesas	Dotação Inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação Atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Nov-Dez/ 2002 (d)	Jan-Dez/ 2002 (e)	Nov-Dez/ 2002 (f)	Jan-Dez/ 2002 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	878.247	50.034	928.281	121.361	843.473	146.986	809.477	87,2	118.804
Pessoal e Encargos Sociais	365.851	17.969	383.820	49.897	324.090	71.447	313.839	81,8	69.981
Juros e Encargos da Dívida Intema	57.000	60	57.060	12.232	55.756	10.769	54.069	94,8	2.991
Outras Despesas Correntes	455.396	32.005	487.401	59.232	463.627	64.770	441.569	90,6	45.832
Despesas de Capital	258.818	(20.275)	238.543	32.383	167.610	36.669	164.486	69,0	74.057
Investimentos	197.383	(18.115)	179.268	25.434	117.112	29.222	114.115	63,7	65.153
Inversões Financeiras	10.435	400	10.835	444	10.663	437	10.656	98,3	179
Amortização da Dívida	51.000	(2.560)	48.440	6.505	39.835	7.010	39.715	82,0	8.725
Amortização da Dívida p/Contrato	51.000	(2.560)	48.440	6.505	39.835	7.010	39.715	82,0	8.725
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Amortizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	9.000	(3.690)	5.310	-	-	-	-	-	5.310
Autarquias e Fundações	103.504	11.022	114.526	47.371	89.308	49.514	89.070	77,8	25.456
Despesas Correntes	-	-	-	44.806	82.233	46.124	81.995	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	2.565	7.075	3.390	7.075	-	-
Subtotal das Despesas (I)	1.249.569	37.091	1.286.660	201.115	1.100.391	233.169	1.063.033	82,6	223.627
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-	57.043	-	-
Total das Despesas (I+II)	1.249.569	37.091	1.286.660	201.115	1.100.391	233.169	1.120.076	87,1	223.627

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.